



Anais da Assembléia

Nº 25

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 32.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Dácio Leonel e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Wilson Fortes, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Hélio Manfrinato (49); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira e Otássio Pereira. (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

TERCEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra, para amanhã, dia 30, às 14,00 horas.

Levanta-se a sessão.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA ATA DA 33.^a SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1977

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados José Domingos Scarpelini e Ezequias Losso.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quilse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Hélio Manfrinato e Paulo Camargo (49); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

- O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.
- O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.
- O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Celso Esperança, ocorrido no dia 28 de março do corrente ano, na cidade de Caçador.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à família enlutada, na cidade de Caçador.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANACLETO PIRES FURIATTI, de tradicional família da cidade da Lapa.

Outrossim, requer aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa do Sr. Sebastião Pires Furiatti, Rua Souza Naves s/n, Lapa.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelos falecimentos dos Padres **MARIANO STRUJAK** e **MATEUS DEMETERCO**, Pároco e Coadjutor da Igreja Ucrânia Nossa Senhora Assunção do município de Pitanga, ocorrido no dia de ontem de maneira trágica num acidente automobilístico.

Os extintos eram naturais de Gonçalves Júnior, distrito de Irati, ordenados Padres Basilianos em 1948, no município de Prudentópolis, assistentes pastorais de inúmeros paroquianos na área de Pitanga, Palmital e parte de Guarapuava, pelos seus dotes sacerdotais, somados ao elevado espírito humanitário, e a construção da nova Igreja dos Ucrânos em Pitanga, era um dos seus mais almejados sonhos.

Suas mortes constrangeram profundamente aquela região.

Requer, outrossim, dê-se ciência, às respeitadas famílias dos falecidos do voto em questão, bem como ao Bispo Diocesano dos Ucrânos.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) **JURANDIR MESSIAS.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições, e de acordo com o que preceitua o Regimento Interno do art. 34, requer, após audiência do Plenário, seja constituída COMISSÃO ESPECIAL, composta de 5 (cinco) Senhores Deputados, para apurar denúncias de violência policial, no município de Palmital, neste Estado.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) **TRAJANO BASTOS.**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após a aprovação do Plenário, o envio de expedientes à SEEC e à FUNDEPAR, sugerindo objetividade e criteriosidade na planificação para implantação de unidades escolares no Estado.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) **VALTER PIETRÂNGELO.**

JUSTIFICATIVA:

Prazeirosamente cumpro o mister de externar congratulações às autoridades educacionais federal e estadual, nas pessoas do Ministro titular da Pasta da Educação e dos responsáveis pela condução dos trabalhos da SEEC e da FUNDEPAR pela assinatura do contrato de financiamento que permitirá a injeção de recursos da ordem de 340 milhões de cruzeiros para impulsionar a execução de programa de expansão escolar com a construção de 1.950 salas de aula.

No entanto, preocupa-se a inexistência de fundamental planejamento, geométrico e aritmeticamente necessário para uma racional, criteriosa, objetiva e responsável distribuição de salas de aula, de unidades educacionais, no Estado do Paraná.

Exemplifico afirmando que tal fato decorre também da ausência ou da não execução de uma política para fixação do homem à terra, sobretudo nesta época em que, entristecido, o Paraná assiste verdadeiras migrações de contingentes humanos os quais, instáveis e desesperançados em determinadas regiões, debandam em busca de melhores meios de sustentação ou mesmo a verdadeiros êxodos à procura de outros Estados da Federação.

A flutuação populacional no Paraná sem dúvida, é consequência mesmo da apatia governamental ante o fenômeno migratório.

Porisso, erros clamorosos são perpetrados quando da

destinação de recursos para edificação de próprios escolares da rede estadual em regiões com tendência ou onde se verifica o esvaziamento populacional.

É entretanto, necessário observar que também a inexistência de condições favoráveis à escolarização, é fator de estímulo às migrações.

Levando-se em conta tais considerações, urge o chamamento à atenção das autoridades estaduais governamentais para uma imediata revisão dessa temática de incomensurável complexidade, e que se adote, de imediato, medidas para sincronização das atividades das várias pastas secretarias.

Evoco, para ilustrar meu posicionamento, as grassas falhas cometidas sob o mesmo prisma, pelo Ministro Alisson Paulinelli, da Agricultura, em suas freqüentes incursões nas áreas produtoras de soja e trigo, conclamando os paranaenses a plantarem mais e mais, nas célebres campanhas para aumento de nossas safras.

De boa vontade seus apelos são atendidos, gerando, como consequência, as denominadas super-safras.

Aí, o aparecimento dos pesadelos que martirizam nossos agricultores: o irrisório preço mínimo, as dificuldades para o escoamento, entraves na comercialização e agora o fantasma do confisco cambial.

Não houve, portanto, um atendimento prévio entre os Senhores Ministros da Agricultura, dos Transportes e o da Fazenda.

Produções apodrecem mesmo nas lavouras, ou nos silos, ou nas estradas.

Diante desse quadro comparativo, chamo e conclamo meus ilustres Pares nesta Casa, para encararmos com seriedade tão profundo problema, analisá-lo, e se possível, propormos fórmulas para seu equacionamento.

Finalizando, cito como vítima do atual estado de coisas, da não integração secretarial do Governo Paranaense, a região metropolitana polarizada pela cidade de Maringá que, presentemente carece de 300 salas para abrigar 5.000 crianças, sofrendo com o alheamento do Estado, assistindo irracional implantação de prédios escolares, suntuosos até, de compleições e amplitudes que destoam com as áreas beneficiadas, mas que são objetos do "carinho" do detentor do comando político.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, após ouvido o Plenário, regimentalmente requer seja transcrito nos Anais da Casa, o artigo publicado pelo jornal "Opinião", de 25 de março do corrente ano, intitulado "A MENSAGEM DO ABC", de autoria do bispo diocesano de Santo André, DOM CLÁUDIO HUMES, que anexamos e passamos a ler na íntegra:

"Trabalhadores cristãos, reunidos na pastoral operária com dom Cláudio Humes, bispo diocesano de Santo André, analisando a atual campanha salarial dos metalúrgicos, dos trabalhadores da construção civil e da borracha, bem como a situação da classe operária, achamos oportuno lançar esta mensagem à classe trabalhadora:

A cada ano que passa, desde a "lei do arrocho salarial", o que podemos comprar com nossos salários diminui cada vez mais, acarretando problemas gravíssimos para a família operária — desnutrição e todos os tipos de doenças dela decorrentes; péssimas condições de moradia e de vida em geral; excesso de horas extras; menores obrigados a enfrentar a vida dura das fábricas para aumentar a renda familiar;

Esses problemas só podem levar à desagregação da família, pois deixam de existir o contato e o diálogo necessário para uma boa convivência.

... "Ser marginalizado é ser mantido fora, à margem; é receber um salário injusto, é ser privado da instrução, de

atendimento médico, de crédito; é passar fome, é habitar em barracos sórdidos . . ." (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil — Exigências Cristãs de uma Ordem Política, número 23).

Os sindicatos perderam sua força de negociar acordos com os empregadores e isso contribui ainda mais para os trabalhadores se afastarem deles.

Isso é duplamente negativo, primeiro porque os sindicatos, sem os trabalhadores na retaguarda e sem armas eficazes para lutarem por melhores salários, passam a ter uma função meramente assistencialista e afastam-se de seu princípio básico que é a luta pelos direitos das categorias que representam.

Em segundo lugar, a descrença no sindicalismo os seus problemas.

E os problemas de classe operária não oidem ser resolvidos individualmente.

Para haver alguma mudança nessa situação, é preciso que os trabalhadores tenham uma participação mais ativa na solução dos problemas.

Não é justo que nós, operários, maiores responsáveis pela produção das riquezas e do progresso da nação, sejamos marginalizados quando se trata de resolver uma questão vital para nós, como é o reajuste dos nossos salários.

Precisamos nos unir com os nossos companheiros de trabalho, discutir com eles os problemas da fábrica e buscar juntos as soluções.

Devemos participar mais das atividades do sindicato, principalmente das assembléias pelo reajuste salarial.

Precisamos lutar para conseguir mais autonomia e liberdade para os sindicatos, a fim de que eles possam realmente ser um órgão de defesa e de luta pelos nossos direitos.

" . . . Ser marginalizado é não dispor de representatividade eficaz para fazer chegar aos centros decisórios as próprias necessidades e aspirações; é ser contemplado, não como sujeito de direitos, mas como objeto de favores outorgados na medida necessária à redução das reivindicações . . . "

(CNBB, Exigências Cristãs de uma Ordem Política, número 23).

Por que nós, cristãos, temos o dever de participar na luta por maior justiça no mundo?

Como operários, somos diretamente atingidos por esses problemas — como cristãos, queremos ser fiéis à mensagem e ao exemplo da vida de Cristo, em defesa do homem e contra qualquer injustiça e desprezo dos humildes, dos pequenos.

Aliás, isso nos lembram os bispos no recente documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política".

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Sr. EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA, DD. Ministro das Comunicações e ao Exmo. Sr. ADWALDO CARDOSO BOTTO DE BARROS, DD. Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, solicitando seja determinada a construção de novo prédio para abrigar as instalações do Correio e Telégrafo de Cascavel, compatível com o desenvolvimento da Capital do Oeste paranaense.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

Com justiça congominada "Capital do Oeste", a cidade de Cascavel vem apresentando extraordinário e incontestável desenvolvimento econômico, social e demográfico.

Com uma população atual de aproximadamente 200.000 habitantes e a perspectiva de expansão ainda maior, até mesmo como consequência da construção da Binacional Itaipu, Cascavel vem se ressentindo com o problema das comunicações, eis que o prédio que há vários anos abriga as instalações da EBCT local, há muito deixou de ter condições para atender a demanda.

Assim, nada mais justo de que atender-se às necessidades prementes daquela cidade, com a urgente construção de novo prédio para abrigar o Correio e Telégrafo, o que virá ao encontro dos anseios da comunidade, além de ser uma medida necessária para acompanhar o crescimento regional.

Para que se oriente o posicionamento e ação dessa empresa, sempre é oportuno lembrar que, tanto o Estado do Paraná como a União, dispõe de terrenos praticamente centrais, que bem atenderiam às exigências de um projeto compatível com as necessidades atuais e futuras de uma obra adequada.

Trata-se de uma área confiscada por ato do Governo Revolucionário e pertencente ao ex-Deputado Anibal Cury, a qual se encontra cravada no semi-centro da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar, dotada de 3 (três) salas de aula, no município de Guaraniçu, em terreno de propriedade da Prefeitura Municipal localizado no loteamento Jardim Real.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) ALFREDO GULIN.

JUSTIFICATIVA:

Guaraniçu é um município que vem se expandindo extraordinariamente nos últimos tempos, tendo sido, por isso, alvo de atenção do Governo Federal e Estadual, recebendo benefícios que têm contribuído para adaptação do povo ao desenvolvimento crescente de seu município.

Junto com esse crescimento, elevou-se o número de crianças em idade escolar e que procuram os bancos escolares a fim de se iniciarem na vida estudantil, não encontrando muitos deles, vagas nas escolas públicas, tendo desta forma que aguardar uma desistência ou o próximo ano para ingressarem na escola.

Assim sendo, procurando sanar essa deficiência no ensino de Guaraniçu, o Sr. Prefeito Municipal reivindica, por nosso intermédio que o Senhor Secretário da Educação, determine a construção das três salas de aulas, que virá, sem dúvida, de encontro às necessidades atuais do município.

Solicitamos aos ilustres Pares o devido apoio e aprovação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

No uso das prerrogativas que lhe são concedidas pelo Regimento Interno, o Deputado que o presente subscreve, requer o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Presidente da FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA, Engenheiro JOAQUIM SEVERINO, transmitindo-lhe apelo para que sejam propiciados meios de acesso à denominada COLÔNIA "N" — TAQUARI CORVO, no município de Campina Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 29 de março de 1977.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

JUSTIFICATIVA:

Situada a poucos minutos de Curitiba, ao lado da BR 116, estrada asfaltada para S. Paulo, com pista dupla em fase de conclusão, e, ao lado do asfalto que liga a mesma estrada à

Estrada da Graciosa; contando com todas as facilidades para imediata eletrificação, existe uma grande área de terras em completo abandono. Trata-se da Colônia Taquari - Corvo que, pela extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração, foi dividida em dezenas de chácaras que continuam, em plena região metropolitana, sem serem aproveitadas pelos seus adquirentes. Isso porque os seus proprietários não têm acesso às terras. Não existem estradas e as que existem estão impedidas por bueiros ou fechadas por indivíduos que, aproveitando a situação estão criando gado em terras que não lhes pertencem. Isso exposto, nos sentimos à vontade em fazer o presente apelo, contando com a compreensão da autoridade a quem o dirigimos e pedindo o apoio dos nossos nobres Pares nesta Casa, pois, temos certeza de que essa grande área irá, em muito contribuir para o enriquecimento da nossa Região Metropolitana.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI NÚMERO 32/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Fundação Presbiteriana de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Presbiteriana de Curitiba, instituída por membros da Igreja Presbiteriana de Curitiba, com sede à Rua Comendador Araújo, 343, nesta Capital, nos termos da escritura lavrada em notas do 10º Tabelionato de Curitiba, cujo Estatuto Social está registrado sob o número 1865 do Livro A-1 de Pessoas Jurídicas do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, é uma entidade que tem como objetivo principal “prestar assistência e assessoria a entidades, serviços e programas de natureza religiosa, educacional e social”, conforme dispõe o artigo 3º do Estatuto.

A Fundação não remunera seus diretores e dirigentes e nem distribui lucros ou outra qualquer vantagem sob nenhuma forma ou pretexto (artigo 9º); bem assim a entidade aplica suas rendas no País destinando-as integralmente aos fins institucionais.

Os dirigentes da Fundação (Diretoria e Conselho Curador) (Artigos 43 e 44, Estatuto) são pessoas de reconhecida idoneidade moral.

Trata-se de entidade do mais alto valor social, eis que seus objetivos dirigem-se a medidas positivas de caráter beneficente, educacional e filantrópico, justificando-se plenamente seja reconhecida de utilidade pública estadual.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Esta Presidência tem a satisfação de comunicar a presença neste Plenário, do Sr. José Geminiano, digníssimo Prefeito Municipal de Santa Inês, que se faz acompanhar do Sr. Cícero Viana.

E anuncia ainda a presença do Sr. Vereador Osvaldo Bernardes, do município de Cornélio Procopio.

No Grande Expediente, nos termos da Resolução 23/69, de 10 de setembro de 1969, a Presidência, com o fim exclusivo de comemorar a data alusiva à Revolução de 31 de março de 1964, concede a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Homenageia o Poder Legislativo a data de 31 de março, porque ela é um marco em nossa vida político-econômica, uma afirmação da consciência nacional e um divisor de águas entre o Brasil de ontem e o Brasil de amanhã.

Toda Nação tem seus momentos de grandeza, tem seus

líderes e tem movimentos que a marcam. O Brasil em sua História teve vários movimentos, teve líderes, heróis e mártires, desbravadores e formadores desta Pátria.

A Revolução de março caracterizou-se pelo espírito pacifista, pela união de todas as forças vivas, pela cooperação entre civis e militares para por fim interpor um dique nos rumos que se desejava imprimir à História deste País.

A bandeira desfraldada nas alterosas, nos pampas, no agreste, na hiléia amazônica e nas metrópoles do centro clamavam por moralização administrativa e desempenhava a espada contra o materialismo dialético.

A batalha pela dignificação da administração, depondo da nau Pátria a corrupção, conquistou os brasileiros, os bons brasileiros que desejavam a pátria livre do caos, livre do mal emprego dos recursos públicos.

A ideologia que encontrava guarida entre os homens responsáveis pela sorte deste País, conduziria para a negação de todos os valores, legados pelos fundadores desta República e renegaria os princípios cristãos e humanos.

Pacificamente o País foi recolocado nos trilhos da tradição. Baniram-se da vida pública os maus. Baniram-se dos postos dirigentes os que desejavam uma Pátria entregue à confusão e regida por princípio cuja base é a matéria e exclusivamente matéria.

De nada adiantam os movimentos que apenas se colocam na situação do contra. Só ficar contra, não constrói. Só mudar de rumo, não edifica. A bandeira levantada, há 13 anos, tinha que receber uma nova dimensão, qual seja a construção de um Brasil desenvolvido.

Os líderes da Resolução erigiram esta bandeira, e empunham firmes em direção ao desenvolvimento, respaldado na Segurança.

Não navegamos nós, como não navegam todas as Nações em mares tranquilos. Obstáculos de toda ordem buscam, procuram dificultar o caminhar.

Fatores internos e externos levantam barreiras para que o País alcance a maioria por todos esperada.

Passaram-se 13 anos. No campo político, a modificação foi total. Desapareceram os partidos políticos. Novas Leis foram implantadas. A autoridade do Presidente da República foi restabelecida no plano interno para que lá fora possamos merecer respeito.

A Revolução acordou a consciência nacional, a ponto de nos sentirmos orgulhosos de sermos brasileiros.

A união em torno dos líderes que fizeram o movimento de 64, irmanou os brasileiros num só ideal: CONSTRUIR UMA GRANDE PÁTRIA.

Não foi oferecido a ninguém uma promessa mirabolante de que em pouco tempo estaríamos num paraíso. Pediu-se sacrifício, impôs-se sacrifício. Todos compreenderam que era hora de ajudar a Nação, para edificar um futuro melhor.

Passados treze anos, como se faz anualmente nesta Casa, não cabe fazer retrospecto total, não cabe discutir detalhes, não cabe fazer e tecer louvores de que tudo foi feito.

Há muito por fazer, há um vasto campo a ser preenchido, há muito por conquistar para que reine o bem estar, para que impere na sua totalidade o desenvolvimento, para que haja a distribuição plena da justiça, para que alcancemos a maioria democrática plena. Temos que confessar que ainda nos falta muito.

O arrojo para conquistar a Amazônia, não tem outra paternidade a não ser os dirigentes revolucionários. Não é obra de um dia incorporar o sertão inóspito ao País. O primeiro passo foi dado. Muitos criticam a forma, muitos acusam, mas a realidade aí está: ninguém hoje pensa em tornar-se dono daquela imensidão territorial porque sabe que ela tem dono.

A Reforma Universitária é uma realidade. Se temos falhas na educação do primeiro e segundo graus, é porque ainda se fez

pouco, mas no setor universitário, houve um passo notável.

A obrigatoriedade de teses para o mestrado, para o doutoramento, e para o professor titular, fez com que aparecessem obras de culto, que se pesquisassem os temas do conhecimento e aprimorassem o ensino nas nossas escolas superiores.

Este passo forçou a caminhar o ensino superior. Impediu o estacionamento e forçou elevação da formação superior, levantando o nível intelectual dos mestres.

O gigantesco esforço para tirar o País do analfabetismo, feito através do MOBRAL, não pode ser renegado. É pouco, é fraco, é até insuficiente a alfabetização que se proporciona, mas não deixa de ser o primeiro passo. O esforço que reúne todas as camadas sociais, é considerado pelos estudiosos do mundo, como um dos maiores movimentos que a História registra para levar a luz do conhecimento à multidão de analfabetos.

A Política Externa fundamentada no pragmatismo responsável com base na amizade com a América Latina e África, secundada por cooperação mútua certamente é uma definição nova implantada pela Revolução.

A obra do século, que é Itaipu, visa a integração da América Latina e mostra praticamente os frutos desta política que se baseia no fator geopolítico. A volta das atenções para a África representa não somente o reconhecimento de nossa formação da nacionalidade brasileira, nas aberturas de novas frentes de mercado. A nova orientação propiciou que vendêssemos serviços, não apenas mercadorias aos povos africanos, como por exemplo a implantação de telefones na Nigéria, e outros países da África do Norte.

Esta frente da nossa política externa oferece um novo campo para o "know how" nacional, o que deve constituir-se em motivo de orgulho. A nossa tecnologia implantará rodovias, igualmente na Nigéria e Zaire, o que até certo ponto nos move.

Este ano apesar dos problemas que enfrentamos no campo econômico, temos um motivo especial de nos orgulharmos. A DEFINIÇÃO DE NOSSA POLÍTICA NUCLEAR. A firmeza como os dirigentes procederam nesta questão mereceu o aplauso geral, com raras exceções. Sabemos que no momento talvez isso possa parecer uma vaidade, uma medida desnecessária, mas o futuro mostrará o acerto. Nenhum país, especialmente nas dimensões e potencialidade brasileira pode prescindir de energia nuclear.

Neste episódio o Governo teve que tomar medidas, nem sempre e nem para todos agradáveis, como o caso de ter que romper o acordo militar, mas o fez e de forma máscula. Esta afirmação, fortaleceu a consciência da Nação, o que deve ser creditado para a Revolução.

Neste caminhar revolucionário que já alcança 13 anos tivemos pontos positivos, tivemos conquistas que não podem ser desprezadas, tivemos vitórias que nos permitem esperar que superemos alguns problemas que não foram solucionados.

Referimo-nos ao campo econômico. É difícil a conciliação entre o desenvolvimento e a inflação. Não podemos parar, para desinflacionar. Não podemos deixar de fazer, de construir, de realizar, de produzir. Este setor pesa não somente sobre nós, mas até sobre países desenvolvidos.

Na esfera política existe uma aspiração quase inata para que o nosso regime seja plenamente democrático. Temos neste particular uma opinião própria. A plena democracia só pode existir onde houver plena segurança, onde reina plena satisfação das necessidades humanas, onde imperar o bem comum.

Poucos são os países que são plenamente democráticos, com igualdade, e fraternidade totalmente alcançadas.

Cada país possui suas peculiaridades. Cada povo é dotado de virtudes e defeitos, de qualidades e falhas que lhe são exclusivas. Cada nação tem sua própria cultura, sua tradição, seus valores.

Dentro deste prisma, não importa a supressão de parti-

dos, não valem as formas de eleições, não modificam a situação de fidelidades ou infidelidades partidárias, pouco impõem siglas.

O que importa é que nós, políticos, intelectuais, religiosos, civis, militares, situacionistas e opositores, encontremos o nosso modelo político.

O modelo político brasileiro. Se conseguirmos encontrá-lo, então, poderemos afirmar que de fato contribuimos para o aprimoramento do regime.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao render, em nome da Aliança Renovadora Nacional, o preito à data de 31 de março, além de cumprir a deliberação deste Poder assumida em 1969, faço-o para registrar que a Revolução continua.

Seus propósitos iniciais de combate à corrupção e a falsas ideologias permanecem firmes ao lado da bandeira da afirmação da consciência nacional, perante as nações do mundo, com a clara deliberação de alcançar desenvolvimento com segurança".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Encerrada a Hora do Expediente...

O Sr. Luiz Roberto Soares — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro à Mesa que suspendesse a sessão, por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, mesmo não conhecendo as razões que determinam a presente solicitação e, conhecendo a responsabilidade do Parlamentar, levanta a sessão e a interrompe por 15 minutos, solicitando aos Srs. Deputados que, exatamente, às 15,00 horas e 23 minutos, estejam presentes para a Ordem do Dia.

(Sessão suspensa por 15 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está reaberta a sessão. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 12/77, que fixa a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na sessão de ontem desta Assembléia, o eminente Deputado Líder do Governo, houvera por bem contestar alguns dados que nós levantamos a respeito do caso do aumento do funcionalismo público civil, militar e dos outros Poderes do Estado, além do Executivo, trazendo a esta Assembléia alguns dados que efetivamente e lamentavelmente não pude contestar naquele momento, por força da minha ausência momentânea, exatamente no momento em que tive que sair às pressas, para atendimento de um caso de saúde, de pessoa da família.

Ao regressar alguns momentos após, soube da contestação, ou melhor, da argumentação trazida pelo valoroso líder da bancada situacionista. Ocorre que o cálculo que nós fizemos

é aqui trouxemos à consideração da Casa, se baseava como se baseia, no composto geral das despesas orçamentárias ou previstas nos Orçamentos de 1976 e no Orçamento previsto para 1977. São incontestáveis porque consta do projeto não aprovado, mas do projeto que não alcançou o prazo legal para apreciação correta desta Assembléia.

Ocorre que S. Exa. pretendeu, discorrendo sobre a matéria, mudar o sentido daquela percentagem em que dizia, e disse e reafirmo, que houve um declínio de 4 por cento, como quis o Deputado pretender provar que houve o inverso, ou um acréscimo percentual da ordem de 4 por cento.

Isto não é verdade, datíssima vênha, porque o Orçamento que foi promulgado "ipsis litteris" da Mensagem aprovada, ou melhor, enviada pelo Governo a este Poder, satisfazendo plenamente aquela pretensão, não pode merecer os reparos que esta Casa teria que reparar. Por outro lado, o dispêndio com o funcionalismo em 76, dizia e eu reafirmo, representava em dinheiro, em verba de 2,8 bilhões de cruzeiros.

E que o aumento proposto para este Exercício, seria da ordem de 3,9 bilhões de cruzeiros (três virgula nove).

Enquanto isso, o Orçamento do Estado para 76, era de 7,69 bilhões ou melhor a previsão orçamentária. E a despesa com o funcionalismo correspondia aproximadamente a 36,4 por cento da previsão orçamentária.

Em 77 a previsão da Lei de Meios, é da ordem de 12,052 e a percentagem de despesa que teve um declínio, para a ordem de 32,4 por cento com o funcionalismo, permitiria uma economia ao Estado em cruzeiros, 480 milhões, no exercício. Já que a diferença de percentagem para o meu cálculo, invocando os dados numéricos da Lei de Meios ou melhor, do Projeto de Lei de Meios, naturalmente, e em relação ao exercício de 1976.

Somando-se esta importância, aos 60 milhões de juros e eu reafirmei aqui que a retenção dos salários, por este período de janeiro, fevereiro, março e abril, na forma de poupança que hoje usualmente ou correntemente, é de cerca de três a 4 por ao mês, o governo teria uma vantagem se colocasse à disposição da caderneta de poupança esta retenção salarial, ele teria só de juros, 60 milhões de cruzeiros, o que dava para construir uma estrada de 12 quilômetros. Aliás, eu fui muito generoso, que coletando dados com empresas que atuam no setor, daria para construir estradas de 20 quilômetros pelo menos. Com os juros da retenção salarial do funcionalismo público do Estado. Este, foi o cálculo matemático feito até pelos burocratas. Não foi nem por advogados, nem por técnicos de outras áreas.

De forma que por mais esforço que faz, não só o Governo, como também o eminente líder do Governo, jamais pode contestar, que o aumento do funcionalismo público, chega a ser uma afronta à dignidade da pessoa e do seu trabalho, isso porque, sem se comparar também, o percentual de aumento que tem ocorrido nas áreas de trabalhadores da área privada, ou fora do âmbito público, nós verificaremos que 68 para 74 o salário mínimo, se fôssemos fazer a correção monetária, alcançaria em 1974, a cifra de 1.818 cruzeiros, enquanto que hoje, o salário é de 712 e uns quebrados.

Por esta razão, por estes princípios, e por esta filosofia, é que divergimos; é que esta fissura aberta entre o pensamento da Oposição e o pensamento do Partido do Governo. E por mais que se queira trazer aqui, cifras no bolso do funcionário, no bolso do trabalhador, no bolso do servidor público do Estado, há uma defasagem de ordem financeira e econômica que reflete o aspecto social. Que reflete no aspecto sociológico, que reflete no aspecto da perfeita prestação de serviço para o Estado do Paraná. É sobre este inconformismo do funcionalismo que estamos falando. Porque, se o Governo exige do funcionário essa aceitação passiva, o ímpeto do funcionário é não prestar adequadamente o serviço, na sua forma mais

ampla, na sua forma mais justa, de se rebelar com uma insustentável injustiça.

É preciso tratar-se com equidade antes de mais nada.

Aí está a decepção do funcionalismo para com o seu Governo, ou melhor, desgoverno, ou ainda, com o delegado do Governo Central que exerce, momentaneamente a Chefia do Executivo Estadual.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em votação. — **Aprovado o projeto de lei número 12/77.**

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição número 02/77, Mensagem do Poder Executivo número 226/76, VETO PARCIAL ao Projeto de Lei número 186/75, que institui o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná, para o ensino de primeiro e segundo graus. Parecer da CCJ., pelo seu encaminhamento à apreciação do Plenário, por unanimidade.

OFÍCIO NÚMERO 226/76

Curitiba, em 22 de dezembro de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício número 103/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade com o disposto no § primeiro, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI, PARCIALMENTE, O PROJETO DE LEI NÚMERO 186/75, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino de primeiro e segundo graus, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "exerceu, ou", constantes da alínea b, do parágrafo segundo, do artigo 17; os parágrafos quinto e sexto, do artigo 32; o artigo 50 e seus incisos; o artigo 51 e parágrafos; o artigo 52; o artigo 53 e parágrafos; o artigo 116; o artigo 117 e parágrafos; o artigo 120; o artigo 122; a expressão "automaticamente", contidas no texto dos artigos 119, 121 e 123; o artigo 124, as expressões "bem como a designação do primeiro concurso, em igual prazo", contidas no "caput" do artigo 125; e as expressões "e o decreto número 1495, de 16 de fevereiro de 1976", constantes do artigo 126.

As expressões "exerceu, ou", contidas na alínea b, do parágrafo segundo, do artigo 17, não mereceram acolhimento, pois, se as mesmas viessem a figurar no texto do dispositivo, ensejariam, por sua abrangência demasiadamente ampla, oportunidade de ingresso em cargos do Quadro do Magistério, de pessoas de longa data afastadas das atividades do ensino, o que, sem dúvida alguma, seria altamente inconveniente aos interesses do Estado.

Com a supressão do parágrafo quinto, do artigo 32, da redação proposta pelo Poder Executivo, através da Mensagem número 148/75, de 03 de dezembro de 1975, onde era previsto o interstício, de 2 anos para promoção vertical, por habilitação, os parágrafos quinto e sexto do artigo 32, do autógrafo, tornaram-se conflitantes e incompatíveis com as demais disposições do artigo, inclusive no que respeita à impropriedade de remissão. Por essa razão foi apostado veto aos citados parágrafos.

O artigo 50 e seus incisos, o artigo 51 e parágrafos, o art. 52 e o art. 53 e parágrafos, que tratam de remoção dos integrantes do Magistério, não puderam merecer sanção, eis que, em virtude da supressão da remoção "ex-officio" no interesse do ensino, que constou do anteprojeto proposto pelo Poder Executivo, as disposições dos citados artigos 50, 51, 52 e 53, foram consideradas frontalmente contrárias aos interesses da Administração e do Ensino.

O disposto no artigo 116, foi vetado em razão da alteração que lhe foi introduzida, transformando uma simples autorização para admissão de pessoal pela Consolidação das Leis do Traba-

lho, em imposição de tais admissões, fato que não consulta aos superiores interesses do Ensino, pois, a "contrario-sensu", estar-se-ia, de certa forma, restringindo o campo de abrangência do Estatuto do Magistério.

A negativa de sanção ao artigo 117, decorre do fato de suas disposições não consultarem aos superiores interesses do Ensino. O próprio projeto de lei do Estatuto, ora em exame, prevê a instituição de carreiras para o Pessoal Especialista do Magistério, conforme a Lei Federal número 5692/71, e portanto condena a modalidade de provimento prevista no dispositivo vetado.

Por outro lado, também os parágrafos do citado artigo 117, encerram critérios de escolha para investidura com mandato, mediante escolha em listas tríplices, critérios esses incompatíveis com o de livre escolha, adotado pela administração para preenchimento de funções de confiança.

A necessidade de voto ao artigo 120, decorre da circunstância de que, não sendo remunerados os membros do Conselho Estadual da Educação, as disposições que visem assegurar vantagens na aposentadoria, com base no exercício de tais funções, poderiam ferir preceito constitucional que impede passagem à inatividade com proventos superiores aos percebidos na atividade.

As disposições do artigo 122, não puderam ser acolhidas, não só em virtude de resultarem de emenda da qual decorre aumento de despesa, como também em razão de pretenderem assegurar níveis funcionais superiores àqueles que o próprio Estatuto confere aos professores com a mesma habilitação.

As expressões "automaticamente", contidas nos textos dos artigos 119, 121 e 123, foram vetadas em razão de que a comprovação de habilitação exigida para obtenção do benefício, deve merecer apreciação pelos órgãos competentes, para, após, ser feito o reconhecimento formal do direito.

O artigo 124, que decorre de emenda à proposta encaminhada pelo Poder Executivo e da qual decorre aumento de despesa, caracterizando sua inconstitucionalidade, foi vetado em face da Administração adotar para os aposentados as disposições do § primeiro, do artigo 75, da Constituição Estadual.

No "caput" do artigo 125, foram vetadas as expressões "bem como a designação do primeiro concurso, em igual prazo", pelo simples fato do prazo estipulado ter sido considerado exíguo, eis que a preparação de concursos normalmente demanda prazos bem maiores, mormente em se tratando de concursos para provimentos de cargos de quadro em fase de organização.

As expressões "e o Decreto número 1495, de 16 de fevereiro de 1976", constantes do artigo 126, não mereceram sanção, por contrariarem os superiores interesses do ensino e também porque, na tradição do Direito Legislado Brasileiro, os atos da Administração são revogados por outro de igual natureza.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 186/75

A presente Proposição número 02/77, trata do VETO PARCIAL apostó pelo Senhor Governador do Estado ao Projeto de Lei número 186/75.

A atribuição da Comissão de Constituição e Justiça é a de manifestar-se quanto ao aspecto constitucional, jurídico e legal.

Na verdade, neste campo nada impede que o veto seja

apreciado, eis que o Senhor Governador usou de uma atribuição que lhe é conferida pela Constituição Estadual (artigos 28, § primeiro e 47, inciso III) e o fez no prazo legal.

Quanto às razões do veto, foram devidamente justificadas pelo Chefe do Poder Executivo, sob a alegação de que julgou as partes vetadas, contrárias ao interesse do Estado.

Em tais condições, entendemos que o veto se acha em condições de ser submetido ao Plenário.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

O SR. OSVALDO MACEDO (Questão de ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência antes de colocar em discussão a Proposição número 02/77 anuncia que, sobre a mesa, existe requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, vazado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

Requeiro, consultado o Plenário, que na apreciação da Proposição número 02/77 - Projeto de Lei número 186/75, a discussão e a votação incidam sobre a totalidade dos dispositivos vetados, em deliberação única.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES"

— Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa defere. O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, solicito de V. Exa. que, ao ser chamado o Deputado, respondendo ou não, apresente-se porque uns respondem em tom mais alto, outros em tom mais baixo, que a Secretaria reafirme a chamada do Sr. Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Sr. Primeiro Secretário terá o cuidado de conferir, à medida que for respondida a chamada, ou deixada de ser respondida.

O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a presença de 41 Srs. Deputados, está em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. OSVALDO MACEDO — Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Gostaria apenas de ponderar a esta douta Presidência que levantamos esta questão de ordem antes que fosse colocado em votação o requerimento do eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

E a nossa questão de ordem, Sr. Presidente, é que, sendo aceito por esta Mesa, por esta Presidência, terá como prejudicado o requerimento apresentado pelo ilustre líder da Governadoria.

A questão de ordem que nós levantamos Sr. Presidente, fundamenta-se no requerimento que depende exclusivamente de despacho desta Presidência. É que, a nosso entender, a Proposição 2/72 não pode ser objeto de apreciação deste Plenário, já que não houve veto do Sr. Governador ao Projeto de Lei número 186/75.

A nossa questão de ordem, portanto, é para que esta Presidência, recebendo o requerimento que encaminharemos, haja por bem se pronunciar e deliberar sobre o mesmo. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições

regimentais, e tendo em vista o disposto no § quarto do artigo 28 da Constituição do Estado, vem respeitosamente requerer se digne esta Presidência de Promulgar o Projeto de Lei número 186/75, que constitui o "Estatuto do Magistério", em virtude de haver decorrido mais de uma quinzena sem que houvesse veto legalmente fundamentado ou motivado por parte do Exmo. Sr. Governador do Estado.

É que a Proposição número 02/77 não pode ser considerada como veto parcial, eis que essa faculdade só pode ocorrer em razão de inconstitucionalidade ou de contrariedade ao interesse público.

Em sua Mensagem, o Senhor Governador considerou as partes pretensamente vetadas como "contrárias ao interesse do Estado", fundamento inexistente em nossa Constituição e que, portanto, não podem legitimar o ato do Executivo.

Aliás, esta Assembléia já manifestou o seu entendimento nesse sentido, através da sua Comissão de Constituição e Justiça, quando da análise da Proposição número 372/76.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977".

Este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o requerimento que, em questão de ordem, apresentamos para deliberação dessa Presidência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Sr. Deputado autor do requerimento, se deixou, propositadamente, de fazer juntada de informação do protocolo deste Poder, ou se teve conhecimento das datas de expedição deste protocolo e recebimento do protocolo do Poder Executivo, ou se o Sr. Deputado autor do requerimento, louvou-se em informações.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O nosso requerimento está fundamentado. Bastará a sua leitura para sua compreensão. Não se trata, Sr. Presidente, de uma questão de data; mas uma questão de meridiana interpretação legal do texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta não receber o requerimento de S. Exa., o Sr. Deputado Osvaldo Macedo, e vai dar as razões:

Regimentalmente, a Comissão Técnica, Comissão de Constituição e Justiça da Casa, é acionada a falar sobre matéria desta natureza.

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião realizada a 23 do corrente mês, exarou o seguinte parecer. (Lê o parecer ao Projeto de Lei número 186/75). Parecer com aprovação unânime dos subscritores do parecer, com as assinaturas alinhadas na primeira via do parecer juntado ao processo, ora objeto de exame.

A Presidência não pode, como jamais o fez, fugir do acatamento que merece a Comissão de Constituição e Justiça. Por esta razão, reafirma a disposição de não receber o requerimento de V. Exa., Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, devo confessar que faço parte da Comissão de Constituição e Justiça. Infelizmente, por razões que não vêm ao caso alinhar nesta hora, não participamos da reunião que aprovou este parecer, como também dela não participou o eminente Deputado Fidelcino Tolentino, membro da referida Comissão.

Entretanto, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça não tem poder supra constitucional. E ao justificar a possibilidade de que o veto seja apreciado pelo Plenário, a Comissão de Constituição e Justiça, data vênua, laborou no mesmo erro em que incidiu o Sr. Governador ou os Srs. Assesores do Sr. Governador. Tanto que entendeu como passível e passível de apreciação, tendo em vista o fundamento das

partes vetadas como contrárias ao interesse do Estado.

Mas eu pergunto a esta Presidência, em questão de ordem, como portanto dirigente do Poder Legislativo do Estado do Paraná e assim, também guardiã da nossa Constituição, se a Constituição do Estado do Paraná, de acordo com o que dispõe o seu artigo 28, § primeiro, permite que algum projeto de lei ou parte dela seja vetado por contrariar interesse do Estado. Se, sob este fundamento algum projeto de lei, ou parte dele é passível de veto?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). — Sr.

Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. OSVALDO MACEDO — Parece-me que V. Exa. antes tem que responder a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa, a Presidência não vai se sobrepor ao parecer técnico exarado pela Comissão competente, deste Poder.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedi, pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, a não ser que S. Exa. decline.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria, para uma questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Agradeço ao eminente líder da ARENA, a possibilidade de falar em primeiro lugar.

Sr. Presidente, indagaria da Mesa se decidiu a questão de ordem formulada pelo Deputado Osvaldo Macedo em caráter definitivo ou se ainda estamos trabalhando sobre ela?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. conhece o Regimento Interno, cabe a V. Exa. um recurso, Sr. Deputado. A Presidência mantém decisão anterior, pelas razões já anunciadas.

O SR. ENÉAS FARIA — Está decidida definitivamente e estabelecida a decisão de V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A questão de ordem está decidida.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente.

Para que não pareça, que por iniciativa extemporânea, a bancada do MDB, por qualquer um dos seus membros, ou qualquer dos Deputados nesta Casa, pudesse aqui a estar inventando expedientes, pudesse aqui estar pretendendo tão somente protelar a sessão, tão somente juntar algumas formulações, é que gostaria, para que inclusive não recaísse sobre nós a pecha e o estigma de vedetismo, gostaria, Sr. Presidente, de que tivéssemos oportunidade, com o tempo hábil que o Regimento concede, gostaria, Sr. Presidente, de solicitar de V. Exa., de encaminhar a V. Exa. um recurso para a decisão que acabo de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Inicialmente devo informar a V. Exa. que, regimentalmente, requerimentos desta natureza não são objeto de discussão e vedado o encaminhamento da sua votação; todavia, V. Exa. terá como os demais Srs. Deputados, a oportunidade para discutir, falando na oportunidade da discussão da matéria, e falando se desejar, no encaminhamento da votação da matéria.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente.

Ao negar procedência à nossa questão de ordem, e portanto, ao nosso requerimento, houve por bem V. Exa. de fundamentar a sua decisão no parecer da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Passou a prevalecer portanto, o entendimento desta douta Comissão. Eis porque, Sr. Presidente, se esta Presidência é tão ciosa em respeitar a decisão desta Comissão, nós requeremos em questão de ordem, tendo em vista o conflito existente entre decisões da própria Comissão, que esta Presidência haja por bem de trazer ao conhecimento do Plenário, já que não nos foi possível obter administrativamente, a decisão desta mesma CCJ na

Proposição número 372/76, que fazemos referência em nosso requerimento e que contraria a miúdo e por inteiro, o parecer nesta Proposição e a decisão desta Presidência.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). — A questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Osvaldo Macedo, que a propósito me qualificou como Líder da Governadoria, pediria ao nobre Deputado que, pelo menos, fosse original e não tomasse emprestado expressão já usada nesta Casa. Mas, o que há que se discutir, Sr. Presidente, é se o veto está constitucionalmente em condições de ser apreciado. Se ele, atender aos requisitos do que estabelece a Constituição do Estado, é suficiente para que V. Exa. prossiga nos trabalhos de hoje.

Ademais, o fundamento do nobre Deputado Osvaldo Macedo, não tem acolhida nem na doutrina e nem na Jurisprudência.

Tanto é que aquele que talvez tenha elaborado o melhor trabalho a propósito do assunto, José Affonso da Silva, em sua excelente monografia sobre a elaboração das leis do Direito Constitucional Brasileiro, deixa claro que a Constituição prevê o veto, para impedir ou tentar impedir se promulgarem leis inconstitucionais ou contrárias aos interesses nacionais ou interesses públicos.

Exatamente o que diz a Constituição. Na realidade não fica nisto, porque serve para selecionar a matéria de interesses a serem tutelados em face do problema do Governo, adotado pelo Executivo.

Há aqui, a possibilidade de harmonizar o exercício do poder de veto, com o exercício do poder de iniciativa legislativa governamental.

Este constitui o instrumento de atuação de um programa político, de um programa de Governo.

Acontece que através da iniciativa parlamentar, e do poder de emendar, são adotados projetos de lei no Parlamento, eventualmente considerados inadequados ou incompatíveis com o problema governamental, os quais convertidos em lei, importam em desvio ou elemento perturbador do plano do Governo.

O titular, de se analisar a conveniência ou não do interesse público é, constitucionalmente, o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência faz menção ao último parágrafo do requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. Aliás, esta Assembléia já manifestou o seu entendimento neste sentido, através da Comissão de Constituição e Justiça, quando da análise da Proposição 372/76.

A Presidência entende tratar-se de matéria vencida. Não é objeto, portanto, de deliberação desse plenário, nesta sessão.

A Presidência, para conhecimento do Plenário, torna público o parágrafo primeiro do artigo 97 do Regimento Interno: "Todas as questões de ordem, claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia".

A Presidência volta a reafirmar que resolveu a questão de ordem com fundamento nas razões expostas e não recebe o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem) — Sr. Presidente, para consultar de V. Exa.: se deu guarida a recurso que dirigi à Mesa, quanto à deliberação de V. Exa., a respeito da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acabei de dar conhecimento a V. Exa. do conteúdo do parágrafo primeiro do artigo 97 do Regimento Interno.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela ordem) — Sr. Presidente, dessa decisão da Mesa, para efeito de recurso ao Plenário, requereio tempo, para que, fundamentado no Regimento Interno, tendo em vista até a afirmativa e a decisão anterior dessa Presidência de que aceitaria recurso ao Plenário, e como sei que no Regimento Interno, há a possibilidade que das deci-

sões da Mesa se recorra ao Plenário, gostaria de tempo para fundamentar, como fez o Sr. Presidente, este recurso. — (Pausa).

Com base no artigo 125, Sr. Presidente: "Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário."

O SR. PRESIDENTE (Ivo Presidente). — A Mesa informa a V. Exa. que não houve decisão sobre proposição. Houve uma decisão da Mesa sobre uma questão de ordem levantada por V. Exa.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela ordem) — Houve um requerimento formal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — E a questão de ordem levantada por V. Exa. será mantida com respaldo no parágrafo primeiro do artigo 97 do Regimento Interno.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela ordem) — Sr. Presidente, há sobre a Mesa para deliberação exclusiva da Presidência, desta Casa, um requerimento formal e solene, da nossa autoria. E V. Exa. indeferiu.

Neste caso, com base no artigo 125, do Regimento Interno, recorremos ao Plenário.

O artigo 123, diz: "Proposição é toda matéria sujeita à deliberação da Assembléia". Sendo deliberação da Assembléia portanto, a matéria poderá ser posta à deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sr. Deputado, não desejo dialogar.

Todavia, o artigo 125 citado pelo nobre Deputado Osvaldo Macedo, determina: "Das decisões da Mesa, deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário".

A Mesa não deixou de aceitar a proposição, apenas indeferiu a pretensão contida no requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, que solicita providências da Mesa, no sentido de que se promulgue o Estatuto do Magistério.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Pela ordem) — Sr. Presidente, com fundamento no artigo 97, lido por V. Exa.

De modo que V. Exa., Sr. Presidente, não pode ferir o Regimento Interno, que defende com tanta relevância. Apelo para o espírito democrático de V. Exa. para que considere o requerimento, e que o Plenário decida, por si mesmo, se o mesmo está, ou não, ferindo o Regimento Interno.

É com base nisso que o Sr. Deputado Osvaldo Macedo encaminhou seu requerimento à Mesa.

O SR. ENÉAS FARIA (Questão de ordem) — Sr. Presidente, vou tentar ser um pouco mais claro, mais explícito, no meu pensamento, para que V. Exa. possa deliberar.

V. Exa., Sr. Presidente, recebe um requerimento e o indefere. Não importa sob que razão, não importa sob que fundamento. A atitude da Mesa foi indeferir o requerimento. Isto parece ser uma decisão da Mesa.

O requerimento aí está e mereceu sua decisão: foi indeferido.

Mas, o artigo 125, do Regimento Interno, é claro e taxativo: "Das decisões da Mesa, deixando — de aceitar qualquer proposição — foi o que V. Exa. fez — cabe recurso ao Plenário".

Parece-me, Sr. Presidente, que com essa atitude, a Casa estará entregando todos os poderes à deliberação da Mesa Executiva.

Parece-me, Sr. Presidente, que V. Exa. deveria usar suas prerrogativas — como usou — e submeter o requerimento à decisão do Plenário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Questão de ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, nos termos em que está vazado, requer que a Presidência promulgue o Projeto de Lei número 186/75. Portanto, solicita deferimento para o que requer. A Presidência, com fundamento no artigo 97, parágrafo 1, nega-lhe deferimento. E as razões que a Presidência já alinhou, são de ordem a honrar o respeito que tem esta Presidência para com a douda Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a emitir parecer sobre a constitucionalidade do procedimento, objeto de discussão e votação, entendeu estar a matéria em condições de vir a Plenário, como entendeu o Chefe do Poder Executivo.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela mesma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — O Chefe do Poder Executivo, respeitando determinação constitucional.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente. Permita-me dizer que o requerimento do nobre Deputado Osvaldo Macedo, na sua interpretação — que está sendo dada pela Mesa — não está merecendo realmente, a apreciação naquilo que ele requer. Ao citar o exemplo de que não houve decurso de prazo, a Mesa demonstrou, claramente, que se trata de uma questão prejudicial. Que não se trata desta questão porque, mesmo porque, a própria Comissão de Constituição e Justiça se pronunciou a respeito. Ora, Sr. Presidente, com o respeito que V. Exa. sempre nos mereceu nesta Casa em todas as posições que ocupou, o que está se discutindo é se o veto está realmente dentro da Constituição ou não.

O veto diz que o Governador vetou em razão do interesse público, ou melhor, em razão do interesse do Estado. A Constituição Federal, repetida pela Constituição Estadual faz referência, quando diz que o Governador ou o Presidente da República pode vetar, que deve observar se as suas razões podem ser alinhadas dentro da inconstitucionalidade do projeto ou do interesse público.

Então, o que nós temos que distinguir, e, no caso, a Mesa tem que distinguir, V. Exa. especialmente, é se realmente está caracterizado o interesse público, porque o Governador diz que vetou no interesse do Estado. Abro um parêntese para dizer a V. Exa. que sempre entendi que direito do Estado é interesse público. Bem, mas no fato da Comissão de Constituição e Justiça haver se pronunciado a respeito, e eu faço parte desta Comissão e estive presente a esta reunião, não implica em que as preliminares que possam existir no projeto deixem de ser apreciadas, se for o caso, até pelo Plenário.

Porque o que se levanta é uma preliminar que prejudica o andamento do processo Legislativo, como o prejudicaria, agora sim, se estivesse sido constatada a decorrência de prazo.

Então eu pergunto a V. Exa. respeitosamente, e se a Comissão de Constituição e Justiça mesmo ante a decorrência de prazo houvesse se pronunciado favoravelmente a que o Projeto fosse apreciado pelo Plenário, teria ela merecido acatamento?

Porque a sugestão é quase idêntica, e única e exclusivamente se discute esta preliminar, se o Plenário entende que o interesse do Estado — é o interesse público, ou se o Plenário entende diferente.

O ilustre Deputado Osvaldo Macedo, entende diferente; é um direito que ele tem, como membro deste Poder, de entender que o interesse do Estado, em que se funda o Sr. Governador, não é interesse público, previsto na Constituição.

Esta a questão, Sr. Presidente, que foge às questões regimentais a que V. Exa. se refere, porque ela incide sobre o Processo Legislativo que está previsto na própria Constituição.

Conseqüentemente, V. Exa. não pode, Sr. Presidente, agora que se avoca para o Plenário o recurso de uma decisão de V. Exa., negar que seja ouvido o Plenário, porque, então, V. Exa. estará arcando com todas as responsabilidades futuras que possam ocorrer em razão de uma interpretação de V. Exa. e poderá ser outra a interpretação do Plenário. E, será em preliminar ainda, também, a ser deliberado na discussão desta matéria.

Eu acredito que prestei, ou procurei prestar, não sei se fui feliz, à Mesa, especialmente a V. Exa., uma colaboração no sentido de que não fique sobre esta matéria pesando resquício do qual V. Exa. não se faz merecedor. Digo isto, com toda fran-

queza.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa deseja, inicialmente, dizer que a Comissão de Constituição e Justiça, é e sempre foi a mandatária da confiança do Plenário e da própria Mesa e as suas opiniões merecem respeito que sempre mereceram. Se houver discordância do Plenário, quanto à orientação da Comissão de Constituição e Justiça, cabe-lhe o direito de votar contra a matéria.

A Mesa, ao definir como se decidiu nos termos regimentais a questão de ordem, e o fez definitivamente, não está obstando a que este Plenário na votação e no mérito da matéria, vote mesmo contrariando a orientação técnica da Comissão de Constituição e Justiça e, portanto, a Presidência não aceita a alegação de que indeferindo as pretensões do Sr. Deputado Osvaldo Macedo, esteja sobrepondo-se ao interesse do Plenário que com a sua soberania, haverá de decidir no instante da votação da matéria e, fá-lo-á com a mais absoluta liberdade de discernimento e cuja decisão, nos termos constitucionais e regimentais, será como sempre foi, altamente respeitada, pela Mesa.

A Mesa volta a reafirmar que decidiu nos termos regimentais a questão de ordem e o fez definitivamente e não aceita mais questões de ordem, para se discutir este requerimento.

A Mesa se responsabiliza pela decisão que adota, e faço questão de fornecer, para conhecimento dos Srs. Deputados, sobre uma mesma questão de ordem, cada Deputado poderá falar somente uma vez e os Srs. Deputados que estão pela segunda, terceira e quarta vez solicitando a palavra para falar sobre esta questão de ordem, estão a agir antiregimentalmente. Definida a questão de ordem.

Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O Sr. Trajano Bastos — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo, pela ordem, a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, invocando o artigo 98 do Regimento Interno — o Presidente não poderá recusar palavra ao Deputado que a solicita pela ordem; mas, poderá cassá-la se o orador não indicar desde logo, o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos.

Pretendo, Sr. Presidente, fundamentar a minha questão de ordem, porque devo dizer a V. Exa. que não me conformo com as duas decisões tomadas por V. Exa. E o digo, com o maior respeito que V. Exa. me merece.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. quer, por favor, repetir o artigo do Regimento Interno invocado por V. Exa., nesta questão de ordem?

O SR. TRAJANO BASTOS — Pois não. É o artigo 97, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. se referiu ao 98 e trata de matéria totalmente diferente.

O SR. TRAJANO BASTOS — 97, Sr. Presidente, § quarto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. deve tomar conhecimento também do que preceitua o § quinto, do mesmo artigo.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, devo esclarecer a V. Exa., que é a primeira vez que este Deputado pede a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência procederá a leitura do § citado por S. Exa., Deputado Trajano Bastos. “Em qualquer fase da sessão, poderá o Deputado falar “pela ordem”; para reclamar a observância de disposição expressa do Regimento, exceto no momento das votações, em que só terão esse direito o relator e um Deputado, de preferência o autor da proposição em votação”.

A Presidência já foi altamente democrática, deferindo

palavra pela ordem a inúmeros Srs. Deputados, e a alguns deles consecutivamente ou mais de uma vez. E a Presidência lhe concede a palavra para questão de ordem, Sr. Deputado Líder do MDB.

O SR. TRAJANO BASTOS — Havia afirmado, Sr. Presidente, no encaminhamento da minha questão de ordem, que este Deputado não ficou esclarecido quanto à decisão que V. Exa. acaba de tomar, porque o artigo 125, diz o seguinte: "Das decisões da Mesa", "deixando de aceitar qualquer proposição, cabe recurso ao Plenário". V. Exa. nega.

O Art. 123, define o que é proposição: "Proposição é toda matéria sujeita a deliberação da Assembléia".

O conceito emitido por V. Exa., do que seja proposição, sinceramente, Sr. Presidente, não convenceu a este Deputado. Volto a apelar a V. Exa., Sr. Deputado Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que leve em consideração o que está explícito no nosso Regimento Interno e que diz respeito a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência sente-se no dever de dizer que não há proposição à deliberação do Plenário e reside aí o erro cometido na interpretação do Regimento Interno por S. Exa., o líder da bancada do MDB. Não há deliberação, porquanto a Presidência, com respaldo regimental deixou de acolher requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. Não há, portanto, nenhuma deliberação sobre proposição que estivesse a merecer pronunciamento do Plenário.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, no sentido de que se prossiga na votação, em razão de estar finda e definida a questão de ordem, que já é matéria vencida, Sr. Presidente. Solicito que se prossiga a votação, de requerimento que eu fiz e que está sobre a Mesa para ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. E a Presidência solicita que indique o artigo regimental que lhe dá respaldo, para levantar a questão de ordem.

O SR. OSVALDO MACEDO — É todo o Regimento, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, V. Exa. que cita o artigo 97, § quinto, o fundamento a que V. Exa. avocou ao tratar da questão de ordem, ao tratar de generosidade desta Presidência ao dizer que apenas o autor da proposição e o relator, poderiam sobre ela se manifestar, V. Exa. entendeu como proposição o nosso requerimento. E, entendendo-a como proposição, está válido o recurso...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lhe cassa a palavra porque V. Exa. está sofismando.

(Lê artigo 97 sobre questão de ordem).

"Cada Deputado poderá falar somente uma vez".

A Presidência fez menção à proposição, a Presidência coloca em votação o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Com a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — (Questão de ordem). Sr. Presidente, até lá consultar V. Exa. e procurava no Regimento Interno, o dispositivo que diz que o Deputado pode falar na Assembléia. Embora V. Exa. não queira reconhecer que existe...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não admite mais questões de ordem, com respaldo regimental sobre matéria já decidida.

O SR. ENÉAS FARIA — Queria saber de V. Exa., Sr. Presidente, se misericordiosamente, a Mesa e a Presidência, podem permitir que eu, Deputado, possa usar da palavra nesta Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Se V. Exa. o fizer regimentalmente, a Presidência lhe concede a palavra; fase de votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, quer me parecer que nenhum Sr. Deputado solicitou a palavra. Não há encaminhamento de votação, quando não há discussão da matéria. Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pediria a V. Exa. a verificação de votação, e requeiro que V. Exa. defira o meu pedido.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência defere, e fará votação inversa.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, permaneçam como estão.

O SR. OSVALDO MACEDO — (Pela ordem). Sr. Presidente.

Sobre a Mesa há um requerimento contrário ao requerimento apresentado pelo Sr. Líder...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Será objeto de deliberação.

O SR. OSVALDO MACEDO — ... E como um prejudica o outro, deve ser colocado em votação conjuntamente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a Mesa, há um novo requerimento, que chegou depois de apresentado o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, regimentalmente, a Presidência coloca em votação, os requerimentos pela ordem de recebimento na mesa. O primeiro, objeto de deliberação.

Já em fase de verificação de votação.

Os Srs. Deputados que votam favoravelmente ao requerimento do Sr. Luiz Roberto Soares, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados aprovam; 20 Srs. Deputados rejeitam.

— **Aprovado requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.**

Sobre a mesa requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — Em votação. — **Rejeitado.**

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido o requerimento. Srs. Deputados que votam favoravelmente ao requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa). — 20 Srs. Deputados aprovam; 23 rejeitam.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). 21 e não 20, rejeitam.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência louva-se na informação do Sr. Primeiro Secretário.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Eu peço que a Presidência faça a conferência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência corrige: 21 Srs. Deputados rejeitam; 23 Srs. Deputados aprovam. Rejeitado o requerimento.

Está em discussão a Proposição número 02/77, Projeto de Lei número 186/75, observando-se que a discussão, nos termos da deliberação do Plenário e a votação deve incidir sobre a totalidade dos dispositivos vetados, em deliberação única.

Encerrada a discussão.

O SR. OSVALDO MACEDO (Pela ordem). — Sr. Presidente, o Deputado Accioly Neto, sei que a visão da Presidência foi ofuscada, mas o Sr. Deputado Accioly Neto pediu a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita escusas ao Sr. Deputado Accioly Neto, porquanto realmente o holofote que incide sobre os olhos do Presidente impede a visão do Plenário.

Concede a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto, para discutir a matéria.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, a discussão é do projeto?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está em discussão a Proposição número 02/77.

Com a palavra o Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Como Sísifo, que foi condenado a rolar eternamente um pedregulho ao alto de um monte, donde ele logo resvalava, aqui estou, outra vez, tentando alcançar o cume de u’a montanha. A pedra, no meu caso, é representada pelas legítimas e inquestionáveis aspirações do Magistério que foram frustradas; a montanha a ser vencida é o veto governamental; e, finalmente, o cume que pretendo alcançar é a promulgação das disposições legais que não mereceram sanção no Projeto de Lei número 186/75.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, início a íngreme escalada. O veto apostado pelo Chefe do Poder Executivo ao Projeto de Lei número 186/75, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério, não tem nenhuma consistência jurídico-constitucional, porque deixou de ser devidamente motivado.

Com efeito, o Governador se apoiou, para apor o veto parcial, no artigo 28, § primeiro, da Constituição Estadual e, à sombra do preceito constitucional, julgou alguns dispositivos ao interesse do Estado, em alguns casos, ou inconvenientes aos interesses da Administração e do Ensino, em outros.

Contudo, ensina PONTES DE MIRANDA, “Os vetos têm de ter motivos de veto. Não é veto o que se emite sem fundamentação”. Assim também ensina MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, para quem o veto “há de ser sempre expresse e motivado”.

Ora, o termo motivação não quer dizer apenas que ao Chefe do Poder Executivo é suficiente afirmar que todo o projeto de lei ou parte dele, contraria o interesse público ou é inconstitucional, que são as hipóteses, previstas na Constituição, que dão ensejo à sanção negativa (veto). É inarredável a obrigação, consoante a lição dos constitucionalistas citados, de motivar explicitamente cada um dos fundamentos que venham a ser adotados no veto. Deste modo, se o veto decorre de inconstitucionalidade, é imperioso que o Chefe do Poder Executivo aponte o mandamento da Constituição, estadual ou federal, com o qual não se compatibiliza o projeto. Da mesma forma, torna-se indispensável que seja demonstrado claramente qual foi o interesse público, sendo o caso, contrariado pelo projeto de lei. Não se confunde, pois, fundamentação com motivação. A primeira é afirmação, enquanto que a segunda, como consequência necessária, a exposição justificadora. E não se pode negar validade a esse entendimento, sob pena de transformar a apreciação do veto, pelo Poder Legislativo, numa formalidade perfeitamente dispensável, quando em realidade tal ato é, até do ponto de vista histórico, da maior significação e reconhecido alcance, tanto que está previsto em todas as Constituições.

É que, na verdade, ao apreciar o veto apostado a projeto que aprovou, o Poder Legislativo deverá realizar uma tarefa seguramente mais árdua daquela que desenvolveu para criar o direito novo. Quanto a este, só lhe coube usar a imaginação, impregnada da experiência, para atender às necessidades das novas realidades sociais, econômicas ou políticas. Mas, no exame do veto será acrescido mais um elemento: a valoração. Não se trata, evidentemente, de colocar o Poder Legislativo na posição do vate que versejava — “entre les deux mon couer balance”.

Ao revés, impõe-se-lhe uma fria análise de valor, na qual serão sopesadas duas situações: a exigência do direito novo, clamado pela voz popular diante da imodificada realidade, e a vontade contrária do Executivo, fundado em razões pessoais fomentadas, no mais das vezes, pelo tecnicismo imperante, ou, o que é ainda pior, quando a contrariedade resulta de mero capricho de Príncipe.

Estamos, agora, diante desta situação.

E com a agravante de serem falidos, por inexistência de crédito do ponto de vista da legalidade formal, os supostos

motivos com os quais pensou o Governador do Estado haver justificado os fundamentos constitucionais do veto apostado ao Projeto de Lei número 186/75.

Não se trata de simples retórica a afirmação de ausência de motivação em cada um dos vetos parciais.

Senão, vejamos alguns marcantes exemplos:

O Chefe do Poder Executivo vetou o artigo 50 e seus incisos, artigo 51 e parágrafos, artigo 52 e o artigo 53 e parágrafos, do projeto, sob a alegação de que:

“... não puderam merecer sanção, eis que, em virtude da supressão da remoção “ex-officio” no interesse do ensino, que constou do anteprojeto proposto pelo Poder Executivo, as disposições dos citados artigos (...) foram consideradas frontalmente contrárias aos interesses da Administração e do Ensino”.

Tal veto, a rigor, é uma punição. Puniu-se a Assembléia Legislativa pela ousadia de suprimir a remoção “ex-officio”, como também a própria classe do Magistério que reivindicou a medida. É inequívoco, no caso, que o Governador do Estado, fez ressurgir, como Fênix, a Lei de Talião: Olho por olho, dente por dente. Isto é, desde que a Assembléia Legislativa retirou-lhe a remoção “ex-officio”, não mais existirá, no Estatuto do Magistério, nenhuma disposição reguladora do instituto. Ora, se os dispositivos vetados constavam de anteprojeto encaminhado com os interesses da Administração e do Ensino, como, por que, de que maneira, se tornaram incompatíveis com os mesmos interesses?

O veto apostado ao artigo 120, de outro tanto, segundo, o Chefe do Poder Executivo, “decorre de circunstância de que, não remunerados os membros do Conselho Estadual de Educação, as disposições que visem assegurar vantagens na aposentadoria, com base no exercício de tais funções poderiam ferir preceito constitucional que impede passagem à inatividade com proventos superiores aos percebidos na atividade”.

Pelo artigo vetado, se assegurava ao Professor ou Especialista de Educação que tivesse exercido um mandato completo de conselheiro estadual de educação e direito, por ocasião de sua aposentadoria, proventos iguais ao valor do símbolo 1-C, dos cargos em comissão constantes da Tabela Própria do Poder Executivo.

Esse dispositivo não fere a regra contida no artigo 75, parágrafo 2, da Constituição Estadual, que se presume (porque não foi citada), seja a referência aludida no veto. É que os membros do Conselho Estadual de Educação, ao contrário do que diz o Governador do Estado, são remunerados, como faz certo o artigo quinto, § primeiro e segundo, do Decreto número 17447, de 19 de março de 1965. Segundo o parágrafo primeiro, do citado artigo do Decreto número 17447, “os membros do Conselho Estadual de Educação, bem como os seus suplentes, terão direito, quando convocados, a “jeton” por sessão a que comparecerem, assim como a transporte e diárias, se não residirem no local onde realizar a reunião. “Já o parágrafo segundo, do mesmo Decreto, estabelece que “os valores dos “jetons” e das diárias serão fixados pelo Secretário de Educação, fazendo-se o pagamento relativo a transporte sob a forma de fornecimento prévio de passagens, ou de reembolso de despesas”.

O veto ao artigo 116 é, por igual, completamente desarrazoado, pois sequer concorre em seu favor a semântica. Alega o Governador que o dispositivo foi “vetado em razão da alteração que lhe foi introduzida, transformando uma simples autorização para admissão de pessoal pela Consolidação das Leis do Trabalho, em imposição de tais admissões, fato que não consulta aos superiores interesses do Ensino, pois, a “contrário-sensu”, estar-se-ia, de certa forma, restringindo o campo de abrangência do Estatuto do Magistério”.

Nada mais falso, pois não há menor traço que distinga “será permitida a admissão”, que era a redação do anteprojeto, de “serão admitidos”, que constou do projeto encaminhado à sanção. Em ambos os textos, o objetivo é um só: autorizar a ad-

missão de pessoal sob o regime da CLT. A supressão da palavra "permitida" em nada altera o escopo do dispositivo que continua a ser, com a nova redação, meramente permissivo e jamais impositivo como quer o veto.

O Governador do Estado vetou as expressões "exerceu ou", que constava da letra b), do parágrafo segundo, do artigo 17, porque, segundo ele, "ensejariam, por sua abrangência demasiadamente ampla, oportunidade de ingresso em cargos do Quadro do Magistério, de pessoas de longa data afastadas das atividades do ensino, o que, sem dúvida alguma, seria altamente inconveniente aos interesses do Estado".

Também aqui está desmotivado o veto. É que essa abrangência não tem a amplitude imaginada, pois os limites ao ingresso no Quadro do Magistério, são inegavelmente estreitos, como se vê das disposições dos art. sétimo, 17, § primeiro, VI, e § segundo, e artigo 18, do projeto.

No veto ao artigo 122, alega-se que as disposições provocariam aumento de despesa e, ao mesmo tempo, constituem privilégio intolerável.

Simplesmente tola a argumentação utilizada no veto. Primeiro, porque não há despesa conhecida ou prevista e, quanto a isso não deixa dúvida o texto do artigo 109, do projeto, segundo o qual "as despesas decorrentes da implantação do Quadro Próprio do Magistério serão atendidas pelos recursos próprios do Estado, aliados aos recursos federais de que tratam os artigos 52 a 57, e respectivos parágrafos, da Lei Federal número 5692/71".

Ainda quanto à despesa, é de se salientar que se votou, nesta Casa, projeto de lei tratando da majoração dos vencimentos do pessoal civil e parte do pessoal militar do Estado do Paraná e, nele não constava a tabela própria referente ao magistério, o que vem corroborar a afirmativa que ora faço por escrito e que está sendo lida, de que até hoje não há despesa prevista em relação ao novo Estatuto do Magistério.

"Em segundo lugar, porque não pode ser definido como privilégio a mera excepcionalidade decorrente de especial situação em que se encontram, na atualidade e face ao novo Estatuto, os professores efetivos do ensino médio, normalistas concursados que lecionam o segundo grau completo.

Quanto ao veto apostado ao artigo 117 e seus dois parágrafos, a alusão à Lei número 5692/71, como suporte da negativa de sanção, é pueril e completamente descabida. No que respeita ao "caput" do artigo 117, afirmar que a Lei número 5692/71, condena a forma de provimento ali definida significa desconhecer o texto do artigo 79 da própria lei invocada, bem como o reconhecimento de que não foi lido atentamente o artigo 112, do projeto. Ademais, não se pode olvidar que, à vista do disposto no artigo 125 do projeto, o sistema estadual de ensino viverá, por noventa dias, um período de "vacatio legis". Ora, o objetivo do artigo 117 é exatamente o de, a título transitório, suprir a temporária lacuna. Não é outro o sentido do mencionado artigo, que dispõe: "Até que se processe o provimento dos cargos de Pessoal Especialista, as nomeações e designações para encargo de Delegacia, Inspeção, Direção e Secretariado, Assessoramento Técnico dos Estabelecimentos de Ensino continuarão a ser feitos pelas autoridades competentes, de acordo com a legislação anterior, seguida com as modificações desta lei". Os dois parágrafos vetados regulavam a modalidade do provimento dos cargos referidos no artigo. A modalidade prevista embarga o critério de livre escolha, para cargo de confiança, conforme está no veto. Ora, usa-se aqui o critério de dois pesos e duas medidas: para vetar o artigo 117, alega-se a instituição de carreira para os referidos cargos, portanto deixando de ser da classe dos de confiança que permitem a livre escolha; para poder vetar os dois parágrafos, utiliza-se argumento inverso. Afinal, qual é realmente o motivo do veto?

Esses, entre outros, alguns exemplos da falta de motivação dos vetos parciais apostados ao Projeto de Lei número

186/75".

Pretendia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, submeter à Mesa em face das considerações até agora expendidas, questão de ordem para suscitar se o veto apostado pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei número 186/75, poderá, anexo ao projeto, ser objeto de deliberação por esta Assembléia Legislativa. É que entendo que, no caso concreto ora em discussão, nós temos um veto reconhecidamente expresso e que eu proclamo fundamentado, porque se valeu o Sr. Governador do Estado de uma norma constitucional específica, qual seja, a regra constante do artigo 28, § primeiro, da Carta Política Estadual.

Isto é fundamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que falta na Mensagem que transmite ao Poder Legislativo o veto ao Projeto 186/75, é a motivação justificadora do fundamento ali invocado. Pode ser e acredito, que este meu entendimento não seja o mesmo daqueles que têm procurado durante todo o tempo, pesquisar alguns ensinamentos de Direito Constitucional. Para outros, e ainda ontem, conversava com o eminente Líder do Governo, sobre o assunto, o veto, no que respeita a sua natureza jurídica, é de uma dubiedade que deixa perplexo, não só a nós, meros estudantes, mas até àqueles que fazem a doutrina.

É que para alguns, o veto em relação à sua natureza jurídica, tem uma índole estritamente jurídico-constitucional, isto querendo significar que toda e qualquer apreciação que sobre ele se faça, está presa ao sistema constitucional vigente, e às normas jurídicas que também estão em vigor.

Para outros, em situação diametralmente oposto, o veto é de natureza política. E há pouco, o eminente Deputado Luiz Roberto Soares, ao citar um extraordinário autor de Direito Constitucional, deu de certa forma, o contorno desta definição política do veto quanto à sua natureza jurídica, ao dizer que é um poder enfeixado nas mãos do Chefe do Executivo, para evitar que se legisle contra os interesses do Estado, que de certa forma abrange o próprio interesse público.

Mas nós, temos que definir, queiramos ou não, aqui desta Assembléia, em face do nosso texto constitucional, qual é a natureza jurídica do veto.

Depois então, poderemos deliberar honestamente, sobre o veto apostado pelo Governador do Estado ao projeto de dispõe sobre o Estatuto do Magistério.

E quanto a isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu entendimento se filia à corrente dos que defendem a tese, segundo a qual o veto, que surgiu com uma conotação jurídico-constitucional, na Constituição Francesa de 1791, em face do que dispõe a nossa Carta Política deve ser focado por um prisma exclusivamente técnico, no que se refere às normas jurídicas vigentes, e às disposições constitucionais.

Em outras palavras ao vetar um projeto de lei, o Governador do Estado, deverá se afastar, desde logo, de qualquer critério político. Político, no que se relaciona à sua própria administração.

Há que ver quais são os pressupostos inseridos na Constituição do Estado, que lhe permite vetar uma iniciativa do Poder Legislativo.

Se estes pressupostos estão presentes, então terá ele condições de obstar em definitivo, que um projeto de lei chegue a se transformar numa norma legal, que passe a vigir a partir da data da sua publicação. E dentro deste entendimento, é que eu acho que em relação ao Projeto de Lei número 186/75, que voltamos a discutir, não houve por parte do Governador do Estado, em nenhum momento, reflexão no que respeita à utilização do artigo 28, parágrafo primeiro, da Constituição do Estado. Usou indevidamente, porque lhe faltou a motivação necessária para explicar a cada um dos membros desta Assembléia, quais são realmente os interesses da administração, os interesses do ensino e que também usou, os dispositivos do Estado, que foram contrariados por alguns dos dispositivos do projeto.

E, nessas circunstâncias, como declaração de voto, desejo afirmar que não posso ter outra atitude, senão a de votar pela manutenção do projeto, contra o veto apostado.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Accioly Neto, V. Exa. já ao final, pelo que percebo da sua oração, me permitiria um pequeno aparte? **O SR. ACCIOLY NETO** — V. Exa. tem o aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — É que V. Exa. ao se referir a "vetos"; a tantos vetos, — aqui a gente quase confunde "veto" com "voto" que é quase a mesma coisa; nesta circunstância da vigência constitucional, anômala em que vivemos; V. Exa. indagou sobre o veto apostado aos artigos do projeto; relativamente aos artigos: 50, 51 e parágrafos; 52, 53 e parágrafos. A indagação de V. Exa. é procedente e eu me antecipando quero dizer a V. Exa. que foi por tão pouco este veto. Foi porque o parágrafo quarto, pretendido pelo projeto original ele teve o declínio, o desamparo desta Assembléia, quando pretendia inserir no texto do artigo 53, o parágrafo quarto, a remoção compulsória a qual caiu aqui, neste Plenário. E é exatamente por isto que o livro se feriu, nobre Deputado. E aí está a motivação, o espírito vingativo, o desejo da derrocada. Ou tudo, ou nada. Porque a concessão da caneta do Executivo para com o magistério é impenitente. De tal sorte que procurei apenas esclarecer a motivação, ou melhor, o espírito que instruiu o veto, ao menos nesta parte.

Quanto às outras, eu procurarei definir "à posteriori". Mas a razão fundamental desta situação eu o fiz, com o intuito de caracterizar bem o espírito vingativo dos delegados do Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — Muito obrigado a V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Evidentemente não com o intuito de polemizar mas eu quero cumprimentar V. Exa. pela magnífica aula de Direito Constitucional que mais uma vez V. Exa. dá a esta Casa. E por outro lado, consignar que eu me filio na corrente que entende ser o veto um instrumento mais de natureza política, do que de natureza jurídica. Porque é evidente que na medida que a Constituição exige como pressuposto para o veto, razões de constitucionalidade, ou razões de conveniência de ordem pública, como o primeiro pode ser objetivamente definido, considero absolutamente impossível definir o que seja interesse público.

Razão pela qual acredito que a Constituição pretendeu conferir esse "privilégio de príncipe" — expressão usada frequentemente — expressão consagrada pelo Direito.

A Constituição conferiu ao Executivo a presunção de que ele estaria em melhores condições de julgar o que seja interesse público.

De qualquer maneira, quero cumprimentar V. Exa. pela magnífica exposição. E isso digo com sinceridade.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concedeu.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço o aparte de V. Exa., e como afirmei, há a dúvida crucial a respeito de que entendimento deve prevalecer.

Mas, a propósito, e também, sem nenhum sentido de polemizar, queria, ainda com relação ao veto apostado a esse projeto, referir-me a um aspecto que — me parece — face à dúvida suscitada, pode nos levar à filiação à corrente das que entendem que o veto tem uma natureza estranhamente jurídica.

Na parte relativa à remoção, várias das disposições sofreram impugnação por parte do Governo do Estado do Paraná, e foram, exatamente as mesmas que encaminhou para deliberação desta Casa. Podíamos, então, supor, e não é a compração em relação ao atual Chefe do Poder Executivo, é matéria em tese — que o Chefe do Poder Executivo Estadual, dolosamente, encami-

nhasse ao Poder Legislativo, anteprojeto de lei — se não todo, pelo menos em parte, que contrariasse interesse público relevante.

Admitindo-se, por hipótese, que o projeto viesse a ser aprovado, na íntegra, que não se alterasse nem a redação, ao ser submetido ao "placet" governamental, ele viesse sofrer veto, sob a alegação de que a Assembléia, o Legislativo, havia aprovado matéria contrária a interesse público.

É de se perguntar, então, com que objetivo houve esse procedimento do Chefe do Executivo? Foi ele que pediu que determinada disposição se transformasse em norma legal, e foi ele próprio que, "a posteriori", negou validade às mesmas disposições, sob o pressuposto que contrariam "interesses públicos"?

E aí temos, então, claramente demonstrado, o critério que deve ser adotado no exame do veto; não pode ser o político, mas tem que ser, necessariamente, o jurídico.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, caso mais espantoso ocorreu, relatado por José Afonso da Silva, caso ocorrido na Paraíba, em que o Supremo Tribunal entendeu que o Chefe do Executivo, pode, inclusive, retratar-se de seu veto. É uma atitude estranha. Contudo V. Exa. há de permitir, nesta hipótese, o Governo pode ainda entender que "competência de ordem pública" deixou de sê-lo em outra oportunidade.

O SR. ACCIOLY NETO — Era só, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar que existem inscritos, para discutir a matéria, dois Srs. Deputados e inclui o nome de V. Exa. como quarto inscrito. Estão inscritos, pela ordem, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi e o Sr. Deputado Dácio Leonel. Pela ordem, a Presidência fará a inscrição de V. Exa. para discutir.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenham a certeza nesta tarde, em que há poucos instantes, Sr. Presidente, numa votação histórica, o meu Partido, no Congresso Nacional, rechaçou o projeto da Reforma Judiciária, cumpriu o seu programa. Tenho a certeza, Sr. Presidente, que ao subir nesta tribuna, tenho que fazer o papel melanólico do homem que tenta modificar o imodificável.

Tenham, Srs. Deputados, a certeza, pelo que nós temos assistido no desenrolar desta sessão, de que o veto será mantido. E que força alguma poderá modificar a decisão do eminente Governador do Estado.

Mas o homem não deve se curvar ante a fatalidade do destino. Aliás, até o nosso eminente Ministro da Justiça chega a enumerar uma frase histórica nesta Nação: O FUTURO A DEUS PERTENCE.

Acredito que o futuro do Poder Legislativo, a partir do instante em que não se acolhe no Congresso Nacional, uma carta proposta de reforma do Judiciário, está pertencendo a Deus. E aqui, para derrubar este veto, só se o Criador se lembrar dos professores deste Estado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos discutindo um veto apostado em dez artigos dos 126 que constituem o Estatuto do Magistério. Portanto, um veto parcial. Estas disposições não foram eliminadas totalmente do corpo do Estatuto. Os dez artigos vetados foram suspensos até que esta Assembléia se manifeste formalmente sobre o veto governamental.

A partir daí, mantendo-se o veto, serão estes artigos expungidos, ou derrubando-se o veto, serão eles reintegrados ao corpo do Estatuto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, disse eu que tinha a certeza de que o veto não será derrubado por uma simples razão. Já se encontram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, impressos na Imprensa Oficial nada menos, nada mais do que dez mil

exemplares iguais a este, que é o Estatuto do Magistério, em que consta, para tristeza deste Poder Legislativo que está vetado, o Estatuto impresso. Dez mil unidades, com o autógrafo do eminente Secretário de Educação.

Fato consumado, o veto. Portanto, impresso para ser distribuído ao professorado deste Estado.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. me permite um aparte?
O SR. NILSO SGUAREZI — É melancólico, realmente, o papel que fazemos aqui, tentando modificar o imodificável. Concedo o aparte com satisfação.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, V. Exa. já prenuncia derrota. Porque não terminamos ainda a fase parlamentar da matéria. É sabido que eminentes Deputados da ARENA, a exemplo daquele que o antecedeu na tribuna, discordam do procedimento da maioria da nossa bancada. Razão pela qual, não é justo o seu pronunciamento, quando diz que o Governo já sabe o resultado. O resultado está nas nossas mãos. V. Exa. não conhece a declaração de voto de todos os Srs. Deputados desta Casa.

Junto-me a V. Exa., quando diz, com veemência, da tribuna, uma liberdade parlamentar que lhe é conferida, discordando do procedimento governamental mas, discordo de V. Exa. de antecipar o julgamento que ainda não sabemos.

Isto posto, nobre Deputado, acredito que o seu pronunciamento, o qual acompanho com muita atenção, seja enriquecido de dados reais e não de suposições.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Com toda certeza, V. Exa. não leu com atenção o que dispõe a Constituição Federal e seguida pela nossa Constituição.

Diz o artigo 59, em seu § terceiro da Constituição Federal e pela nossa Constituição repetido — “Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal este convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dele conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que, dentro de quarenta e cinco dias, em votação pública, obtiver o voto de dois terços dos membros de cada uma das Casas. Nesse caso será o projeto enviado, para promulgação, ao Presidente da República.

§ 4º — Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o veto será considerado mantido”.

Todavia, a própria Constituição diz — Se a sanção for negada, quando estiver finda a Sessão Legislativa, é o caso, o Sr. Presidente da República, publicará o veto.

De maneira que a publicação do veto nada mais é do que uma decorrência de dispositivo constitucional. Terrível seria se o Sr. Governador não tivesse publicado o veto como o fez. Aliás...

O SR. NILSO SGUAREZI — Esta publicação se refere ao Diário Oficial. V. Exa. não pode entender isto como publicação oficial.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. há de concordar comigo, de que o projeto já é lei, com exceção das partes vetadas.
O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito.

O Sr. Luiz Roberto Soares — De maneira que, nada mais lógico e natural que se publicar o Estatuto com os vetos. Se forem derrubados, passam a integrar o corpo da lei. Enquanto não, a lei aprovada sem vetos, já é lei. Nada mais natural.
O SR. NILSO SGUAREZI — Eminente Deputado Luiz Roberto Soares, sinto-me humilde para responder o seu aparte. Vou invocar Francisco Sá Filho, Professor Catedrático da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em sua obra “Relação entre os Poderes do Estado”, para lhe responder.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Esta edição é de 1916?

O SR. NILSO SGUAREZI — Não vem ao caso a edição, eminente Deputado. V. Exa. que é bastante culto, já deve ter lido todas as edições. Mas se o veto é apenas suspensivo, não absoluto, que é o caso, conforme a lógica jurídica e, no caso

de ser desacolhido, a parte vetada se restaura, se ratifica na parte não vetada e segue a vigência deste, salvo os casos de irretroatividade.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa., o livro refere-se à Constituição de 1891. O veto passou a existir no Direito Brasileiro, em 1926, com a emenda constitucional.

O SR. NILSO SGUAREZI — Esta edição é de 1959.

O Sr. Luiz Roberto Soares — A edição poder ser, mas...

O SR. NILSO SGUAREZI — A Constituição de 1946 que inovou a matéria de veto, quando passou a exigir o quorum qualificado, porque antes o veto era derrubado por minoria simples, e hoje se exige o voto qualificado de dois terços do Parlamento, para derrubar o veto. Portanto, é quorum qualificado.

Mas aqui está a resposta de V. Exa. de que não haveria prejuízo, no caso de que fosse derrubado o veto passaria a ser restaurada, essa parte haveria de ser reparada.

Diz o eminente tratadista: Apenas seria recomendável que na publicação da parte não vetada da lei, a que não fosse vetada, também se publicasse como menção do veto, no lugar da simples e vaga declaração: Vetado, que é o caso que foi feito aqui.

Porque admito e quero crer, mesmo e faço fé no que me disse o eminente Deputado Quielse Crisóstomo, que possam ser derrubadas as partes desse veto. Então, eminente líder da ARENA, o que a Imprensa Oficial fará com esses exemplares e que constam aqui, em todos os exemplares a expressão: Vetado.

No mínimo o Estado terá um prejuízo com a impressão desses folhetos, porque se o veto for derrubado, terão que ser reimpressos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. está sofismando.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, pretendo continuar. A história do veto tem sofrido injunções em todos os países democráticos, onde funcionam Parlamentos. Realmente onde existe um Poder popular, como a Assembléia, que é mais sensível aos reclamos das classes da população, o veto é um poder conferido ao Executivo, muitas vezes, para cercear, é verdade, deturpações da lei, ou inconstitucionalidades que os representantes do Povo, exatamente por serem mais vulneráveis aos pedidos, até de suas clientelas eleitorais, se conferia o veto ao monarca, ao rei, ao chefe do Executivo para que ele então, muitas vezes, cerceasse disposições até estapafúrdias. Aí então surgiu o veto parcial nos termos legislativos. Para analisar a utilização do veto temos que ver também a condição do titular do veto. Assim é, que se há um governador eleito diretamente pelo povo, ele é mais sensível, como o parlamento, como os deputados a atender as reclamações de classe, a sentir na sociedade os seus anseios e as suas reivindicações, do que quando ele é eleito indiretamente. Porque existe o afastamento e a distância entre o titular do veto, o homem que pode vetar determinando a parte da lei e o corpo legislativo, como é o caso.

E mais difícil se torna derrubar um veto como é o caso aqui hoje, nesta Assembléia e nas circunstâncias em que se vive hoje o Brasil, do bipartidarismo, da existência de apenas dois partidos, principalmente quando o Partido que dá sustentação ao Governo representa a maioria, nesta Casa. Porque, não pensem os senhores integrantes da seleta bancada da ARENA, que nós não sabemos entender o posicionamento político em relação ao Estado e aos interesses da Administração.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um veto tem que alinhar fundamentação, muito bem explicou o Deputado Acioly Neto. E tem que alinhar também motivos, porque mesmo um Poder sendo independente do outro, este Poder deve ser respeitado pelo outro.

Aqui estão homens que querem cumprir fielmente com os seus mandatos, e este veto deve ser fundamentado e deve ser motivado. Porque o veto pode ser inconstitucional, é o caso, por exemplo, de três artigos em que o Governador cita aqui, que

teria vetado por serem inconstitucionais os casos de aumento de despesas.

Aceito esta fundamentação do Governador, aceito.

Realmente, pela Constituição atual, o Poder Legislativo está castrado.

Todas as iniciativas que alterem a despesa pública só cabem ao Poder Executivo, e o Legislativo está impedido, está vedado.

Mas, os outros casos de veto, nos outros sete artigos, não são razões e não são fundamentos constitucionais, são outras razões, outros motivos.

Então temos o caso, não do veto constitucional, é o caso então, do veto de inoportunidade ou do veto de inconveniência.

São vetados partes da lei, por serem reputadas, por serem julgadas pela administração, pelo Governo, como importunas, como inconvenientes aos interesses do Estado.

Deseja a Constituição brasileira, a Constituição Estadual, de que o veto alinhe os motivos.

Então, deveria ter o Sr. Governador do Estado alinhado esses motivos para vetar, a fim de que nos desse, aqui, elementos e subsídios para julgarmos quais as razões, e se esses motivos podem ser aceitáveis, para serem expungidas partes de uma lei que foi aqui vetada, de uma lei que soberanamente, a maioria chegou à conclusão de que deveria ser aprovada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vejam que o Governador vetou os artigos 17 — § segundo 32 — § quinto e sexto; 51 e seus parágrafos; artigos 52, 53 e seus parágrafos; artigos 125/6 e não especificou os motivos, não deu os motivos para este veto.

Como eu disse, acredito até que votaria favoravelmente se fosse desdobrada a votação em artigos.

Porque acredito que possa ser dada a interpretação de alguns artigos serem inconstitucionais, aqueles que aumentariam a despesa.

Mas esses outros, os sete, que são os mais importantes que é o caso da remoção, o caso da lista tríplice, o caso da permanência do 1495, do Regime da CLT, esses, Srs. Deputados, não se alinham nos motivos para o veto.

Tem o aparte o Sr. Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — V. Exa. é muito cordial e muito gentil com o Sr. Governador, quando diz que ele veta praticamente todo o capítulo 16 da Remoção, deixando apenas o artigo 49.

Vejam os artigos 50, 51, 52, 53. V. Exa. é gentil, quando diz que o Sr. Governador não levanta os motivos do veto.

Mas, nós sentimos claramente, na Mensagem Governamental, que S. Exa. o faz, com o espírito de vingança.

Porque diz o seguinte, o artigo 50; e seus incisos; o artigo 51 e s/parágrafos; o artigo 52, o artigo 53 e parágrafos; que tratam da remoção dos integrantes do Magistério, não puderam merecer sanção.

E eis que em virtude da supressão da remoção ex-officio, no interesse do Ensino, que constou do anteprojeto proposto pelo Executivo.

Aí mostra claramente, que resolveu simplesmente despojar o capítulo 16 de toda e qualquer determinação legal, deixando apenas um problema de semântica, quando dá no artigo 49 o significado da palavra "remoção".

É a partir daí, as suas especificações técnicas: simplesmente: o Governador veta "in totum" justificando, isto sim, uma represália a esta Casa por não ter aceito o princípio da remoção "ex-officio" que claramente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi, não deveria ser uma motivação digna de um Chefe de um Executivo Estadual.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. tocou num tópico que mais adiante pretendo fazer uma análise da motivação do Governador e não dos motivos, porque entendo que entre

motivos se deve enumerar razões técnicas e jurídicas, que são o requisito exigido pela técnica do processo legislativo, pela técnica formal do veto.

É o caso que nos ensina o professor Luiz Navarro de Brito, ao afirmar: "O veto por inoportunidade" — seria o caso do veto desses artigos, "pode ser definido como o exame qualitativo do projeto pelo Poder Executivo".

Em outros termos, a análise do mérito da norma em relação ao interesse geral, isto é freqüentemente feito por intermédio de considerações ao mesmo tempo jurídicas e técnicas".

Daí a necessidade do Governador alinhar os motivos; evidentemente que está, a expressão, no plural.

O Governador teve uma motivação. Essa motivação do Governador, eminente Deputado Renato Bernardi, é também por nós criticada.

Essa motivação é também por nós condenada. Não posso entender como motivação, para vetar, os casos de remoção.

O fato de ter sido expungida a remoção ou a transferência, pode se operar em várias modalidades, ou mais precisamente, a pedido, por concurso, por permuta, e pela transferência do cônjuge, ou a "ex-officio".

A modalidade "ex-officio" é uma parte do todo, ou seja, um dos critérios que se utilizam e que estava anteriormente alinhado no projeto.

Como entender assim de que a retirada de uma parte, possa comprometer as demais, se a cada parte corresponde um critério individualizado e caracterizado, que relação alguma tem a ver com a outra parte?

E tanto é indefensável, de que não se apresentou motivo algum, tão somente, que aí está na íntegra a redação do Sr. Governador: — "foram consideradas frontalmente contrárias aos interesses da administração e do ensino".

Vejam V. Exas. o termo. "Considerar" — do latim, considerare, que significa: meditar, pensar, reflexionar, reputar-se, ter-se na conta de, conceber, imaginar, tudo isso significando, em outras palavras, uma apreciação altamente objetiva, aliás tão subjetiva que não é possível desconhecer a ausência dos casos de remoção, quando o cônjuge por motivo de função pública tiver que se ausentar do domicílio escolar.

Não tem procedência, portanto, neste aspecto, o veto.

Por outro lado, estas modalidades foram enviadas por sua iniciativa, como o próprio Governo acentua, e sinceramente não vejo como se possa relacionar, como se possa vincular uma coisa com outra.

Não existe acoplamento algum entre remoção "ex-officio" e remoção a pedido.

Uma, é critério que parte do professor, a outra da administração.

Ora, o Estatuto tem como objetivo, fixar também os direitos do Magistério, não apenas as prerrogativas da administração".

Ora, o Estatuto tem como objetivo fixar também os direitos do Magistério.

Não apenas as prerrogativas da administração. Ao não concedermos a remoção "ex-Officio", teve-se em mente, não abrir a possibilidade de julgamentos e critérios subjetivos à administração pela amplitude do termo INTERESSE DO ENSINO.

Todavia, ao manter-se a remoção à pedido, ficou ela disciplinada a casos objetivos e não simplesmente à vontade unilateral e subjetiva do professor.

Na verdade, conferiu-se mera faculdade ao professor pedir sua remoção, desde que estivessem preenchidos certos requisitos explícitos e formais, constantes, aliás, dos artigos vetados.

Já tive a oportunidade de afirmar aqui desta tribuna, que esta parte do veto, data vênica, a consideração que nos merece o Exmo. Sr. Governador, mas, a mim, mais me parece

cristalizado um ato de revanchismo e despotismo de quem não conseguiu dobrar um colegiado para que se reconhecesse, ao Executivo, o arbítrio e tão somente o arbítrio, de saber quando e como se decretaria o INTERESSE DO ENSINO.

E este arbítrio, agora, faz-se sentir com toda veemência.

Descabido e até desumano, porque atinge não apenas o direito do professor, mas invade o sacrossanto e inatacável direito familiar, ao impedir um cônjuge acompanhar seu consorte quando este tiver que se ausentar do lugar de origem.

Além de tudo, foi incoerente o Sr. Governador, porque vetou parte do que ele próprio pedira que aprovássemos.”

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Nilso Sguarezi, a matéria, nesse tópico, foi fartamente discutida, inclusive por nós mesmos.

Contudo, aborda V. Exa. o delicado problema, o delicado tópico.

Não pretendia dizer que, V. Exa., na ânsia de defender uma classe, classe a qual também pertence, chegasse aos píncaros de trazer a ela uma excrescência administrativa.

Excrescência administrativa que só poderia, no meu entendimento, trazer problemas ao próprio ensino.

Porque, nós parlamentares, no meu entender, e acredito, no entendimento da maioria — legislamos em benefício do povo, não de uma determinada classe.

A classe é parte do povo.

E mesmo os professores, aqui tenho um documento assinado por órgão representante da classe, muitos professores resmungam dessa tese.

A inamobilidade de professores tiraria essa classe do regime normal de funcionário público estadual.

Qualquer funcionário público estadual, não só uma classe, está sob o comando do Chefe do Executivo.

E a inamobilidade que V. Exa. conhece tão bem, V. Exa. é ligado aos Magistrados — acredito que V. Exa., Jurista emérito que é, não estaria confundindo Magistério com Magistrado.

Mesmo ali, a inamobilidade tem criado problema.

Imagine V. Exa., se tivéssemos de manter, dentro do município, ou até mesmo dentro do próprio Estado, a questão proposta pelo MDB, seria um desastre.

Porque a medida de correção, necessária ao bem estar dos alunos, e do povo, seria inapelável.

Porque, havia de criar uma excrescência administrativa.

O SR. NILSO SGUAREZI — O que V. Exa. entende por excrescência administrativa?

Qual seria o artigo que V. Exa. julga uma excrescência administrativa aí nesta parte vetada?

O Sr. Quielse Crisóstomo — O tratamento “sui generis” a uma série de classes.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu estou falando, Sr. Deputado, sobre a remoção.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Exatamente, sobre a remoção.

O SR. NILSO SGUAREZI — Qual então dos artigos vetados seria uma excrescência administrativa?

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. se referiu às remoções dos professores e nós defendemos a tese já preconizada por outros parlamentares, de que o tratamento com relação à remoção de professores deve ser o tratamento geral dado a todos os funcionários públicos deste Estado.

Mas quero fazer, para ser breve, uma referência um pouco oportuna e, permitam-me o termo, sem base, que V. Exa. diz que o Governo tratou desumanamente o problema do cônjuge que tivesse um deles pertencente à classe dos professores.

É sabido por V. Exa., como por todos nós, que é bem claro o artigo 68 da Constituição do Estado com relação ao amparo legal que dá ao cônjuge quando da transferência de um

deles, ou do marido.

E, mesmo que não fosse, o marido o funcionário público, que prevê, o artigo primeiro, ele teria preferência se fosse transferida, sua atividade profissional, para sua esposa . . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas qual o inconveniente de constar o preceito constitucional numa Lei complementar à Constituição, que é o Estatuto, qual a inconveniência de constar no Estatuto o preceito que a própria Constituição exige de que quando o cônjuge seja transferido o professor tenha direito à remoção.

Qual a inconveniência, nobre Deputado?

O Sr. Quielse Crisóstomo — Este direito lhe é assegurado pela Constituição.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas então não estaríamos aqui votando um Estatuto do Magistério.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Isto seria plagiar a Constituição.

Nós estamos aqui elaborando leis e não plagiando Constituição que é uma Lei vigente.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. está cometendo um sacrilégio jurídico ao dizer que estamos plagiando a Constituição.

A partir do momento em que V. Exa. contrariar a Constituição, V. Exa. está perdendo totalmente a competência para legislar, porque a Constituição é lei maior.

Todas as demais leis devem se alinhar sob a Constituição.

Não só temos que plagiar a Constituição mas observar os preceitos que ela exige.

Se o preceito é claro, mal algum existe que ele seja explícito e formalizado na lei.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Nem mesmo que quiséssemos, não teríamos condições de elaborar uma lei desta natureza, porque seria inconstitucional.

Então para que versar sobre matéria tão clara da Constituição?

Com relação à remoção e aos direitos adquiridos pelos cônjuges no artigo 68?

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Quero ser breve e responder aos diversos tópicos do aparte de V. Exa., no prosseguimento da minha exposição para não truncar o meu raciocínio.

O Sr. Dácio Leonel — Deputado Nilso Sguarezi, permite-me um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Pois não.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, na verdade o que nós estamos notando é que no pronunciamento de V. Exa. ficou uma impressão para o professor, de que com os vetos apostos pelo Sr. Governador aos artigos que tratam da remoção, teriam eles, os professores, perdido as condições de remoção por permuta ou de remoção por transferência ou remoção do cônjuge. . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Em absoluto.

O Sr. Dácio Leonel — E me permite apenas concluir o meu pensamento se V. Exa. me concede o aparte.

Então fico satisfeito que não seja esta a idéia que V. Exa. esposa da tribuna.

Porque na verdade, o que acontece, é que os artigos 50 a seguintes, que foram, pelo Sr. Governador vetados, não correspondem ao texto original enviado por S. Exa. a esta Casa uma vez que eles decorrem, todos eles, de uma emenda apresentada.

Agora veja V. Exa. quando o prezado parlamentar, Deputado Quielse Crisóstomo, fez a observação com referência ao artigo 68 da Constituição, o artigo 68 da Constituição diz que: às mulheres será assegurado transferência para o domicílio da família se o marido também for funcionário, ou se a natureza do seu emprego assim o exigir.

E no parágrafo único, verificada a hipótese da falta de vagas para mulher funcionária cujo marido, não sendo servidor público, for removido ou transferido em razão do seu emprego terá ela preferência anotada para ocupar a primeira vaga que se abrir.

Esta disposição constitucional tem sido, até hoje, utilizada nas remoções no nosso ensino.

Ela também foi incorporada no atual Estatuto.

Acontece que na emenda apresentada, foi modificado, ao invés de "As mulheres será assegurado", o artigo 53 vem dizer na emenda apresentada, "ao professor ou especialista de educação"; então, procurando, também estender este benefício, quando a esposa é que se transfere.

Então, houve, realmente, uma alteração. Mas, me permita ainda, V. Exa. . . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, V. Exa. acha isto desumanidade?

A Lei deve ser igual a todos.

A mulher não tem o mesmo direito que o homem e, vice-versa?

O Sr. Dácio Leonel — V. Exa. acabou, há poucos instantes, de defender o artigo da Constituição.

Nós estamos nos baseando no artigo constitucional, o que ele dispõe e que se aplicou no próprio Estatuto do Magistério.

Além disto, V. Exa. deve ter conhecimento que a remoção por permuta, continua sendo mantida, uma vez que os vetos não retiraram do professor o direito à remoção, porque são garantidas pelo Estatuto do Funcionário Público, já que o professor é um servidor público.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pergunto a V. Exa. se, atualmente, o suplementarista tem condições de funcionário público?

O Sr. Dácio Leonel — Se o Deputado me permite, não que queira tirar de V. Exa. mas, para que não necessite, outra vez, apartá-lo, V. Exa. que fez menção aos artigos vetados, fez questão, especificamente, ao artigo 32 e, não deve ter lido com atenção o que dispõe o § quarto, o § quinto e o § sexto, do artigo 32, porque, na verdade, os parágrafos quinto e sexto foram vetados pelo Sr. Governador.

Mas, veja V. Exa., o parágrafo quarto, diz — "Não poderá ser promovido, por avanço vertical ou diagonal, sob qualquer forma, o professor ou especialista de educação, estágio probatório, aposentado, em disponibilidade, em licença para exercer mandato eletivo, ou para tratar de assuntos particulares."

Então, este parágrafo diz que não poderá ser promovido; enquanto o § quinto, diz — que o Conselho do Magistério, anualmente, deverá encaminhar, na época oportuna, para efeito orçamentário, a relação das alterações decorrentes da modalidade de remoção, constante do parágrafo anterior.

E, o § sexto, a mesma coisa.

Isto significa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que por ocasião da discussão e da votação desta matéria, em plenário, havia um § anterior, que era o § quinto, que tratava da promoção vertical por habilitação de uma classe para outra que seria feita de 2 em 2 anos.

Daí, em função daquele parágrafo é que existiam os outros dois.

Entretanto, houve uma emenda . . .

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Deputado, V. Exa. está confundindo promoção com remoção.

O Sr. Dácio Leonel — Não, absolutamente.

Só se V. Exa. quer me cassar a palavra.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. vai me perdoar, mas é do protocolo deste Parlamento e de todos os parlamentos, que os apartes sejam breves e que sejam objetivos.

V. Exa. está discorrendo sobre todo o Estatuto.

O Sr. Dácio Leonel — V. Exa. me cassa a palavra?

O SR. NILSO SGUAREZI — Absolutamente; não pretendo cassar, não tenho competência para cassar e, jamais, faria isto.

Peço apenas a V. Exa. que seja breve; o tempo está correndo e V. Exa. dispõe de tempo próprio, inclusive está inscrito para falar, depois de mim.

V. Exa. poderá, com mais calma, expor esses fatos.

O que V. Exa. não pode, é cercear a minha hora que, está se esgotando, de estar na tribuna, atendendo um longo aparte de V. Exa., que não está sendo objetivo.

Discutimos aqui remoção; V. Exa. está passando para promoção.

O Sr. Dácio Leonel — Sr. Deputado, eu apenas havia dito, inclusive, que pediria permissão a V. Exa., para não voltar a apartá-lo, para fazer uma observação com referência ao art. 32, explicando porquê.

Como eu havia dito, havia no projeto original do Sr. Governador, a promoção vertical por habilitação de uma classe para outra que seria feita de 2 em 2 anos.

Houve uma emenda.

Foi estabelecida a promoção anual.

Houve a rejeição da emenda, pela sua flagrante inconstitucionalidade.

E foi também rejeitado o § quinto e, como consequência, os dois outros parágrafos perderam a razão de ser porque fazem remissão a um parágrafo que não existe mais no Estatuto.

Então, queria apenas dizer a V. Exa. que, com referência ao artigo 32, também, V. Exa. há de convir que não há o que se discutir a respeito do veto apostado nestes dois parágrafos.

E para não atrapalhar o final do pronunciamento de V. Exa., apenas agradeço a gentileza que me permitiu.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu só responderei em parte o aparte de V. Exa.

Poderia se aplicar, V. Exa. pretendei dizer, poderia se aplicar subsidiariamente o Estatuto do Funcionário Público.

Eu ouvi comentários, e defesa de tese em tribunais da Justiça do Trabalho, neste Estado do Paraná, em que a Secretaria de Educação e Cultura discute que o professor suplementarista não é funcionário público.

Onde está então a proteção ao suplementarista?

Mas, Srs. Deputados, acho também insubsistente o que o Governador tentou justificar, com referência ao artigo 116, que estabelecia o regime da CLT., para os suplementaristas.

Aqui, data vênica, se afigura mais o empresário vetando do que o Governador.

Porque me parece que aqui se procura mais fugir de uma obrigação social em que o Estado, como pessoa, para fazer a justiça como entidade construída pelo homem para proteger os direitos, para assegurar as garantias ao homem, o Estado procura fugir de uma legislação específica que é a CLT, ao não brindar, ao não patrocinar ao suplementarista o regime da CLT, porque não tem então a relação empregatícia.

Qual é a garantia do suplementarista?

E é totalmente pueril, é totalmente insubsistente a afirmação de que isto estaria restringindo a amplitude do Estatuto, ao se consignar que os suplementaristas deviam ser contratados pela CLT.

Sinceramente, qualquer atividade humana, intelectual, física, mental, psíquica, pode ser objeto de um contrato de trabalho.

Atividade alguma, humana, sob a face da terra que o homem possa desempenhar, principalmente no sentido da educação pode ser enquadrada num contrato de trabalho.

Onde a restrição então ao Estatuto?

Onde a restrição então, à administração do Estado?

Argumento que absolutamente não convence a ninguém.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo as razões porque

não se aprova pelo regime da C.L.T. Parece-me, lamentavelmente, que se alinha o Governo do Estado do Paraná na mesma filosofia do Governo Federal, que infelizmente para nós, nesta Nação, tem destinado cada vez menos verbas à educação.

A prioridade de qualquer governo, entendo e eu posso estar errado, mas entendo e não vejo argumentação contrária, de que o maior investimento que se pode fazer é em educação.

Os índices e as percentagens indicam, que no Brasil, infelizmente, com esses dados que eu tenho nas mãos, que a partir de 65, de 11 por cento, do Orçamento da União, o percentual desceu no ano passado, para 4,4 por cento.

E mais estarecedora ainda é a notícia, Srs. Deputados, Srs. Professores que aqui estão presentes, a notícia publicada no "O Estado de São Paulo, em 24 de fevereiro deste ano, numa manchete estarecedora para nós brasileiros, que hoje nos curvamos sobre uma situação e um regime que está imperando no Brasil.

Hoje o Congresso Nacional está agachado, temendo as consequências de ser fechado.

E nós, como representantes do povo, temos que assistir vetos como este, e que se gaste mais em ARMAMENTO nesta Nação do que em educação, pagando cada vez menos aos professores, a quem cabe orientar os nossos filhos.

A continuar isto serão as prisões que estarão cheias, e não as Universidades.

São os professores que têm a função de liderar uma Nação, que quer se desenvolver, que quer se agigantar.

Por isso, Srs. Deputados, não posso conceber esta filosofia de governo, que cada vez mais se serve de educação, dos homens que vão educar aqueles que haverão de nos suceder numa Nação, e nós, como representantes do povo, temos que cumprir o nosso papel, de assistir isso imunes e inertes, sem poder, sem força alguma de modificar esta situação.

O Sr. Quilse Crisóstomo — V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento).

Gostaria, sem abusar, já pela terceira vez aparteei V. Exa. e serei breve de somente dizer, nobre Deputado, que graças a medidas do Governo brasileiro, graças a medidas que não são da vontade dos nossos dirigentes; — e não seria o objetivo principal daqueles que dirigem a Nação brasileira — mas, graças a medidas de exceção que a direção deste País-continente tem tomado, é que V. Exa. hoje, com brilhantismo como orador, embora com pouco brilhantismo ao conteúdo de sua oração, está usando a tribuna nesta tarde, para discordar até mesmo de medidas de interesses do povo e da liberdade do nosso País.

V. Exa. é o testemunho nos termos de que faz uso da tribuna, de que este País deve manter este regime, que V. Exa. discorda, mas que o povo brasileiro concorda.

E nós estamos aqui, ao lado da matéria, da maioria de um povo que não quer ver o seu País, este País de paz, este País que é uma ilha de paz, num continente agitado, e mal dirigido.

Não posso calar-me aqui, nobre Deputado, diante de V. Exa. neste momento, talvez histórico, da família brasileira.

Discordo de V. Exa., com a mesma veemência com que V. Exa. discorda deste regime.

Neste Estado talvez, por homens como V. Exa., que sabem calar no momento devido...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, a Presidência concede a palavra ao Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas, Sr. Presidente, sei que me antecipei nesta questão de ordem.

Qual a posição que V. Exa. adotaria, no sentido de fazer a Casa retornar à sua tranquilidade, e no sentido de fazer com que se cumpra regimentalmente o que estabelece o nosso Regimento Interno.

Estamos discutindo o Estatuto do Magistério na parte vetada, não estamos discutindo agora, a questão nacional.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência apela ao Sr. Deputado que está na tribuna, e apela aos Srs. Deputados que porventura solicitarem a palavra em aparte, que se mantenham dentro da matéria que está em pauta e em discussão.

Está assegurada a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Muito obrigado.

Afirmava eu de que educação é o melhor investimento.

E neste argumento é que talvez tenho me deixado levar pelo entusiasmo.

Neste argumento, que educação é o melhor investimento.

Quero dizer ao eminente Deputado Quilse Crisóstomo, que aceito as ponderações de V. Exa.

Se não concordo com o que existe hoje, quero que V. Exa. como democrata que é, aceite a minha discordância.

É o que caracteriza o regime democrático, ter alguém para discordar.

Discordar às vezes, para melhorar, para mostrar as coisas erradas que acontecem, porque a unanimidade, o silêncio, pressupõem coisa que às vezes o futuro mostra o contrário.

Sr. Presidente, outro tópico vetado, foi o problema da lista tríplice.

A lista tríplice, é uma conquista democrática.

É a maior participação do professorado na administração do ensino.

A lista tríplice é uma conquista já do Judiciário, utilizada e respeitada no Judiciário; utilizada e respeitada nas Universidades, onde se atinge o ápice, onde se atinge o estágio mais elevado da educação.

Os Reitores são escolhidos através da lista sextupla; para a direção dos colégios, reivindica o professorado, lista tríplice, que dá a possibilidade de o Governo, de o Executivo, contar com o maior engajamento, com a maior participação de um colégio, que é a participação dos professores, sensíveis às coisas do ensino, dispostos a corrigir às vezes a prepotência de diretores que se eternizam na Direção de um estabelecimento.

E a lista tríplice, até — vejam então a incoerência do eminente Governador do Estado — vem sendo utilizada pela Arena.

E vou citar um exemplo que a Arena deu na região em que eu faço política e em que o Presidente desta Casa faz política.

A lista tríplice foi utilizada pela Arena como instrumento democrático, para indicar os Prefeitos da Área de Segurança Nacional.

É bem verdade que esta lista tríplice já foi usada há mais de um ano nos municípios da área de fronteira, embora até hoje não se tenha designado a escolha dos privilegiados prefeitos.

Mas é um instrumento utilizado pelo Partido que detém a situação neste Estado, o Sr. Governador nega este direito ao professorado.

Senhores Deputados, também se vetou o concurso do magistério sob o pretexto de que seria exíguo demais o prazo.

Vejam os Senhores que o aumento do funcionalismo foi votado hoje nesta Assembléia, vejam os senhores que a Resolução 01/77 prorrogou a seleção das aulas através do Decreto 1495, através da Secretaria de Educação, fazendo então com que o aparelho administrativo do Estado tivesse todos os elementos indispensáveis, todos os levantamentos imprescindíveis para saber quem é quem na ordem do dia.

O que não posso conceber é que um Governo patrocine um aumento, sem saber qual é o número de servidores a serem beneficiados; saiu aumento de 30 por cento para as aulas dos suplementaristas, saiu o aumento para o funcionalismo público.

Que elementos mais necessita o Estado para fazer este

concurso? O que não quer o Governo, isto sim, é que este Poder Legislativo que tem a competência, trace uma prioridade, a prioridade do ensino, a prioridade de, agora, que existe o Estatuto, passa a vigorar o concurso.

Então não se dá, se veta o regime da CLT; se veta a data do concurso, e ainda por cima, se mantém o malfadado 1495 em vigor, que tantas injustiças causou ao professorado deste Estado.

E cito um exemplo, de um caso concreto, porque se afirmou neste Estado, depois do 1495, que seriam disciplinados todos os casos de distribuição de aulas aos suplementaristas.

Na cidade de Palmas, um Vereador do MDB há três anos vem dando aulas suplementares em nome de uma outra pessoa, porque ele mesmo, que tem habilitação, não consegue estas aulas.

A cadeira está em nome de uma professora mas quem vai dar as aulas é uma outra pessoa.

Se esta resolução 01/77 persistiu, manteve esta grave irregularidade, o que acontece no ensino do Paraná?

Portanto, Srs. Deputados, concluirei minhas palavras, pedindo aos eminentes Deputados da Arena que provem que eu estava errado; que me provem de que o meu pessimismo não era verdadeiro em dizer de que o veto não vai ser derrubado.

Tenham os Senhores Membros deste Parlamento, a coragem suficiente para derrubar este veto e nada mais fazer do que ratificar uma decisão a que, soberanemente, chegamos quando da aprovação do Estatuto do Magistério. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Existem dois oradores inscritos simultaneamente: Deputado Dácio Leonel e Deputado Gilberto Carvalho. ((Pausa)).

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente concedo a minha vez ao nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para discutir) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acompanhamos, desde o início, as discussões do Projeto de Lei 186/75.

Fomos relator dessa matéria, analisando-a com as associações de classe, na nossa Comissão, e verificamos as reivindicações feitas, muitas delas conseguimos fossem incluídas neste projeto.

Vários contatos fizemos com a Comissão Técnica, ponderamos e conseguimos incluir nessa Mensagem, por exemplo, o artigo 119, que dá guarida a reivindicações de Educadores Sanitários.

O artigo 125, previa a regulamentação que seria feita no prazo de 180 dias; conseguimos reduzir esse tempo para 90 dias.

Soube, agora, durante a discussão, que o Sr. Governador mandou publicar a Mensagem.

E isso em vez de prejudicar a classe, beneficia-a. Pois o referido projeto terá vigência a partir de 03-04-77.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ainda não foi publicado oficialmente. A Assembléia conseguiu uma vitória quando da discussão e aprovação desses artigos ora vetados.

Acreditamos que esses 90 dias ficam à deliberação do Poder Executivo.

E quantas leis aí estão que, naturalmente, ficam ao arbítrio do Chefe do Executivo?

É de se lamentar que matéria de tanta relevância tenha sido vetada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Falamos sobre a regulamentação.

Deveria ser regulamentado 90 dias após a sua publicação.

O artigo 50, muito discutido sob as emoções.

Na Mensagem dizia que a remoção seria feita por concurso, por permuta, no interesse do ensino. Art. 68.

Consequimos com que fosse incluído que a remoção de um para outro município seria feita com o assentimento do professor.

Infelizmente não foi aprovado e o resultado foi o veto a todo o artigo 50.

O artigo 116, dizia "será permitida a contratação de professor suplementarista, pela CLT.

Foi substituído por "serão admitidos". Entendo que, com esta aprovação, se é por obrigação esta admissão, não haveria necessidade de concurso porque uma vez que existe vaga, é contratado.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Fomos companheiros de trabalho nesta questão de educação do Paraná, primeiro na Comissão Parlamentar de Inquérito, depois na Comissão Especial do Estatuto, depois na CCJ., desta Casa.

E se gastou muito tempo, muito trabalho, muita discussão.

Alongou-se por mais de um ano e sei bem que o que pensa, ou o que pensava V. Exa. até esta data.

Mas sei que tudo aquilo que a Assembléia aprovou por ocasião da tramitação do projeto nesta Casa, mereceu a sua aprovação e até o seu trabalho para que fosse aprovado.

Mereceu seu aplauso, mereceu seu assentimento, até o momento em que o projeto aqui tramitou, quando V. Exa., em plenário, conferiu seu voto para que fosse aprovado.

Agora até fico assustado em ver que V. Exa., com muita rapidez, em muito pouco tempo, muda toda sua opinião, toda a sua posição, apenas e tão somente...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, informo a V. Exa. que a minha posição é a mesma.

Está aí o substitutivo que apresentamos e está assinado.

A nossa posição é aquela.

Mas sabe V. Exa. que aquele substitutivo foi alterado.

Com relação ao artigo 116, o que se pretendeu com este dispositivo foi permitir a admissão mediante concurso, de pessoal docente, administrativo, sob o regime da CLT.

Houve alteração do texto original, e que não é minha.

Ao invés de permitir a admissão, foi imposta a admissão.

Chegamos à conclusão de que não haveria necessidade de concurso pois as vagas sempre seriam preenchidas.

O Sr. Valter Pietrângelo — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, o aparte do Deputado Enéas Faria me fez lembrar como foi profundamente lamentável a atitude da Presidência anterior, nesta Assembléia.

Ao receber o ante-projeto do Estatuto do Magistério o Sr. Presidente oficiou às Associações Representativas dos Professores Paranaenses, solicitando que os professores, em assembleias, estudassem detalhadamente o ante-projeto de lei e remetessem a esta Casa as sugestões que atendessem às suas mais legítimas e justas reivindicações.

E o professorado do Paraná, Deputado Gilberto Carvalho, com respeito, acatou a solicitação desta Casa.

Promoveram-se os simpósios, os encontros, e, é inofensivo e claro, Deputado, que quem entende realmente de educação, são os professores,

E mais ainda, a direção anterior deste Poder utilizou esse expediente para prender o anteprojeto do Estatuto do Magistério, aqui, por uma temporada inaceitável.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, na nossa Comissão foi cumprido rigorosamente o prazo.

O Sr. Valter Pietrângelo — Pois é. Mas o anteprojeto aqui ficou, no aguardo das sugestões que viriam dos mestres

do Paraná, e que vieram, e chegaram, meditadas, estudadas criteriosamente, dentro de uma experiência legítima de quem realmente conhece a atividade, porque vive a atividade. E, Deputado, as emendas vieram a plenário e diversas delas deixaram de figurar no anteprojeto, porque faltou uma compreensão mais ampla de nossos Deputados, e, algumas efetivamente foram reconhecidas, aprovadas e incorporadas e agora recebem, as principais, os vetos de Sua Excelência o Chefe do Poder Executivo.

Profundamente lamentável, Deputado, que agora, ao concordar com os vetos do Governador, esta Assembléia esteja seguindo os maus exemplos que se implantaram neste País — de represália — e, nós estaremos referendando, aplaudindo e concordando com uma atitude vergonhosa da própria Presidência desta Casa, que fez o jogo espúrio e vergonhoso, dos professores do Paraná, que foram convocados para sugerir e, atenderam com boa vontade, com denodo.

Para que este trabalho?

Para que esta comédia, Deputado?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a V. Exa. que conclua seu aparte.

O Sr. Valter Pietrângelo — Vou concluir, Deputado, e apelar a V. Exa. e aos Deputados que pretendem referendar este teatro escandaloso, que o Poder Executivo pretende que a Assembléia Legislativa também participe, que rejeitemos estes vetos, porque, fomos exatamente nós, na pessoa do ex-Presidente, Deputado Paulo Camargo, que buscamos os professores a fim de ouvirmos as suas manifestações; e eles vieram e aqui estão e esperam ter ao menos um pouco de respeito de nós, Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — É preciso que V. Exa. se preocupe, porque hoje reconhece o prejuízo que causaram as alterações, os vetos que vieram, eis que, no dia que votamos esta lei, nós estávamos na mesma posição de votação e de defesa do substitutivo que apresentamos.

Quero citar a lista tríplice, que também fez parte do substitutivo e porque nós hoje temos que manter o veto, porque foi alterado aquilo que apresentamos no nosso substitutivo, no § único do artigo 118 — “Onde e enquanto não houver Diretor de carreira, o Diretor do Estabelecimento de Ensino será indicado por lista tríplice elaborada pelos professores ou especialistas de educação, de estabelecimentos de ensino, complexo escolar, tendo prioridade para o preenchimento os licenciados por habilitação específica de habilitação escolar com plena graduação, pós-graduação ou curta-graduação”.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta interromper o Deputado Gilberto Carvalho para, regimentalmente, anunciar a presença, sobre a mesa, de dois requerimentos subscritos pelos Srs. Deputados José Antônio Del Ciel, e José Domingos Scarpelini, ambos com amparo regimental.

Considerando que a matéria tem o mesmo teor, divergente tão somente quanto ao prazo de prorrogação de sessão.

A Presidência solicita do Sr. Primeiro Secretário que faça a leitura do teor dos mesmos.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lendo):

“Senhor Presidente.

Com base no artigo 76, do Regimento Interno, requeiro a prorrogação por 3 (três) horas, a duração da presente sessão. Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI”

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a prorrogação da Ordem do Dia, por mais duas (2) horas.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.

(a) JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL”

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência coloca em votação dando preferência ao registro. Inicialmente informa que anteriormente fora registrado o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini que, se aprovado, automaticamente prejudicará o requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. DEL CIEL — Para retirar o meu requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. São dois requerimentos com o mesmo objetivo, apenas divergindo na questão de horário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente.

Continua em votação o requerimento apresentado pelo Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. ENÉAS FARIA — Para que não tenhamos que estar, daqui a pouco tempo para prorrogar novamente a sessão, se for o caso e necessário, que se dê prioridade à votação do requerimento que pleiteia a prorrogação por um espaço maior.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente.

Em votação o requerimento.

O SR. DEL CIEL — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, considerando a identidade do objetivo dos requerimentos, data vênua, com permissão desta Casa, eu solicitaria de V. Exa. a retirada de pauta da apreciação de nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente.

A Presidência defere a solicitação do eminente Deputado. Em votação o requerimento do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. — APROVADO.

Fica portanto prorrogada a presente sessão por três horas. Devolvo a palavra com as desculpas da Presidência, ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Obrigado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando, falava sobre a lista tríplice. Foi apresentada uma emenda no mandato de três anos e eu pergunto, com este mandato de três anos, onde fica a carreira de professor?

Isto veio prejudicar também a lista tríplice.

O Sr. Del Ciel — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concedo primeiramente o aparte ao Deputado Antônio Facci, que solicitou primeiro.

O Sr. Antônio Facci — Sr. Deputado Gilberto Carvalho, estamos analisando o trabalho da Comissão Especial com referência ao Estatuto do Magistério, da qual V. Exa. foi relator. Vivemos aqui nas sugestões. Entre elas a adoção de lista tríplice, a revogação da remoção ex-officio e tantas outras assinadas por V. Exa. Estamos agora aqui até penalizados em vê-lo nesta tribuna, procurando justificar-se perante esta Casa.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço a V. Exa. que confira o meu substitutivo com o que foi vetado.

Se é igual, porque, se fôsse igual, eu estaria aqui defendendo este substitutivo.

O Sr. Antônio Facci — Se me permitir, em verdade, Sr. Deputado, eu chegarei apenas ao meu objetivo, rapidamente.

Encontrei-me no interior, em cidades do interior representadas por V. Exa., nesta Casa, de onde havia saído o Deputado Gilberto Carvalho há poucos minutos em reuniões com professores, levando em sua pasta ou debaixo do braço, emendas que vinham de encontro aos reclamos do professorado paranaense, dizendo que aqui, nesta Casa, V. Exa. seria o seu defensor. É fácil apresentar-se lá, perante os professores do interior, dizendo das posições que assumirá aqui. No entanto, ao vir para discussão e votação as matérias, eu sei, nobre Deputado, com quanto sofrimento talvez, V. Exa. tem que votar

contrário aos interesses dessa classe e aos interesses do ensino do nosso Estado. Penalizo-me disso. No entanto, vale dizer, neste momento, que nem a sua intenção, nem a sua movimentação para o interior vale; o que vale para essa classe e para o ensino do Paraná, é o seu voto nesta Assembléia como valeu o voto que o povo de sua região e deste Estado lhe deu. Este valeu e, V. Exa. está aqui e vale, também, o seu vale aqui. Nunca, Sr. Deputado, as manifestações em reuniões de professores. Estas não são válidas porque S. Exa. não as cumpre neste plenário...

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. está querendo me incompatibilizar com os professores mas, estou com a minha consciência tranqüila, o parecer que foi dado foi encaminhado cópia, depois da votação aqui foi encaminhado cópia e todos têm conhecimento. Não há segredo nenhum quanto... (TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência solicita dos Srs. Deputados que observem o Regimento Interno.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Mas, prosseguindo, Sr. Presidente, conseguimos ainda a inclusão do artigo 123, que não estava, não constava do texto e que foi...

O Sr. Enéas Faria — Deputado, peço que V. Exa. me permita o aparte, agora.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, peço que aguarde um pouco, eu quero concluir e depois, com todo prazer, concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. Enéas Faria — Eu insistiria, nobre Deputado...

O SR. GILBERTO CARVALHO — O art. 123 é dos atuais professores efetivos, com a denominação de professores de ensino profissional e ensino agrícola que não estavam amparados e que foram enquadrados. Este Estatuto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há muito tempo reclamado e esperado pela classe e que este Governo encaminhou à Assembléia, para apreciação desta Casa, é um Estatuto que caminhou dentro das possibilidades de ser executado e ser cumprido porque muitos Estatutos foram elaborados mas, nenhum foi remetido para esta Casa até o momento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra aos Srs. Deputados que estando um Sr. Deputado na tribuna, só será admitida a participação de outro Deputado na discussão da matéria, no instante que o Deputado que está com a palavra lhe conferir o aparte.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados a observância dos mandamentos regimentais e agradece a colaboração dos Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO — E este Estatuto foi feito para ser cumprido, para ser executado, dentro das possibilidades que tem o Poder Executivo e, eu tenho certeza que tão logo saia a regulamentação, muitas dúvidas que existem agora, serão esclarecidas com a regulamentação e irão ao encontro dos interesses dos professores, quer quanto a vencimentos, quer quanto a garantias que hoje são reclamadas.

Concordo sim, que existem algumas falhas e que não é culpa nossa. Falhas provocadas pela última votação que teve, com emendas que só vieram alterar em prejuízo da classe.

O Sr. Enéas Faria — V. Exa. me permite um aparte?

O Sr. José Domingos Scarpelini — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu quero encerrar porque ainda faltam outros oradores.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado, quero um aparte apenas a título de colaboração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu darei primeiro o aparte ao Deputado Enéas Faria e em seguida concederei a V. Exa., porque quero concluir. Tem o aparte o Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — Deputado Gilberto Carvalho, tenho sido impertinente com V. Exa. reiterando inúmeros apartes, mas explico a V. Exa. porquê. Porque percebo na sua bancada

uma movimentação, no sentido de adotar uma atitude, que cabe regimentalmente. Não sei se caberia literalmente, democraticamente. Mas temo, eminente Deputado, que em mais uma atitude de quantidade, estejamos impedidos de falar daqui a pouco.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concedo o aparte ao Deputado Scarpelini.

O Sr. Enéas Faria — Eu não consegui falar, Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. José Domingos Scarpelini — A palavra está comigo, com o aparte concedido pelo Deputado Gilberto Carvalho.

Este aparte é um aparte de colaboração, nobre Deputado e muito me honra apartá-lo, neste momento em que se discute aqui o problema do Estatuto e o problema dos professores do Paraná. É um aparte de colaboração e da democracia, nobre Deputado. Porque durante a campanha política, diretores de estabelecimentos de ensino de cidades em que V. Exa. detém o mandato político, o dito comando político, abriam-se, e eu vou citar o nome do estabelecimento de ensino para as providências, porque na época foram solicitadas mas não foram tomadas abriam-se debates nas salas de aula com alunos, sob o título de "conferência". Mas, só os candidatos da ARENA é que eram convocados para irem lá fazer conferências.

Um dia compareci a um estabelecimento de ensino, que tem uma diretora que foi indicada por V. Exa., nobre Deputado, e esta diretora teve a ousadia de, naquela noite, chamar a polícia que compareceu lá de metralhadora para prender este Deputado, que era candidato a Prefeito.

Isso foi em Apucarana.

Então, nobre Deputado...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Não é verdade, Deputado, porque eu não indiquei nenhuma diretora em Apucarana.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Pelo menos é o que consta. V. Exa. naquela época também já andava por lá fazendo as suas nomeações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra ao eminente Deputado José Domingos Scarpelini, de que o aparte além de breve, deve ser cortês. Se o eminente Deputado que está na tribuna lhe concedeu o aparte, deverá merecer da parte do eminente Deputado, respeito.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Mas eu estou respeitando. O meu aparte é de colaboração.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, peço a V. Exa. que conclua o seu aparte para que eu possa encerrar meu pronunciamento.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Então, no meu entendimento, entendimento restrito e humilde, a nomeação dos diretores para os colégios deve ser por lista tríplice, para que não haja este tipo de coação, porque, na hora política ela fere frontalmente os princípios democráticos. E V. Exa. concorda plenamente comigo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Tanto concordo, nobre Deputado, que nos municípios que represento, tenho deixado à critério, como fiz em Jandaia, agora. Foi feita uma reunião e apresentada uma lista tríplice para uma nomeação.

O Sr. Quielse Crisóstomo — V. Exa. me permite um aparte? Eu serei breve, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Nobre Deputado, eu tenho que encerrar.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Então V. Exa. não permite que eu use da palavra?

O Sr. José Domingos Scarpelini — Eu estou com a palavra, nobre Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. concluiu o aparte?

O Sr. José Domingos Scarpelini — Gostaria de concluir nobre Deputado, eu vou ser breve.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Peço então a V. Exa. que conclua.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Gostaria de ouvir aquilo que eu ouvi de V. Exa. agora. Era isso o que eu gostaria de ouvir.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Deputado Gilberto Carvalho, apenas duas palavras eu queria dizer.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concedo o aparte a V. Exa.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Nobre Deputado Quielse, eu estou com a palavra.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Deputado Gilberto Carvalho, V. Exa. não me concedeu o aparte?

O SR. GILBERTO CARVALHO — V. Exa. não concluiu?

O Sr. José Domingos Scarpelini — Não, eu quero concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Então eu peço que conclua...

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra para questão de ordem, o Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pediria a V. Exa. que chamasse a atenção do Deputado Quielse Crisóstomo porque ele está perturbando, está tumultuando aqui o diálogo entre o companheiro, Deputado Scarpelini e o Deputado Gilberto Carvalho que está com a palavra e concedeu o aparte ao eminente Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, para evitar que isto aconteça, eu não concedo mais apartes. Desculpe-me Deputado Quielse, mas eu vou concluir.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Mas eu estou com a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Estou com a minha consciência tranqüila...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência volta a insistir que os Srs. Deputados tomem conhecimento do artigo 78, itens 4 a 5, do Regimento Interno. A Presidência lamenta, mas deve fazer cumprir o Regimento Interno para não quebrar a ordem desses trabalhos legislativos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Estou com a minha consciência tranqüila, e na minha região, não vou esconder nada da minha posição tomada aqui, eles já sabem a minha posição, e eu tenho certeza que os professores, com a regulamentação, estarão satisfeitos com esta medida tomada pelo Governo. E pela primeira vez, depois de muitos anos que nós estamos nesta Casa, temos a oportunidade de ver aprovado o Estatuto.

E por isso nós votaremos com os vetos encaminhados pelo Governador do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Antes de anunciar o quarto orador inscrito para discutir a matéria, a Presidência dá conhecimento ao Plenário da existência sobre a Mesa, de requerimento subscrito pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares, vazado nos seguintes termos:

“Ouvida a Casa requeiro da Mesa, que dê por encerrada a discussão do Projeto de Lei número 186/75, sobre o qual já falaram três Deputados, na forma facultada pelo Regimento Interno.

Em votação.

Regimentalmente, este requerimento não faculta aos Srs. Deputados a discussão ou encaminhamento de votação.

(Lê artigo 172 - § único do Regimento Interno).

Para uma questão de ordem o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Não me fiz entender, Sr. Presidente, qual o artigo pelo qual o Deputado, solicita a palavra, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O Sr. Deputado Enéas Faria, como parlamentar cioso, haverá de referir-se ao artigo do Regimento Interno com que baseia a sua questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Solicitaria da Mesa, esta questão de ordem, e posso buscar o dispositivo regimental que a acolheria. E até me antecipando, sem nada solicitar, o

Deputado Quielse Crisóstomo fez com que V. Exa. entendesse o meu propósito e o meu objetivo, para que o requerimento do eminente líder da ARENA, viesse fundamentado no Regimento. Parece que nos termos propostos não há citação do dispositivo regimental para sustentar a pretensão de S. Exa.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência deseja atender à ordem de solicitação da palavra “pela ordem” dos Srs. Deputados. Confessa que estava com a visão tolhida, razão pela qual consulta ao Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, se fora quem primeiro solicitou a palavra pela ordem, lhe concede a palavra.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente. Solicitaria à Mesa, que cada Deputado, dissesse, na solicitação da palavra, pela ordem, que o Regimento prescreve, o artigo no qual ele se baseia.

O artigo no Regimento, pelo qual o Deputado Luiz Roberto Soares se ampara, tenho conhecimento, é o artigo 156. Mas não tenho conhecimento do artigo pelo qual o nobre Deputado Enéas Faria, fez uso da palavra “pela ordem”.

O SR. ENÉAS FARIA — Artigo 132, item 6, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, a Presidência concedeu a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, como quer o eminente e cultor do Regimento Interno da Casa, Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, o artigo 132, item 6 do nosso Regimento Interno, pedi a palavra para indagar de V. Exa. se cumpriu o Regimento, porque não vejo no corpo do requerimento a citação regimental.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que o requerimento do Deputado Luiz Roberto Soares tem amparo regimental no artigo 156 e seus parágrafos.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Apenas solicitei a palavra para discutir o requerimento. E a Mesa me informa que não me cabe discutir nem encaminhar. Mas também não encontro amparo regimental para a decisão.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa a V. Exa.: Art. 172, Parágrafo único: “As proposições não sujeitas a discussão não admitirão encaminhamento de votação”.

O SR. ENÉAS FARIA — Concordo, Sr. Presidente, mas, por que não está sujeita a discussão a solicitação do Deputado?

O SR. PRESIDENTE — A Presidência vai satisfazer V. Exa. O artigo 134, Parágrafo terceiro, inciso IV — Encerramento de Discussão — no parágrafo terceiro, V. Exa. haverá de ler: “Serão escritos, independentemente de apoio e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta de Deputados os requerimentos de:” — V. Exa. haverá de ver, alinhado no item IV — Encerramento de Discussão. Assim, quero acreditar que está cumprido o Regimento Interno.

O SR. ENÉAS FARIA — Data vênha, se V. Exa. permite, gostaria de argumentar: § terceiro: “Serão escritos, independentemente de apoio e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta de Deputados, os requerimentos: “O que não obsta o encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. já tem, porque a Presidência deu a conhecer a V. Exa. o artigo do Regimento que dá sustentação à disposição regimental contida no parágrafo terceiro do artigo 134, inciso IV.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente. Parece que não estamos nos entendendo bem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Artigo 172, o que valida exatamente a decisão da Presidência, no seu parágrafo primeiro.

O SR. ENÉAS FARIA — Se V. Exa. permite, eu concluirei, para não aborrecer mais. Sabendo que V. Exa. entende o que aqui está escrito, eu gostaria, Sr. Presidente, mais uma vez, de afirmar que entendo que independentemente de discussão, não quer

dizer proibir discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). Sr. Presidente, a Presidência não dará acolhimento ao Sr. Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informou V. Exa. dos termos regimentais nos quais está se louvando. V. Exa. não indicou nenhuma disposição regimental que pudesse abrigar a questão de ordem de V. Exa.

O SR. ENÉAS FARIA — Absolutamente, Sr. Presidente, V. Exa. tem tido umas interpretações...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência não admite diálogo. A Presidência vai informar, com base no Regimento Interno, e solicita que o Sr. Deputado acompanhe a leitura da disposição regimental que nem sequer pretende interpretação, porquanto é de uma clareza meridiana à toda prova: "Artigo 134, § terceiro: "Serão escritos, independentemente de apoio e discussão e só poderão ser votados com a presença da maioria absoluta de Deputados os requerimentos de:" — entre outros: "inciso IV — Encerramento de Discussão".

Para dar apoio a esta disposição regimental, veja eminente Deputado Enéas Faria, o artigo 172: "Ao ser anunciada uma votação, poderá qualquer Deputado solicitar a palavra para encaminhá-la, para o que terá o prazo de 10 minutos". Todavia, no seu parágrafo único diz: "As proposições não sujeitas à discussão não admitirão encaminhamento de votação".

O SR. OSVALDO MACEDO (Questão de ordem). — Sr. Presidente.

Não é que pretendamos permanecer durante toda a noite em discussão da matéria.

Mas, ainda existem alguns oradores cujas palavras são de muita importância para esta Casa.

Verificamos que o requerimento do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, que recebeu a deliberação, ou entendimento da Mesa, pretende que a discussão seja encerrada, sob a alegação de que, sobre a matéria, já se manifestaram três Srs. Deputados.

Parece-nos que o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, em seu requerimento anterior, solicitou que a matéria fosse votada englobadamente, não há justificativa para o requerimento ora apresentado por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência desejando atender a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, concede a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares para fundamentar seu requerimento.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, meu requerimento é baseado no artigo 156, §segundo, diz: "As proposições de discussão única, que não se discutirem globalmente, serão subordinadas, quando ao encerramento, à regra de número II, do parágrafo anterior".

Solicitei, em meu requerimento, que a votação fosse feita agrupadamente, não englobadamente.

Razão pela qual, solicito de V. Exa. que coloque, imediatamente, em discussão o meu requerimento.

O SR. NILSO SGUAREZI (Pela ordem). — Sr. Presidente, com base no artigo 156, § segundo, a argumentação do nobre Líder da ARENA não tem procedência, não é regra geral.

Sobre a matéria já se manifestaram 3 Deputados, mas, deve-se entender que devem se manifestar 3 Deputados a favor e 3 contra. Porque, senão se pode chegar a um entendimento. Suponhamos que um partido inscreva 3 Deputados, o outro partido ficará impedido de falar sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deputado Nilso Sguarezi, devoto a V. Exa. todo o respeito. V. Exa. citou o § primeiro, item II, do artigo 156: "Na segunda discussão, quando já tenham falado três oradores, pelo menos, sobre o mesmo assunto, cuja discussão se pretender encerrar".

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, é questão de bom senso. Aplicando-se esse artigo, haverá cerceamento da parte discordante.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, tanto tem fundamento a decisão da Mesa que, quando se discutiu o Orçamento, no ano anterior, foi aprovado idêntico requerimento do nobre Deputado Muggiati Filho que foi acolhido com sucesso pela Mesa Executiva desta Assembléia quando era Presidente o Deputado Paulo Camargo. De maneira que não há discriminação porque este expediente regimental tanto pode ser usado pelo meu Partido, como também pelo vosso Partido da Oposição.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, gostaria de renovar o requerimento de manifestação da Mesa sobre o parágrafo segundo do artigo 156.

Mas, sendo suscitada dúvida quanto ao comportamento da Mesa e invocando precedente anterior, cuja semelhança se invoca, nós requeremos que, para clarear qualquer dúvida, esta Mesa traga ao conhecimento o requerimento aprovado naquela ocasião. Seria apenas como ilustração. Requeiro, Sr. Presidente, da Mesa, a correta interpretação para o contido no parágrafo segundo do artigo 156, entendendo que o veto está sendo discutido globalmente e, portanto, em sendo matéria de discussão única e globalmente, não se aplica aí o contido no artigo 156, parágrafo segundo, que fundamentou o requerimento do eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem boa memória, e responde à consulta do eminente Deputado Osvaldo Macedo.

Não haveria necessidade de se consultar os Anais da Casa. O episódio da votação da Lei Orçamentária para o presente exercício de 1977, a ilustrada Bancada do Movimento Democrático Brasileiro por iniciativa do inteligente e culto Deputado Muggiati Filho recorreu ao mesmo expediente regimental.

A Presidência felizmente afirma não estar no elenco da decisão pessoal do Presidente, o requerimento subscrito pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Razão pela qual, reconhecendo e respeitando a soberania do Plenário, vai colocar este requerimento em votação.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo, também atendendo dispositivo regimental. Lembro ao Sr. Deputado que já usou da palavra em questão de ordem para falar sobre este assunto. Para responder uma indagação, a Presidência solicita do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo que conceda à Presidência a faculdade de ouvir, para arguí-la, o Sr. Deputado Enéas Faria.

O Sr. Enéas Faria — O Sr. Deputado Quielse que se aquiete porque é rápida, breve e indolor.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — O meu direito regimental, artigo 97, Sr. Presidente.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Presidente, solicitaria da Mesa, para informar à Casa para que possamos votar e sabendo...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência deseja tanto quanto os Srs. Deputados desejam, que esta sessão, quer me parecer, memorável, porque democrática, transcorra na perfeita ordem e no cumprimento dos ditames do Regimento Interno; solicitaria ao eminente Deputado e meu companheiro de Comissão Executiva, Quielse Crisóstomo da Silva, sempre tão compreensivo, que permitisse que, democraticamente, a Presidência ouvisse, recebesse a arguição do não menos combativo Deputado Enéas Faria para, em seguida, a Presidência lhe conceder, eminente Deputado Primeiro Secretário, a palavra, para questão de ordem. Sei que tem V. Exa. a compreensão e o acatamento ao apelo que fiz. Com a palavra, para questão de ordem, o Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, porque para deliberar

sobre requerimento de agora, temos que conhecer o requerimento anterior, é que peço informação à Mesa, no sentido de que autorize a leitura do requerimento anterior, já aprovado, de autoria do Deputado Líder da ARENA, que estabeleceu o processo de votação para esta sessão.

O SR. PRESIDENTE — Anteriormente, a Presidência solicita vênha para prestar uma informação ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, argüido em questão de ordem anterior.

Página 26, do Diário da Assembléia Legislativa do Estado, do dia 01 de dezembro de 1976, uma quarta-feira.

Diz o requerimento apresentado, recebido pela Mesa e aprovado pelo Plenário:

“Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, infra-assinado, com fundamento no artigo 156/10 do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, o encerramento normal da discussão do Projeto de Lei número 112/76, ora em andamento.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 1976.

Assinado — Deputado Muggiati Filho”.

Para conhecimento do Sr. Deputado Enéas Faria, o Sr. Primeiro Secretário fará a leitura do requerimento aprovado no início da discussão desta matéria, subscrito pelo eminente Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (É lido o requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência coloca, para discussão soberana do Plenário.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. — APROVADO.

O Sr. José Domingos Scarpelini — Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência verifica a votação, em sistema de inversão da votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Deputados que rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, queiram levantar-se.

O Sr. Fidélino Tolentino — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — 24 Srs. Deputados aprovam o requerimento; 21 Srs. Deputados, rejeitam. — APROVADO o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, estou com a palavra, pela ordem, estou na vez.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Exatamente. V. Exa. solicitou antes do Deputado Fidélino Tolentino e a Presidência pede desculpas ao Deputado Quielse Crisóstomo. Anteriormente a Presidência havia, num rasgo democrático, permitido que lhe passasse a palavra, pela ordem e a concedesse a outro eminente Deputado. Pela ordem, para uma questão de ordem, tem a palavra o nobre Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para que possamos evitar o mesmo erro, a incidência do mesmo erro repetidas vezes, o Deputado que solicitou a palavra pela ordem também não citou o artigo do Regimento Interno. É imperativo regimental. É só lembrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para uma questão de ordem, pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, irresignado pela determinação da Presidência, que não acolheu o requerimento do eminente Deputado Osvaldo Macedo e é para deixar registrado nesta Casa que, não acolhendo o requerimento do Deputado Osvaldo Macedo no início da sessão, ou no início da discussão do projeto, não deveria acolher também o requerimento do eminente Deputado Luiz Roberto Soares. Não posso

compreender como V. Exa., com esse alto espírito democrático, possa laborar em tamanho equívoco.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência fez questão de identificar ambos os requerimentos: um, da deliberação pessoal do Presidente, segundo o que preceitua o Regimento Interno. O outro, da deliberação do Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação a Proposição número 02/77.

O SR. DENI SCHWARTZ — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, com a palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, já que outros artigos do Regimento estão sendo citados, quero citar um artigo daquilo que o eminente e então Presidente da República, General Dutra, dizia e chamava de livrinho, a Constituição Federal.

Quero que V. Exa. assegure a esta Casa o que diz o artigo primeiro, da Constituição, o AI-5, em seu § primeiro: “Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Nós talvez estejamos fazendo circo para uma platéia altamente selecionada, mas, infelizmente o Poder Legislativo neste País virou circo, quando rolos compressores foram impostos pelos governantes desta Pátria.

Srs. Deputados. Vivemos um momento importante nesta Pátria, no dia de hoje, quando se discute o fechamento do que já é fechado; o cerceamento daquilo que já é cerceado, e estamos aqui a fazer circo para uma seleta e selecionada platéia.

Vejam porque, Srs. Professores, tantos de nós estamos verberando apesar de já sabermos os resultados. Tenho em mãos um projeto de lei vetado pelo Sr. Governador, depois de ter recebido a unanimidade dos votos por três discussões, nesta Casa e que a Mesa hoje, por julgar matéria vencida, não quis discutir. Trata-se do projeto de lei do Deputado Osvaldo Macedo, que à semelhança de outros Estados, pedia que se proibisse ao Executivo Estadual, a exigência de atestados da Delegacia de Ordem Política e Social, para, Professores, e para os funcionários públicos exercerem sua profissão.

Depois de passar nesta Casa e passar por unanimidade o Sr. Governador, o vetou afirmando o seguinte:

“O Plano de Lei em questão não mereceu acolhimento em razão da medida por ele preconizada, não consultar os superiores interesses da administração. Prevalece o entendimento, de que o atestado de antecedentes para ingresso no serviço público, significa exigência indispensável a bem da moralidade administrativa”.

Vejam, Srs. Deputados, que o Governador é useiro e vezeiro, em vetar matérias aprovadas por unanimidade nesta Casa, e vejam para tristeza desta Assembléia, que depois de ter — eu repito — sido aprovado o projeto de lei por unanimidade, voltou a esta Casa, e o veto a mando do Executivo, não foi aqui derrubado. E os Srs. terão de continuar a correr atrás dos Srs. Deputados, atrás dos seus correligionários, de pessoas que residem em Curitiba, para retirar o famigerado atestado do DOPS.

Afirmar que ofende os interesses da administração, porque é o próprio Governador quem o diz, “A Delegacia, “fornecendo atestados com a maior rapidez, e mediante o pagamento de módicas taxas”.

Talvez o interesse do Estado, esteja na chamada módica taxa”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vivemos num País doente, se podemos ter orgulho de dizer que na América suplantamos o Haiti.

Mas vejam, como vai mal esta nossa educação. Nesta Casa ontem, o nobre Deputado Ezequias Losso, consciente ou inconscientemente, fazia uma denúncia, que é a verdadeira afirmação da falência da educação paranaense. Ao afirmar que em Curitiba, não existem desempregos, para trabalho não qualificado. Mas, que em contrapartida, para mão-de-obra qualificada,

existia um grande desemprego.

As palavras são do nobre Deputado Ezequias Losso. Vejam os Srs. que educação e educar neste Estado, de nada resolve pois uma das razões da educação é para qualificar o empregado.

É para qualificar a mão-de-obra. E aí está o grande problema, que precisa ser examinado: as razões pelas quais a mão-de-obra qualificada do Paraná, não encontra emprego, nós deveríamos ir buscar estas causas, na educação.

Felizmente, tais afirmações do Deputado Ezequias Losso, nos parece ser equivocadas. E é o que diz a "Revista Paranaense de Desenvolvimento" que ainda dá valor à educação.

Diz esta revista, num trabalho do IPARDE:

"Os dados permitiram-nos ver a potencialidade quase ilimitada da absorção de níveis de escolaridade no mercado do trabalho".

Mas, Srs. Deputados, e para que não paire dúvidas quanto ao posicionamento dos Srs. Deputados, quando da discussão do Estatuto do Magistério nesta Casa, em 30 de 11 de 76, gostaria de colocar o posicionamento e as palavras que se encontram nos Anais da Assembléia, de insígnies Deputados.

Inicialmente, temos em mãos o parecer emitido pela douta Comissão de Deputados: Deputado Jorge Sato, Deputado Gilberto Carvalho, Deputado José Muggiati Filho, Deputado Basílio Zanusso e Enéas Faria, no qual, os eminentes Deputados que chegaram às conclusões que leio: conclusões que nos parecem definitivas e que serão acatadas pela Comissão Especial do Estatuto do Magistério, a saber: "Adoção da lista triplíce; revogação da remoção "ex-officio"; implantação da carreira do Diretor; inclusão do celetista, como contratado, mediante concurso". E outras.

Ater-me-ei às duas primeiras. Vejamos o que alguns Deputados disseram naquela sessão memorável, nesta Casa.

Deputado Gabriel Sampaio: "Eu gostaria, de inicialmente, lembrar a minha posição no início dos trabalhos desta sessão quando nós assumimos a tribuna no Pequeno Expediente desta Casa, para colocarmos, antes de iniciar a votação, a nossa posição: dissemos na ocasião que votaríamos de acordo com o nosso entendimento supra-partidariamente, e eu vi, nas últimas intervenções de companheiros desta Casa que estão a me colocar a reboque da ilustrada bancada da ARENA".

Gostaria de dizer a V. Exa. e aos nobres companheiros componentes desta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra ao nobre Deputado Deni Schwartz, que o tempo de que dispunha para encaminhamento de votação já se esgotou e lhe concede um minuto para concluir.

O SR. DENI SCHWARTZ — Obrigado, Sr. Presidente.

Diz o eminente Deputado Gabriel Sampaio: "Talvez alguns tenham mudado de opinião — e eu admito que as pessoas mudem de opinião, inclusive a opinião é livre e individual. Votamos isto sim, com aquilo que entendemos da classe do magistério dos professores paranaenses".

Diz o eminente Deputado Aragão de Mattos Leão: "Por isso é que nós gostaríamos de esclarecer que a nossa posição supra-partidária, neste momento, visa exatamente a melhoria do ensino, em nosso Estado".

E, finalmente para concluir, Sr. Presidente, gostaria de lembrar, já que foi debatido pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho, o seu posicionamento que consta nos Anais da Casa, com relação ao artigo número 50, em segunda votação. Para bem da verdade, o Deputado Gilberto Carvalho, se não me falha a memória, foi o único a votar contra a extinção do artigo que diz respeito à remoção "ex-officio".

Mas, a bem da verdade, também precisa se dizer que à terceira votação houve unanimidade nesta Casa, para que se tirasse a remoção "ex-officio". E é esta unanimidade que eu hoje venho a esta tribuna solicitar, em benefício do professor

paranaense. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, apenas lembrando, sem nenhuma censura ao Sr. Deputado Deni Schwartz, que o Regimento não é tão totalitário quanto parece; é democrático, porquanto admite que os Srs. Deputados, artigo 172: "que ao ser anunciada uma votação, poderá qualquer Deputado solicitar a palavra para encaminhá-la, para o que terá o prazo de 10 minutos", exceção que se faz tão somente, expressa no artigo 173, ao relator da matéria que poderá falar por maior número de vezes.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, discute-se, no Paraná, um assunto muito importante, como se discutiu e votou, em Brasília, há minutos atrás, matéria de muita importância para todo o País, a Nação Brasileira, para o povo paranaense, representado no Congresso e na Assembléia do Estado, precisa, realmente, saber aquilo que acontece em sua casa de representação.

Matéria mais ou menos idêntica a essa, apresentamos, há tempos atrás, nesta Casa. Refiro-me a um projeto de lei que apresentei quando do início de meu mandato. Vou fazer aqui um pequeno histórico: era uma alteração da Lei Orgânica dos Municípios, e que alterava o artigo 94: "Não será permitido nenhum contrato para o Magistério Público Municipal, com salário, por etapa de trabalho, inferior ao salário-mínimo vigente na região".

Essa proposição teve o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, favorável. Os nobres Deputados Accioly Neto, Dácio Leonel de Quadros, Ezequias Losso, e outros Srs. Deputados, assinaram esse parecer.

A Comissão de Instrução Pública, na pessoa do seu presidente, Deputado Rosário Pitelli, e do relator, Deputado Werner Wanderer, fez um longo parecer. E, entre outras razões para dar o parecer favorável, diz: "No dizer do insígnie professor Mozar Victor Russomano — em sua obra "Comentários" à Consolidação das Leis do Trabalho — que a atividade de quatro ou seis horas de aula representa o esforço continuado por tempo muito maior que esse".

Continuando, ressalta o eminente mestre: "a aula que ele expõe em poucos minutos, esconde atrás de si, a meditação de muitas horas, os ensinamentos colhidos através de muitos anos e a preparação indispensável da matéria lecionada".

Essa Comissão deu o parecer favorável.

Esta Casa votou, por unanimidade, esse meu projeto, por três vezes.

Falou a Comissão de Redação, na pessoa do Deputado Osvaldo Macedo, também favorável.

O Poder Executivo, por sua vez, vetou o projeto. E entre outras argumentações, o que mais chocou este Deputado, "O Projeto de Lei número 37/75, diverge da C.L.T., mencionando impropriamente, data vênica, a expressão "salário por etapa". A palavra "etapa", na linguagem comum tem vários sentidos. No direito do trabalho, todavia significa a alimentação que, no contrato de trabalho marítimo, o armador ou capitão é obrigado a fornecer aos tripulantes em serviço de viagem de acordo com a tabela aprovada pelo Ministério da Marinha ou, por acordos salariais coletivos. (Conforme Orlando Gomes e Elson Gottschalke, Curso de Direito do Trabalho, 6ª edição, 1975)".

Não se pode, pois, falar em "salário por etapa" com respeito ao pessoal docente. Este, é remunerado por aula, cujo valor não poderá ser inferior ao da hora do salário-mínimo que vem calculada no Decreto Federal fixador dos níveis salariais para as diversas regiões do País".

Não entrou sequer no mérito o veto governamental, pois, ele apenas se prendeu naquilo que no nosso entendimento é insignificante já que a palavra "etapa", constitui o período, a parte do dia em que o professor trabalha. Se a Assembléia, se a Comissão de Constituição e Justiça, se a Comissão de Instrução Pública, se a Comissão de Redação Final falaram e não viram isto, não é válido falar-se em etapas. Mas nos contratos que as prefeituras municipais firmam nos municípios, elas tratam perfeitamente, de colocar nos mesmos, por etapa lecionada.

Mas não para aí o meu desgosto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Este projeto foi para o Poder Executivo. O Executivo vetou. Voltou para a Assembléia para a apreciação do veto. E aí começa a longa história do perdido projeto.

Este Deputado, juntamente com o Deputado Jayme Rodrigues Carvalho que subscreveu o projeto, durante longos dias andou atrás do mesmo e não o encontrava. Recentemente é que ele veio às nossas mãos. O Deputado Ezequias Losso, que é o relator, fez um parecer que inclusive não tem nem data. Porque as datas aqui estão prescritas, porque o veto deveria ser apreciado nesta Casa em 45 dias e o relator ficou com este projeto mais de um ano, e não relatou.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Com o maior respeito que tenho ao orador, peço que se observe Sr. Presidente, o artigo 25, item 7, que diz:

"São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento Interno, interromper o orador que se desviar da questão".

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Não estou me desviando da questão, nobre Deputado, muito pelo contrário.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, apenas para esclarecer que, conforme costume da Comissão de Constituição e Justiça e de todas as Comissões Técnicas desta Casa, a data do parecer somente passa a figurar a partir da aprovação do mesmo. E a assinatura do Presidente da Comissão é aposta quando o parecer é devidamente aprovado pela Comissão Técnica. Por isto o parecer está apenas com a nossa assinatura e com vistas, o processo, ao Deputado Adalberto Daros que solicitou o processo quando da discussão do mesmo, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência acolhe a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, com fundamento no item VII, do art. 25 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, continua com a palavra e, a Presidência comunica que o seu tempo esgotou e concede mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Solicito, então, mais 3 minutos, porque um minuto e meio ficou na mão dos outros Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, regimentalmente, não pode lhe conceder, mas desconta o minuto que lhe roubaram, eminente Deputado, no levantamento da questão de ordem.

V. Exa. tem 2 minutos para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Culpa-se neste caso ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, o nobre Deputado Accioly Neto, porque este processo ficou um ano sem o parecer da douta Comissão, com assinatura, apenas, do Deputado relator Ezequias Losso, com vistas ao Deputado Adalberto Daros.

Então, quando se procurava o projeto com um, quando se ia no Departamento da Assembléia saber do projeto, o projeto estava na Comissão de Constituição e Justiça. Pedía-se na Comissão de Constituição e Justiça, estava com o Deputado Daros, com o Deputado Ezequias Losso e, no final, passou-se um ano e o veto foi mantido porque o prazo é de 45 dias, para manutenção do veto.

Se existe o erro governamental, em interpretar de forma que o Poder Legislativo discorda, também existe o erro do Poder Legislativo em não apreciar o veto e deixá-lo morrer nas gavetas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, pela omissão dos membros que compõem, logicamente, este Poder.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de, nesta oportunidade, deixar o meu voto para que fique registrado nos Anais da Casa, não a favor da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, porque dele, de fato, fui excluído; não do direito, porque o MDB não tem competência para isto. Mas, meu voto a favor das classes laboriosas do Estado e daqueles que lutam pelos seus direitos, daqueles que vêm buscar os seus direitos sem subverter a ordem legal, porque só assim nós chegaremos ao aprimoramento das leis trabalhistas, neste País.

Então, a minha posição independente como Líder de mim mesmo, eu quero dizer, nesta hora, a todo Paraná que o primeiro requerimento solicitando...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta, independente Deputado, que S. Exa. está dependente de disposição regimental e comunica que o seu tempo já se esgotou há muito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Uma vez que meu tempo já está esgotado, V. Exa. me dá por encerrada a palavra, e fica o meu voto, então, voto independente.

Era isto que tinha, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Del Ciel e comunica ao Sr. Deputado Lúcio Machado que anuncia sua inscrição para fala logo em seguida.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná acompanha, o Paraná acompanha e aguarda com grande ansiedade a decisão deste Poder que não pode. O Paraná espera, sabe Deus porque, que surja a qualquer momento, que nasça, que brote na mente e na alma de cada Parlamentar que aqui labuta, o grito de independência deste Poder; grito de independência deste Poder, que está totalmente vinculado aos direitos de uma classe, que de longa data vem sendo prejudicada em nosso Estado, vem sendo humilhada no nosso Paraná. E todos nós Parlamentares, todos nós Deputados, quando fizemos a nossa caminhada política em busca do voto de confiança do povo paranaense, assumimos compromissos com a educação de nosso Estado.

E eis que, em nosso primeiro ano de mandato, pela vontade deste Poder, constituímos a Comissão Parlamentar de Inquérito para a Educação. E os objetivos fundamentais daquela Comissão, que durante longo tempo se reuniu convocando autoridades com profundos conhecimentos a respeito das problemáticas educacionais de nosso Estado, vemos cair por terra, neste dia, através dos vetos, do Sr. Governador do Estado, Jayme Canet Júnior, às partes que um pouco amenizavam este verdadeiro Código Penal que se enviou para esta Casa e que leva o apelido, que recebe o nome de Estatuto do Magistério.

Eis, Srs. Deputados, algumas linhas gerais daquilo que foi objeto, que norteou o trabalho da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito no ano de 1975. Pouco conseguimos, é verdade; todos nós Deputados do MDB, e da ARENA, que participamos daquela Comissão. Mas eu tinha comigo que pelo menos uma vitória havíamos conquistado: a de, através do instrumento de pressão que fizemos naquela Comissão Parlamentar de Inquérito, termos conseguido arrancar à força, é verdade, do Go-

verno do Estado do Paraná, o Estatuto do Magistério, que veio para ser analisado nesta Casa Legislativa.

Víamos atingido parcialmente o objetivo daquela Comissão. Mas lutamos, todos nós membros daquela Comissão Parlamentar de Inquérito, pela remuneração condigna dos professores do Estado do Paraná.

E eu tenho em mãos, um seu órgão oficial, o jornal "O Atalho", que indaga e que esta indagação seja transferida aos eminentes homens públicos do meu Estado, deste Poder e do Poder Executivo: Salário, até quando vamos aguentar? É a indagação do Magistério Paranaense.

Professora primária é "bóia-fria". Professora rouba mandiocca. E isto, e estes dados ocorridos em nossa cidade, para a manutenção dos seus familiares, são matéria de um órgão oficial, de uma Associação muito séria, que traz ao conhecimento do povo paranaense e do povo brasileiro.

A remuneração condigna não vem; a tabela de vencimentos não foi encaminhada a este Poder; a lista tríplice tão debatida, tão decantada, tão buscada pela Comissão Parlamentar de Inquérito, aprovada depois de uma luta deste Poder, cai através do veto do Sr. Governador do Estado que, certamente, o rolo compressor arenista, através das suas engrenagens, deverá derrubar fatidicamente nesta tarde-noite. Lutamos, aquela Comissão lutou, Deputados do MDB e da ARENA, que dela fizeram parte, pela criação de cargos e carreiras, para a direção de estabelecimentos de Ensino, e Inspetor. Pelas promoções, pela criação de um regime jurídico definido, para os milhares de professores suplementaristas do Estado do Paraná, pelo concurso público para o Magistério. Luta de anos, de anos de uma classe, de meses deste Poder Legislativo, analisada por quanto tempo pelo Sr. Chefe do Executivo. E eu sempre digo que no Paraná tem havido continuidade governamental, tem saído Governador da ARENA e entrado Governador da ARENA, pelo processo, a meu modo de ver, injusto, mas, pelo processo indireto, sempre, no Poder, homens de um mesmo partido político, uma mesma filosofia. E não encontramos filosofia para o setor educacional em meu Estado; não encontramos filosofia para o setor educacional no Estado do Paraná. E me prende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão somente aos méritos, que não encontramos nos vetos do Sr. Governador do Estado, porque, eminentes companheiros, eminentes parlamentares, juristas desta Casa deram hoje ao Paraná, verdadeira aula sobre legalidade e constitucionalidade da matéria.

Por estas razões nos prendemos tão somente aos méritos, aos aspectos relacionados com os méritos dos vetos, infelizmente encaminhados a este Poder. Fica então, este Poder sem poder, sendo conduzido pelas mãos inábeis do Sr. Governador do Estado que faz valer o que quer, que veta quando deseja e tem assegurada a aprovação deste Poder. É condição que tem, que deve, para felicidade deste Estado e deste Governo, que tem olhos para ver e não enxerga, que tem ouvidos e não escuta, que tem mente de pensar e não raciocina. É momento deste governo despertar, de receber as críticas salutares com os caminhos que têm sido apresentados a S. Exa. o Sr. Chefe do Executivo Estadual, através de CPIs, através do trabalho das associações de classes, para que fosse criada uma filosofia educacional no Estado do Paraná.

Vemos, no transcorrer de toda a tarde de hoje, eminentes Deputados do MDB e também da ARENA, se sucederem nesta tribuna, e vi a incoerência de um eminente Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar V. Exa. que o tempo de que dispunha esgotou. E lhe concede um minuto para concluir.

O SR. DEL CIEL — ... de um Deputado do Partido Situacionista neste Estado, lamentavelmente, que confessava a existência do comando político. E é por isso que à ARENA não interessa a lista tríplice; é por isso que à ARENA não interessa um processo para a indicação do mestre qualificado

para exercer a função de diretor. E o eminente Deputado, nesta tarde afirmava que para Apucarana, "não fez nenhuma nomeação de diretor de estabelecimento".

Confessando, que o teria feito para outros municípios do Paraná. Também o comando político tão combatido em nossa CPI continuará vigorando neste Estado, quando implantar um verdadeiro regime de colonialismo, para o setor educacional no Paraná.

Fica, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o meu apelo para que brote, para que nasça o grito da independência deste Poder, iluminando os descaminhos do atual Governo deste Estado que haverá de, através da decisão desta Casa, criar a filosofia que precisa ser criada, para a educação, tão ferida no Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, a Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não me atreveria, nesta oportunidade, de me ater na análise da inconstitucionalidade flagrante, cometida pelo Sr. Governador do Estado, com referência ao veto apostado ao Estatuto do Magistério.

Sabendo perfeitamente, pelos fatos já aqui ocorridos, que os professores do Paraná, e o Paraná inteiro, só levarão, desta reunião, e deste Parlamento, no momento em que se pede clemência a esta classe laboriosa, e postergada ao sacrifício de mais de um decênio! Sacrifício da imposição econômica aviltante! Levará daqui, esta classe espalhada por todo o Paraná, no seu labor constante, no educar, a maior das decepções, quando levou, quando aqui se tentava derrubar o veto do Sr. Governador, ao projeto de lei que determinara a esta mesma classe a apresentação do "atestado de idoneidade" para seu ingresso ao Magistério.

É bom que se analise, mais uma vez, esse quadro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, projeto aquele que teve a votação total, o total dos votos dos Deputados do meu Partido, do MDB, e da ARENA também, pela sua aprovação. Voltando ao Executivo, foi vetado. E retornando a este Poder Legislativo, os Srs. Deputados da ARENA, que haviam dado o seu voto pela não validade daquela instrumentação oficial perniciosa, votaram pela manutenção do veto do Sr. Governador.

É a influência maléfica e maledicente de uma instituição democrática entregue a um bi-partidarismo, onde a força do povo é postergada pela força do poder. Onde a palavra do Chefe, mesmo que seja para esmagar a população laboriosa inteira, tem que manter inteira a sua validade. E é o que está acontecendo.

O Paraná inteiro está ouvindo e sentindo o clamor dos seus mestres. E os mestres estão, com clarividência, a saber que o meu Partido, o MDB, nada mais poderá oferecer senão a resistência que está oferecendo. Nada mais poderá dar senão o que está dando: a demonstração de espírito democrático e de contrariedade às injustiças que estão cometendo contra um povo!

De nada adianta demonstrar a inconstitucionalidade do ato do Sr. Governador. Isso já foi demonstrado.

De nada vale pedir clemência para este ato de degola de uma classe sofrida, de uma classe postergada ao sacrifício e ao sofrimento.

De nada vale, aqui, afirmar e reafirmar, que o ensino tem sido relegado ao pior plano de todos os planos, nestes últimos dez anos.

Não se pretende justificar o que não tem justificativa. O que se pretende é derrubar esse veto injusto do Sr. Governador, porque o artigo 28, § primeiro, diz "Se o Governador julgar o projeto, no todo, ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados daquele que o receber..."

Nada vale gritar, nada vale dizer. O certo é que fatos como

este vão se repetir, na constância do tempo.

Sempre vale mais a palavra do Poder do que os reclamos do povo.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Todos sabem a nossa posição quando da votação, em três turnos, nesta Casa, do Estatuto do Magistério.

Não pretendia usar da tribuna, porque entendia, e assim entendo, que a minha posição sempre foi clara.

Votei, neste plenário, o Estatuto do Magistério.

Votarei, neste plenário, contra o veto ao Estatuto do Magistério.

Mas, fui citado nesta sessão.

O nobre Deputado, que me permita sua ausência, disse, desta tribuna, ter interesse até fora do normal para com as professoras de nosso Estado.

E o seu interesse é tão grande que, acerca de dois anos, propôs, nesta Casa, uma aberração jurídica.

Propôs o projeto que leu, ainda hoje, desta tribuna.

Naquela oportunidade, o Deputado José Domingos Scarpelini, ainda seguia a linha de nosso Partido, a linha do MDB.

E se, nesta noite, usa da tribuna, para discutir, para demonstrar que tinha vontade de ver a classe do professorado paranaense em melhores condições, é verdade também, que veio a esta tribuna para demonstrar que fiquei com esse processo, por um ano...

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela Ordem) —

Sr. Presidente, o Deputado que ocupa a tribuna está se referindo à minha pessoa quando diz que propôs uma aberração jurídica.

Mas, esse projeto teve o apoio de 20 Srs. Deputados, nas várias Comissões desta Casa. (Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita a V. Exa. que cite o artigo em que baseou sua questão de ordem.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Tem fundamento no artigo 25, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita do eminente Deputado que se mantenha regimentalmente, neste Plenário.

Volta a conceder a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

Sabe a Presidência que S. Exa. haverá de conduzir a sua oração de forma regimental. E agradece.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Mas, como dizia, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, vi na oportunidade, o interesse do Deputado José Domingos Scarpelini, inclusive S. Exa. àquela época requereu regime de urgência para sua Proposição.

Mas o mais interessante que possa se dizer, é que veio a se lembrar deste processo somente ontem.

Sr. Presidente, por que isto?

O Sr. José Domingos Scarpelini — Peço uma Questão de Ordem, para poder esclarecer...

O SR. ADALBERTO DAROS — Gostaria que V. Exa. me assegurasse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, o Deputado Adalberto Daros, está dizendo que apenas ontem fui buscar com ele o projeto.

Gostaria de esclarecer a esta Casa e aos Srs. Deputados, que o artigo e o § terceiro, da Constituição do Estado, só aceita

uma nova proposição no mesmo sentido na mesma Sessão Legislativa se for subscrita por 28 Srs. Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Infelizmente, a Presidência tem que lhe cassar a palavra, não acatando a questão de ordem porque ela não é pertinente.

E sabe que V. Exa. entenderá as razões da Presidência.

Apela ao eminente Deputado, que permita ao Sr. Deputado Adalberto Daros, que use da faculdade de ocupar a tribuna como V. Exa. a usou.

V. Exa. poderá voltar e a Presidência o inscreve para falar em Explicação Pessoal onde V. Exa. terá oportunidade de comunicar à Casa, as razões que o levaram a censurar o procedimento de um colega.

Todavia, a Presidência não poderá mais admitir a quebra da ordem e solicita que o eminente Deputado Adalberto Daros continue com a palavra, descontando-lhe o minuto que lhe foi tolhido.

O SR. ADALBERTO DAROS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, o interesse na votação do Estatuto do Magistério do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, foi impressionante.

Nem aqui compareceu, e vem agora jogar a pecha.

Dizer que tem um interesse tremendo com os professores do Paraná.

Não deveria, repito, usar a tribuna nesta oportunidade, falar sobre o Estatuto do Magistério, mas, como fui citado como o Deputado que ficou com o processo na mão, fiquei sim, porque o Deputado José Domingos Scarpelini nem sequer soube usar do termo jurídico que deveria usar.

O Deputado Scarpelini usou termo para marítimo, não para professor, razão pela qual, na Comissão de Constituição e Justiça — e estão de prova os Deputados que dela faziam parte — seguramos o projeto para que aquela expressão não viesse a plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência comunica ao Sr. Deputado Adalberto Daros que o tempo que regimentalmente lhe era reservado, se esgotou.

O SR. ADALBERTO DAROS — Apenas para concluir, quero agradecer a V. Exa., mas, Sr. Presidente, metade do tempo de que eu dispunha ficou com o Deputado Domingos Scarpelini.

Quero apenas dizer que a nossa posição já é conhecida e votaremos contra o veto do Sr. Governador do Estado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, no encaminhamento da votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos discutir a matéria em pauta detalhadamente, de forma criteriosa.

Mas, lamentavelmente fomos tolhidos pela maioria que, de forma democrática, inclusive, impediu que isto acontecesse, ao aprovar requerimento proposto pelo ilustre líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares.

Porisso, Sr. Presidente, dispondo de um tempo exíguo para o encaminhamento da votação, por um problema cronológico, só nos cabem algumas considerações gerais.

Mas, Sr. Presidente, o fato ainda não está consumado, ainda resta alguma esperança.

E é exatamente por isto que os professores, as professoras aqui ainda se encontram.

Exatamente porque ainda iremos votar a matéria e venho à tribuna para isto — para reafirmar o nosso apelo no sentido de que esta Casa, mantendo coerência, não se contradizendo, não participando de uma comédia espúria proposta pelo Poder Executivo, defendendo os interesses dos professores e do ensino,

possa rejeitar estes vetos.

Nós já fomos tolhidos, também Sr. Presidente, inclusive, pela sua própria autoridade, quando impediu que o Plenário se manifestasse sobre o requerimento inicial apresentado pelo inteligente Deputado Osvaldo Macedo, que arguiu a inconstitucionalidade da matéria, mais especificamente, dos vetos apostos pelo Sr. Governador do Estado.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, V. Exa. que, bondosamente, em termos regimentais, depois de indeferir, não aceitou um requerimento que propusemos nesta Casa, na sessão de ontem, V. Exa. permitiu que este Deputado recorresse de sua decisão, ao Plenário, o que nós agradecemos mas, decidimos não recorrer e, hoje, numa atitude que, particularmente, considero incompreensível e inexplicável, V. Exa. impediu que este Plenário manifestasse sua vontade sobre a matéria proposta pelo Deputado Osvaldo Macedo, de fundamental, de vital importância.

Apesar de tudo isto, Sr. Presidente, nos restaram 10 exíguos minutos para lembrarmos aqui aquilo que, inclusive, não houve tempo do Deputado Deni Schwartz lembrar, e é por isto que pretendemos ler trechos do discurso formulado pelo Deputado Quielse Crisóstomo na sessão que nós votamos o Estatuto do Magistério, no ano passado, e as emendas que aí estão publicadas no dia 13 de outubro no "Diário da Assembléia" e aqui está o que disse o Deputado Quielse Crisóstomo, num dos trechos.

Palavras do Deputado — "e agora, repetem a façanha quando nós discutimos, mais uma vez, o ítem que vem mandar a incidência no comando político ou qualquer termo que poderíamos utilizar sobre ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Não só indelicado mas, indecente, o orador que está na tribuna ao referir-se ao Deputado que não pode defender-se porque não é permitido regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Razão pela qual a Presidência solicita que V. Exa. regimentalmente, não aparteie o orador que se encontra na tribuna.

Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria. O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o Deputado Quielse pretendeu todo o tempo e, até agora, ser o guardião do Regimento Interno. Até este instante, esteve S. Exa. aqui, no Plenário, a adotar atitudes como acaba de adotar. Eu, nesta questão de ordem, solicitaria à Mesa que fizesse cumprir o art. 20 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência já havia adotado as providências que V. Exa. acaba de solicitar.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Devolve a palavra ao Deputado Valter Pietrângelo.

A Presidência solicita que os Srs. Deputados permitam que o Sr. Deputado que se encontra na tribuna, use do direito da palavra.

Com a palavra o Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O Sr. Enéas Faria — Sr. Presidente, pela ordem ...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência já havia advertido o Deputado Quielse Crisóstomo e não admite censuras.

Devolve a palavra ao Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Obrigado, Sr. Presidente, se indecência for permanecer ao lado do professorado, eu prefiro que a decência fique com o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva mesmo.

Mas continuando, Sr. Presidente, disse o Deputado: — Queriam utilizar sobre a transferência indevida do professor, o que já vimos em todos os governos do PSD e PTB de ex-arenistas ou de ex-emedebistas, transferência de pro-

fessores, não do município, do Portão para o Pilarzinho, do Portão para o Bacacheri; como disse o Deputado, de São João do Caiuá, para Paranaguá, e, aqui nós impedimos isto ...

Ora, Sr. Presidente, o próprio Deputado Osvaldo Macedo, naquela oportunidade, entre tantas denúncias, disse que o professor Costa Fernandes, detentor de dois padrões do Estado e removido arbitrariamente, com padrão para Curitiba, mantendo outro em Londrina e naquela oportunidade o próprio Deputado Osvaldo Macedo afirmou e o Deputado Ivo Thomazoni concordou.

Com relação à remoção "ex-officio", quero parabenizar a ilustrada bancada da ARENA, pelo seu líder que na oportunidade era V. Exa., Sr. Presidente, que, houve por bem concordar com a emenda que Deputados do MDB e ARENA apresentaram, suprimindo o inciso quarto do art. 50, § único do mesmo artigo.

Vamos ficar por aqui, Sr. Presidente, eis que o nosso tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lamenta informar que o tempo de que V. Exa. dispunha, esgotou-se. Concede-lhe entretanto, um minuto para concluir.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pois bem, Sr. Presidente.

Se pudéssemos ler tantos pronunciamentos efetuados naquela oportunidade, seria ainda mais profundamente entristecedor — a contradição do desdizer que aqui está a se processar, Sr. Presidente.

Mas termino reafirmando que ainda resta esperança de que, em benefício da decência lembrada pelo Deputado que deveria estar ali, ocupando a sua cadeira na Primeira Secretaria por força regimental, nós ... (O Sr. Presidente faz soar os tímpanos). — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência concede a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, no encaminhamento de votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita ao eminente Deputado, irrequieto, inteligente e combativo Deputado Enéas Faria, e a mesma recomendação estende ao eminente Deputado, Primeiro Secretário desta Casa, o irrequieto Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que, na solicitação da palavra, pela ordem, procurem citar o artigo do Regimento Interno que estaria sendo desrespeitado. Para as futuras questões de ordem. Somente assim levaremos a bom termo os trabalhos legislativos desta sessão.

Solicita que não sejam interrompidos os Srs. oradores que, regimentalmente, desejam falar no encaminhamento de votação da matéria posta à consideração deste Plenário.

Solicita portanto dos eminentes Deputados Quielse Crisóstomo da Silva e Enéas Faria, que colaborem com esta Presidência e permitam que, na ordem de inscrição, os Srs. Deputados usem da faculdade de falar na tribuna.

Assegura esta Presidência, a palavra, ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA (Pela Ordem) Artigo 151, § quinto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Com respaldo no art. 151, § quinto, do Regimento Interno, para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, cada vez que este Deputado usou da palavra, declinou o artigo do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência agradece O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Eu, neste momento, solicito a S. Exa. e também a todos os Deputados do MDB, e principalmente ao Deputado Enéas Faria que até agora não viu nem uma só vez citar o artigo do Regimento Interno, que também cumprissem o Regimento Interno, citando o artigo para uso

da palavra, pela ordem. — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência havia tomado a liberdade de advertir o eminente Deputado Enéas Faria, desta disposição regimental. E volta a apelar ao eminente Deputado Enéas Faria pra que, a exemplo do eminente Deputado Quielse Crisóstomo, fundamente regimentalmente a sua questão de ordem, do contrário será forçada a lhe cassar a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Tem a palavra o Sr. Deputado Enéas Faria para uma questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o artigo...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu tenho dez minutos para encaminhar uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência solicita a V. Exa... que cite o artigo do Regimento Interno que não está sendo cumprido para validar a questão de ordem do contrário lhe cassa a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Artigo 20, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência confere.

O SR. ENÉAS FARIA — Aliás, é pela segunda vez que eu faço e o Deputado Quielse não percebeu. E provavelmente

por este motivo, V. Exa. teria advertido este Deputado, pelo não cumprimento do Regimento, e adotado providências. E vejo o Deputado sentado, no Plenário, atuando o tempo todo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. citou o art. 20 e para conhecimento do Plenário, a Presidência vai ler:

“Da Mesa — À Mesa da Assembléia, composta de 1 Presidente e 2 Secretários, compete a direção de todos os trabalhos”.

A Presidência não vai admitir, neste plenário e nesta sessão, como de resto não admitirá a quebra da ordem dos trabalhos e solicita que sejam cortados os microfones do plenário, enquanto o Deputado estiver na tribuna, falando no encaminhamento da votação, e isto é regimental. Está com a palavra o Deputado Jayme Carvalho.

O SR. ENÉAS FARIA — É editorial. V. Exa. quer atender o Regimento.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, artigo 172.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa. citou o art. agora, Sr. Deputado, art. regimental, art. 172. Com base nele, a Presidência lhe concede a palavra para argüir a questão de ordem, solicitando que não faça menção de art. regimental que não diga respeito à questão de ordem.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Pode conferir, Sr. Presidente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — O art. 172 tem a ver.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência é quem vai julgar. Art. 172: “Ao ser anunciada uma votação, poderá qualquer Deputado solicitar a palavra para encaminhá-la, para o que terá o prazo de 10 minutos”.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — É sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lhe cassa a palavra, porquanto nada tem esse dispositivo regimental quanto à questão de ordem por V. Exa. levantada. Exatamente com respaldo no art. 172 é que a Presidência assegura a palavra ao Deputado regularmente, e regimentalmente inscrito para usá-la. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, Sr. Presidente, esse Deputado usa a tribuna para declarar voto contrário o veto. E eu faço, Sr. Presidente, nesta noite tão memorável e lembrando das palavras de S. Exa., Deputado Francelino Pereira, Presidente da Arena, que há poucos dias dizia, talvez também apavorado por não poder externar aquilo que ia no seu subconsciente.

Que País é este? O faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque acho uma verdadeira deslealdade do Governo deste Estado, ao vetar tantos interesses do Magistério.

O Professor, Sr. Presidente, e repito o que disse ontem, que amolda a consciência dos meus, dos nossos filhos. É a dura lide do magistério, preparando-os para um amanhã bem próximo, ligada as nossas mãos, a bandeira salvadora deste País.

Quem sabe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com mais condições de trabalho, este professor paranaense brasileiro, possa melhor se dedicar e melhor preparar os nossos filhos, para, que amanhã, nesta Casa de Leis, venham homens mais ilustrados a defender o nosso povo, a nossa gente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de se entristecer, quando se lê em manchetes de jornal, um órgão do professorado, já exibido pelo Deputado Del Ciel, em manchetes:

“A enxada no lugar do giz”.

Neste País, Sr. Presidente, com falta de cultura, que se caminha muito alto porque é um País de analfabetos, os governantes, os ditadores desta Nação, fazem com que o professor, passa da condição de professor à “bóia fria.”

Está aqui, Sr. Presidente, e eu vou ler.

“Saímos de Londrina às 15 horas de uma quarta-feira, para entrevistar Cacilda Siqueira Santana, em Primeiro de Maio.

Pequena cidade agrícola a 75 km de Londrina. Ela é uma mulher ativa, mãe de 3 filhos e professora primária. Uma mulher igual a todas as outras professoras como ela, com os mesmos problemas e as mesmas necessidades. Uma diferença entretanto, ela passou suas últimas férias, acordando todos os dias às 4 horas para fazer o almoço em tempo de pegar a enxada, acordar duas filhas, para juntas tomarem um caminhão em direção a uma fazenda qualquer, à esmo, à procura de um ganha-pão, Sr. Presidente, Srs. membros da Arena, porque o salário não lhe oferece condições do seu próprio sustento. Cacilda além de professora é uma trabalhadora rural volante. Por que?

(pergunta o repórter, a resposta vem carregada de simplicidade, o que eu ganho no Magistério não dá para viver.”

É cumprido, Sr. Presidente, o artigo, mas em manchete ainda, “ela caminha em caminhões carregados de homens, mulheres e crianças. Vão os caminhões de “bóias frias” como se estivessem carregando porcos, porque não lhes oferecem nem segurança.” Ainda mais, “estampado, em seus rostos o cansaço”.

Mas, Sr. Presidente, entre outras manchetes, o que mais nos entristece e é bom que se leia, quando se discute o desleal veto do Governo do Estado. Manchete: “Só não quero que eles sejam professores,” E ela dizendo das amarguras por que passa tendo a mãe doentia, com 82 anos sob seu sustento.

Ela termina o artigo dizendo, sobre os seus filhos: “Não tenho esperanças que a minha vida melhore, mas gostaria de melhorar a dos meus filhos. Só não quero que eles sejam professores”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste País e neste Estado, ao ouvir, ao invés de um incentivo de uma mãe, de uma professora, ouvimos, tristemente, este enunciado: “não quero, não desejo e não permitirei que meus filhos sejam professores”.

No mesmo jornal, Sr. Presidente, “furtou mandioca para dar aos filhos”, “professora vira ladra para viver”, é a manchete do jornal “Notícias Populares”, sobre uma professora que seria obrigada a roubar mandioca do quintal de uma vizinha, para dar de comer a seus filhos. O fato ocorreu em Londrina. A professora e da rede estadual de Ensino.

Mais uma vez, o Brasil se curva ante o Paraná, Isso que entristece, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vemos hoje, quando ainda discutimos as condições de necessidade, de amparo dessa classe que é o amparo, o sustentáculo nesta Nação, fato de tamanha proporção. E lí, Sr. Presidente, esse artigo que se refere à professora primária, para esclarecer que, também, com o Deputado José Domingos Scarpelini, assinei aquele projeto, comentado entre ele e o Deputado Adalberto Daros. Talvez, Sr.

Presidente, Srs. Deputados, e eu tenho que esclarecer porque sou advogado e foi dito que no projeto havia uma aberração jurídica, talvez tenha havido. Mas, não da responsabilidade deste Deputado, porque foi confeccionado pelo GAT. Mas, se houve aberração, se houve um erro jurídico, a intenção, entretanto, era essa de que o Deputado Scarpellini, pelo curto prazo que teve, não pôde dizer, era de dar, ao professor primário, no mínimo, a condição de ganhar o salário mínimo para, Sr. Presidente, Srs. Deputados, evitar isso que está aqui no jornal: "professora "bóia-fria", por falta de pagamento, por falta de um salário condigno."

Fica aqui, Sr. Presidente, a nossa explicação quanto ao nosso projeto e a nossa tristeza quando vemos, já vetado, aquilo que o professor quer, aquilo que queríamos. E vemos professores, neste Estado, dizerem, "só não quero que meus filhos sejam professores, porque não terão eles condições de manterem suas famílias."

Obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos assumindo esta tribuna, mas parece ser uma missão inglória, uma tarefa inútil, uma lamentável perda de tempo. Parece, Srs. Deputados, mas não é.

Parece ser inútil, porque tenho em mãos, a prova de que o oficialismo representado nesta Casa, pretende fazer funcionar seu "rolo compressor". Tanto que já tem prontos 15 mil exemplares impressos, mostrando, claramente, que, em termos de maioria e minoria, o oficialismo sabe que pode contar com a fidelidade irrestrita de seus homens, tanto no voto em aberto, quanto no voto secreto. Parece uma inutilidade que falemos, desta tribuna, porque, ao analisar o arrazoado do Sr. Governador do Estado, chegamos à conclusão que, apenas e tão somente, S. Exa. pretendeu encaminhar esse Estatuto do Magistério, para se beneficiar.

Diz o artigo 54, § primeiro, da Lei 5692: "A concessão de auxílio federal aos sistemas de ensino e ao sistema do Distrito Federal visará a corrigir as diferenças regionais de desenvolvimento sócio-econômico, tendo em vista renda "per capita" e população a ser escolarizada, o respectivo estatuto do magistério, bem como a remuneração condigna e pontual dos professores e o progresso quantitativo ou qualitativo dos serviços de ensino verificado no biênio anterior".

Então, para que o Estado do Paraná se capacite no pretendido § 110., do Art. 54, da Lei 5692/71, o Sr. Governador manda, a esta Casa, um Estatuto que peca em sua essência, e apenas vai vigorar no acidente que nada diz para o que mais necessita o Magistério, e que é a sua profissionalização, a sua independência, o resguardo de seus direitos.

E vai mais longe, Sr. Presidente, porque já impressos 15 mil exemplares desse Estatuto, mostrando, claramente - e tem razão a Imprensa do Paraná, quando publica o pensamento deste Deputado e do Deputado Nilso Sguarezi - indicando, claramente, que o Governo confia no seu "rolo compressor".

Quando chegamos a esta Casa e sentimos que a Liderança da ARENA pretendeu que se votasse englobados assuntos de essências diferentes, a lista tríplice ao lado da aposentadoria dos membros do Conselho Estadual de Educação; a extensão dos benefícios dos efetivos ao pessoal inativo, previsto no art. 124, sentíamos, claramente, que a Oposição, nesta Casa, deveria ser esmagada pelos homens da Arena.

Mas, não é inútil a nossa presença, nesta tribuna, Sr. Presidente, não é vão o nosso esforço, Srs. Deputados, porque marcamos, acima de tudo, a presença histórica do homem público diante da opinião pública do Estado, e acima de tudo o compromisso assumido com a presente e com a futura geração.

Mesmo assim, este Estatuto que deveria ser o cumprimento da Lei 5692, conflita com o art. 34, que diz: "A admissão de

professores e especialistas no ensino oficial de primeiro e segundo graus far-se-á por concurso público de provas e títulos, obedecidas para inscrição as exigências de formação constantes desta Lei".

E já em reunião com professores, o Sr. Secretário dos Recursos Humanos demonstrou a intenção de não abrir concurso para provimento de cadeiras de primeiro e segundo graus. Mas, conflita, também, com o art. 35 da Lei Federal, quando afirma, não haverá qualquer distinção para efeitos didáticos e técnicos entre os professores e especialistas subordinados ao regimento das leis do trabalho e os admitidos no regime de serviço. E já no veto apostado ao art. 116, há um evidente conflito porque, Srs. Deputados, enquanto os professores efetivos, pertencem à segunda categoria, aos estatutários, o suplementarista não é estatutário mais recolhe para o IPE; mas não obedece o art. 35 que obriga que seja, ao menos, regido pelo regime das leis do trabalho mas, não tem assistência previdenciária fornecida pelo INPS, e não tem qualquer vínculo de trabalho com o Estado. E os sofismas deste Governo vão adiante; nós vamos chegando, Sr. Presidente, no famoso capítulo XVI, quando fala da remoção. Capítulo este composto pelos artigos 49, 50, 51 e seus parágrafos; 52, 53 e seus parágrafos, quando o Sr. Governador vota o art. 50; vota o art. 51, vota o art. 52; vota o art. 53 e, deixa da remoção, apenas, o art. 49. Poderia então remeter a esta Casa um dicionário do MEC da língua portuguesa e, então, nós saberíamos o que quer dizer o Capítulo XVI, da Remoção, quando diz - art. 49 - "Remoção é a passagem do exercício do professor ou especialista de educação de um para outro complexo escolar, centro interescolar, ou estabelecimento de ensino, preenchendo vaga sem que modifique sua situação funcional". Mas, evidentemente, Srs. Deputados, o que este Governo pretende é usufruir os benefícios financeiros do Governo Federal, estabelecendo um Estatuto do Magistério mais para conservar o "status quo" da política paranaense, conservando o professor amordaçado nas suas mãos sob o jogo do famigerado comando político.

Mas, Sr. Presidente, nem tudo está perdido; há possibilidade de rever posições e o exemplo deu o Sr. Presidente da República, quando reviu a posição, adiando, "sine die", a aplicação das famigeradas "simonetes" e para isto veio nesta Casa, o que diz o "O Estado de São Paulo" do dia 20 de março deste ano de 1977.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência concede ao eminente Deputado um minuto para concluir sua oração, informando que o tempo que dispunha já se esgotou.

O SR. RENATO BERNARDI — Obrigado, Sr. Presidente.

Mas nesta notícia de "O ESTADO DE SÃO PAULO", diz-se que "o Governador Aureliano Chaves mais liberal e democrata que o Sr. Rondon Pacheco, voltará a apresentar o novo Estatuto do Magistério à Assembléia Legislativa de Minas, porque o Estatuto que lá está durante 2 anos, feito à semelhança do Estatuto do Paraná, não funcionou". E se nós entendemos que o Governador deste Estado está pensando como aquele princípio da Escola Peripatética Grega que dizia: que "o homem que não foi violentado pelo sofrimento, também não aprendeu na vida", porém é preciso também que ele se lembre daquela palavra de Homero, quando disse: "Há de surgir um dia, Sr. Presidente, a aurora, com os seus dedos rosados, no horizonte. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência registra, com satisfação, a presença neste Plenário do ex-Deputado e ex-Prefeito Municipal de Guarapuava, Nivaldo Krueger.

Concedo a palavra ao orador inscrito no encaminhamento da votação, Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia mais voltar à tribuna, no encaminhamento da votação, mas o que me traz de volta e não concordando

com o pronunciamento de alguns Deputados, que fizeram referência à nossa atitude, como relator dessa matéria.

Tivemos oportunidade de ouvir o pronunciamento do Deputado Lúcio Machado, que diz que o MDB fez tudo e está utilizando de todos os recursos para conseguir a derrubada desses vetos. Com todo o respeito aos eminentes Deputados do MDB, com todo o respeito que tenho, posso afirmar que nada está oferecendo o seu Partido, pois foi ele o responsável pelo veto.

Quanto à minha posição tomada, se alguém apresentar qualquer um dos artigos que ofereci ao substitutivo vetado por S. Exa. o Sr. Governador, eu votarei contra o veto. Porque todos aqueles artigos, quer a lista tríplice, quer a remoção, todos eles foram alterados com emendas que já não ofereciam condições. Na primeira votação nós votamos porque estava sendo votado o substitutivo apresentado. Na última votação já com as emendas, falou-se em "rolo compressor". Naquela oportunidade nós estávamos em minoria e perdemos a votação e, se isto não tivesse acontecido esses vetos não teriam vindo. Porque da maneira como estavam, apresentado o substitutivo com algumas alterações no projeto, na Mensagem original.

Já tinha havido um entendimento para que fosse aprovado em seu todo. Por isso nós votamos, como foi dito, por unanimidade, na última votação.

Falou-se até em comando político, pré-julgando o que foi dito. O Deputado Del Ciel fez referências, quando fui apartado pelo eminente Deputado José Domingos Scarpelini, dizendo não ter feito nenhuma nomeação em Apucarana.

O que tenho, Sr. Presidente, Srs. Deputados é a representação política e atendido as solicitações que são feitas na minha região; encaminhando ao Sr. Secretário de Estado para que se proceda e se estuda a possibilidade de atender novas nomeações. Jamais fiz, por minha própria iniciativa, a indicação de qualquer nome que seja. E tenho sempre entrado em contacto com os professores. Estou satisfeito e tenho certeza que o professorado da minha região está satisfeito com a indicação, porque sempre são ouvidos nas indicações que nós fazemos.

Estou tranqüilo e cômico das minhas responsabilidades. E esta votação que hoje está sendo encaminhada, está sendo transmitida pelo Canal 4 e pela Tibagi, de Apucarana, que atinge toda a região que represento. Por isso não há segredo nenhum da minha posição tomada, posição tomada e que já transmiti aos professores em reunião que lá realizei. Nada tenho a esconder. Com a minha consciência tranqüila e certo de que este Estatuto será cumprido de acordo com o que já foi aprovado, e virá dar o atendimento aos professores. Algumas falhas que aqui existam, que nós concordamos, reafirmo mais uma vez, poderão ser superadas no futuro. E se falhas houve, não foi por culpa nossa. Era só isso, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente.

O artigo 88, diz que a ordem dos trabalhos estabelecida nos artigos antecedentes, só poderá ser alterada ou interrompida por 3 razões. A primeira diz, "no caso de urgência", Sr. Presidente, e nós recebemos neste instante, e por isto é que fizemos menção na tribuna, um documento importante da Câmara Municipal de Maringá, relacionado à matéria que se discute. Então queria solicitar a V. Exa. que me permitisse a leitura desta matéria que é bastante sintética, Sr. Presidente. Não vai além de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência é forçada a solicitar de V. Exa. que delegue esta missão a qualquer dos eminentes Deputados que desejem dar conhecimento, para registrar nos Anais da Casa, o conteúdo da mensagem da Câmara Municipal de Maringá.

Infelizmente, regimentalmente, a Presidência, exceção feita ao relator da matéria, não pode lhe conferir a palavra

pela segunda vez no encaminhamento de votação da mesma matéria. Lamentavelmente, é disposição regimental.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Lamento, Sr. Presidente, mas eu agradeço. — Infelizmente, V. Exa. me tolhe a expor uma matéria de fundamental importância, e que poderá influir sobremaneira, na decisão que este Plenário terá que tomar dentro de instante.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Verifica a Presidência, que o próximo orador inscrito para encaminhar a votação, é o eminente Sr. Deputado da ilustre bancada do MDB, a quem V. Exa. poderá delegar a missão. — Com a palavra o Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Por delegação do eminente Deputado Valter Pietrângelo, faço leitura de ofício ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Antônio Facci, assinado pelo Presidente da Câmara Municipal de Maringá Sr. Antônio Paula Cuca, cujo teor é o seguinte:

"Nobre Deputado.

Tem a presente, a finalidade de solicitar a V. Exa. em atenção ao que foi requerido pelo nobre Vereador, Professor Jesus Hernandes, deferido pela Mesa Executiva, sejam mantidos contatos com os nobres pares desta egrégia Casa Legislativa, sugerindo-lhes a não aceitação dos vetos apostos por S. Exa. o Sr. Governador, ao Estatuto do Magistério, defendendo assim, o legítimo direito que têm os professores de nosso Estado. Esperando contar com a necessária e imprescindível colaboração de V. Exa., colhemos o ensejo, para reafirmar os protestos de nossa elevada estima e consideração."

Era esta a comunicação que fizemos por delegação do eminente Deputado Valter Pietrângelo.

Sr. Presidente, no dizer do eminente líder da bancada nacional do MDB, o estudante deste País, está 477, 1495 - Decreto Lei da lavra do atual Governo deste Estado que marginalizou 11 mil suplementaristas do Paraná, e que foi objeto de inúmeras discussões, nesta Casa, número 1495, número 180, 241, 156.

O Congresso Nacional, hoje, necessitava de 180 votos dos Srs. Parlamentares para aprovação do projeto de reforma judiciária; 241 Srs. Parlamentares da Arena, votaram a favor, 156, do MDB, votaram contra. Não se atingiu o quorum. E por isso, o "serviço de meteorologia" informa que, em Brasília, a temperatura pode chegar a mais de 40 por cento.

12 - 20 mil; doze anos de luta, mais de 20 mil professores esperando um Estatuto que viesse de encontro aos interesses da classe do Magistério. 54 - 36, dois terços; 138 - 76 Srs. Deputados, números. Para que os vetos de S. Exa. o Sr. Governador pudessem ser rejeitados por esta Casa. Se 54 Parlamentares aqui estivessem presentes, necessitar-se-ia de 36 votos para derrubar-se o veto de S. Exa. o Sr. Governador das terras paranaenses. Dois terços é o que a lei exige. Matematicamente, o Projeto de Lei 138/76, nesta Casa, nesta noite, dificilmente, será alterado. 4-11- Canal 4 Iguaçu de Curitiba; Canal 11 - Tibagi, Srs. aqui presentes, um grande serviço está sendo prestado a este Poder porque o povo do Paraná pôde assistir, através da manifestação dos ilustrados Deputados da Arena e do MDB a possibilidade de ouvir os seus argumentos, de fazer com que cada um pudesse expressar os seus desejos, as suas opiniões, com a maior liberdade possível, para que cada um pudesse, conscientemente votar, daqui a poucos instantes, um assunto da mais alta importância para a vida do Paraná, porque, envolvem, os professores responsáveis pela educação da juventude, pela educação daqueles que irão dirigir os nossos destinos.

Finalmente, serei breve, termino nesta oração matemática, com uma frase do apóstolo Paulo: que, em sua, "Carta aos Coríntios", afirma que: "Nem tudo o que é justo edifica".

Será justo, perante o Regimento Interno, será justo perante a nossa legislação, que, matematicamente os vetos de S. Exa. o Sr. Governador sejam mantidos. Mas, não será edificante . . .

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).—

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra no encaminhamento de votação, ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Preliminarmente, devemos fazer um esclarecimento à Casa, tendo em vista a citação de nosso nome, em pronunciamento anterior, feito pelo nobre Deputado José Domingos Scarpelini, com relação ao Projeto de Lei 37/75. Recebemos o projeto vetado, no dia 7 de novembro de 1975. Estudamos as razões apresentadas pelo Sr. Governador contra aquela iniciativa, emitimos o nosso parecer; apresentado à consideração da ilustrada Comissão de Constituição e Justiça, no dia 3 de dezembro de 1975, dentro do prazo regimental, para a devida deliberação, a tempo de vir a plenário a matéria para ser apreciada.

Este esclarecimento, julgamos oportuno, para que não pare dúvidas quanto ao nosso comportamento - sempre definido - procurando respeitar o Regimento Interno, tendo em vista o fato aqui aventado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que agora se discute, o Estatuto do Magistério, se constitui em um tema de relevante importância para os professores de nossa terra, para os estudantes e também para a administração pública.

A administração pública do Paraná tem procurado atender, na medida do possível, as reivindicações apresentadas por aqueles que estão colaborando para que o Estado do Paraná se projete no cenário nacional.

E essa mesma administração tem procurado proporcionar, aos professores, instrumentos que permitam, e permitem, a sua profissionalização.

Existem reivindicações - é certo - justas, apresentadas por diversos componentes da classe do Magistério. Muitos professores, entretanto, estão compreendendo as dificuldades que nem sempre permitem uma solução imediata aos problemas que afligem a operosa classe.

Aperfeiçoamentos outros deverão oportunamente serem inseridos pela administração pública que tem se mostrado sensível aos justos anseios.

Por outro lado, os oradores que nos precederam em suas argumentações contrárias às razões apresentadas pelo Sr. Governador, deixaram de levar em consideração que os professores do Paraná estão recebendo seus vencimentos em dia. E isso, Srs. Deputados, que deve merecer atenção de todos aqueles que ocupam assento neste Legislativo. Por que, estados existem em que os professores não estão com seus vencimentos em dia. O Paraná, além de proporcionar essa condição ao professor, está procurando, através de cursos especiais, levados a efeito pela CETEPAR, e por outros órgãos da Secretaria de Educação e Cultura, dar-lhe a oportunidade de bem cumprir a sua missão, de forma a encontrar a realização pessoal. E isso requer elevados recursos financeiros.

Outrossim, gostaria de enfocar, rapidamente, o problema da remoção.

No ano passado, um professor residente em Curitiba nos procurou para que nos interessássemos pela transferência do seu padrão de um estabelecimento situado em um dos extremos da cidade, para outro situado em bairro distante.

Esta transferência, somente se efetivou quando o concurso de remoção foi realizado. A vaga existia no outro estabelecimento, mas apesar do interesse da administração e do professor, não foi possível a remoção devido aos empecilhos legais então existentes.

A revogação daqueles critérios rígidos para a transferência do professor, a nosso modo de ver, veio em benefício da própria classe pois tornará possível a remoção de um professor, a seu pedido, quando a vaga existir em outro estabelecimento de ensino.

Infelizmente alguns vêem de forma distorcida, esta conquista porque não dizer, daqueles que pretendem encontrar soluções rápidas para os seus problemas funcionais.

Por estes motivos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e compreendendo as circunstâncias atuais quanto à aplicabilidade do Estatuto, votaremos com as razões expendidas pelo Sr. Governador, sabendo conscientemente, que estaremos, desta maneira, proporcionando condições para que seja efetivamente levado a efeito um programa que vem beneficiar os professores, as comunidades e também atender os interesses da administração pública. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No encaminhamento da votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Inicialmente, considerando que no encaminhamento de votação foram tratados também vários assuntos totalmente alheios à matéria, gostaria de insistir num aspecto que merece ser lembrado para que os professores não fiquem no engano por notícias não muito claras, referentes ao Estatuto do Magistério.

Convém lembrar que o Estatuto do Magistério foi sancionado pelo Sr. Governador em 22 de dezembro de 1976 e convertido na Lei Complementar número 7.

Teve sua publicação ocorrida no dia 13 de janeiro deste ano, no "Diário Oficial". A partir deste momento entrou em vigor. Como consequência, é uma lei que existe.

Este é um ponto fundamental. Quanto às partes vetadas é outro aspecto. Porque vetado parcialmente o projeto, a parte vetada é novamente submetida à manifestação deste Plenário ao qual, no caso de rejeição do veto, poderá transformar-se igualmente em lei.

Mas o que não se pode negar é que a parte sancionada transformou-se em lei; foi publicada e, como consequência, a lei se tornou eficaz, pois a lei, como sabemos, só produz efeitos depois de publicada.

Quanto à vigência, a própria lei estabelece que entrará em vigor na data da publicação. Como consequência, o Estatuto já existe. Hoje, nesta Casa, estamos tratando, exclusivamente, do veto parcial aposto pelo Sr. Governador.

Gostaria, ainda, de focalizar alguns aspectos que já foram tratados quando da discussão da matéria mas, não com a clareza devida: um deles que foi dito não se saber a razão dos vetos aos parágrafos quinto e sexto do art. 32, merece uma análise; análise fria, sem outras intenções. Quando do envio da Mensagem original a esta Casa, o Sr. Governador pretendeu estabelecer que a promoção vertical, por habilitação de uma classe para outra, seria feita de 2 em 2 anos. Através de emenda, foi estabelecida a promoção anual, emenda esta que foi rejeitada por ser, flagrantemente, inconstitucional.

O que aconteceu?

Aconteceu, também, que acabou sendo rejeitado o parágrafo quinto que tratava da promoção e, esta rejeição é preciso que se diga, não foi feita pela bancada da Aliança Renovadora Nacional. Não fomos nós que tiramos os prazos estabelecidos para promoção e, no final restaram os parágrafos seguintes que se referem, exclusivamente, ao dispositivo que foi vetado.

Então, se pergunta: Como permitir que um corpo estranho, sem cabeça, permaneça no Estatuto?

Basta uma simples leitura do parágrafo vetado, e qualquer leigo vai notar que ele não tem sentido, pois sua remissão, inclusive, foi feita ao parágrafo vetado.

Só não vê quem, efetivamente, não quiser ver. Nós já havíamos dito, anteriormente, e não custa repetir, que o parágrafo quarto, do artigo 32, trata, especificamente, de quem não poderá ser promovido. E, o parágrafo quinto, que foi vetado, diz que o Conselho do Magistério, anualmente, deverá encaminhar, em época oportuna, para efeito orçamentário, a relação das

alterações de promoção, constantes do parágrafo anterior. Não há nenhum sentido.

Eu não posso entender como não se queira ver esta realidade, de uma tribuna. Só posso admitir que não se queira ver esta realidade, quando se tenha dúvidas intenções; quando se pretenda sensacionalismo; quando se pretenda, isto sim, é conseguir, ganhar simpatias por outros caminhos, junto à classe dos professores. Quero que me neguem esta verdade e quero que venha alguém à tribuna e diga que existe razão para que o parágrafo quinto do artigo 32, permeneça e não seja passível do veto aposto pelo Sr. Governador.

Mas o que está acontecendo, Sr. Presidente, é que estamos caminhando por outros rumos. Estamos, nesta sessão, vendo, isto sim, são acusações que se fazem de todas as formas, como se os homens que compõem a bancada da Aliança Renovadora Nacional, não tivessem a preocupação, não estivessem aqui também, para dar seu trabalho e sua participação em favor do Magistério. Como se todos nós, membros da bancada da ARENA, não tivéssemos todos, nas nossas famílias, nas relações de nossas famílias, quantas e quantas professoras que conversam conosco e que dependem, também, da decisão que viéssemos a tomar.

Falou-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em remoção; tantos comentários correm pelo interior onde temos estado, que dão impressão que não existia mais a remoção; caiu a remoção "ex-officio", aquela que falava no Estatuto. Remoção, "ex-officio", que foi criada no interesse do ensino; mas o que se pretendeu foi não ver, foi não acreditar nos homens, foi não acreditar no Governo de hoje e nos futuros, de que se pudesse aplicar bem, porque a verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós que temos tido permanente contato com o professorado, temos, tantas e tantas vezes, encontrado quadros difíceis de serem resolvidos, como uma professora solteira que quer a sua remoção, quando a família muda e ela não tem condições, porque ela não está amparada pelo artigo 68, porque ela deveria aguardar que acontecesse o momento exato das férias para que se fizesse a remoção por concurso.

Iriam então disputar uma vaga. Isto tem acontecido com as viúvas e todas elas são testemunhas. Se tivéssemos, na ocasião tido também a aprovação, nós talvez tivéssemos a condição de poder dar atendimento. Porque o que se pretendeu na época, com a remoção "ex-officio", no interesse do ensino foi apenas e tão somente dentro do mesmo município. Promover o remanejamento, dar condições e pensar na criança; pensar no aluno. Escolas abarrotadas de professores, enquanto outras têm premente necessidade. Mas o Governo não tem dispositivos, nem tampouco pode fazer o remanejamento.

Mas o que se pretendeu, foi vir aqui e dizer-se que o objetivo do Governo era outro; que o que o Governo na verdade estava pensando era usar aquele expediente para fins escusos, como se assim o quisesse fazer. Já poderia ter-se valido do próprio Estatuto dos funcionários civis, para a remoção. Mas a remoção por permuta e a pedido, continuam fazendo parte do estatuto do funcionário público nos seus artigos 65 e 69, enquanto a remoção no caso de transferência ou de remoção do cônjuge continua garantida pela própria Constituição do Estado.

É preciso que os professores saibam disso. Não se iludam nas notícias que saem, de que possivelmente não teriam mais este amparo. Continuam a tê-lo, porque este amparo está no Estatuto e este amparo está na Constituição. O Estado não fez nada daquilo do que se pretende dizer, no sentido de simplesmente não dar mais a condição da remoção. Pinta-se um quadro diferente. Busca-se um sensacionalismo que possa agradar o professorado, que muitas vezes não está muito afeito aos próprios termos do Estatuto que está sendo tratado, nesta Casa.

Fez-se uma emenda no artigo 125 do Estatuto, emenda esta para estabelecer um prazo de 90 dias para a realização do

primeiro concurso.

Houve o veto do Governador quanto ao prazo.

Alega o Sr. Governador que o prazo é exíguo, considerando que a preparação de concursos normalmente demanda prazos bem maiores, mormente em se tratando de concursos para provimentos de cargos de quadro em fase de organização.

E convém lembrar que antes disso, deve ser atendida a primeira etapa — que está preconizada no artigo 32 — a qual trata da promoção.

Somente depois dessa etapa é que poderá se tratar do concurso. E, que não se diga que não existirá o concurso, como pude ler, inclusive num jornal que tem se servido e que tem se utilizado desses expedientes exatamente para criticar os homens do Governo. A verdade é que o concurso está preconizado no artigo 20, no seu § único, onde consta claramente que os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos.

Sancionada a lei e publicada, como o foi, a 13 de janeiro de 1977, está a mesma em vigência. A partir de então, 13 de janeiro de 1977, conta-se o prazo para a realização do concurso que estamos seguros, será realizado o mais breve possível, porque essa é a intenção do Governo.

O Deputado que antecedeu-me na tribuna, fez menção ao artigo 124 do Estatuto e que foi vetado pelo Sr. Governador. O referido dispositivo estabelece que todo benefício pecuniário concedido ao Pessoal do Magistério em atividade, será extensivo ao inativo com os mesmos percentuais e mesma vigência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar ao eminente Deputado que o tempo de que dispunha se esgotou, e concede-lhe um minuto para concluir. O SR. DÁCIO LEONEL — Concluirei, Sr. Presidente.

O veto decorreu da inconstitucionalidade da emenda e pelo fato de que a própria Constituição do Estado já trata da matéria. Na verdade o artigo 75, § primeiro da Constituição Estadual já estabelece que "Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade e na mesma proporção destes.

O que se observa, na verdade, é que há uma intenção de criar uma confusão no seio do professorado, o qual, somente na medida da aplicação do Estatuto vai compreender que na verdade o Estatuto trouxe benefícios à classe.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o Projeto de Resolução número 02/77.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, e também requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Enéas Faria, ambos os Srs. Deputados, com respaldo no artigo 159 — § segundo do Regimento Interno, requerem: votação nominal para os vetos em apreciação, constantes da Resolução número 186/75.

Em votação.

A Presidência está colocando em votação ambos os requerimentos, pois quanto versam sobre a mesma matéria.

Ambos solicitam votação nominal para os vetos em apreciação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere, e determina ao Sr. Primeiro Secretário que faça a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de quorum.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Faz a chamada).

Informo ao Sr. Presidente, que existe número legal, com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com quorum regimental, a Presidência coloca em votação, os requerimentos dos Srs. Deputados Del Ciel e Enéas Faria, ambos no mesmo turno.

Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como

estão.

— REJEITADOS.

Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente.

Peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa atende a solicitação do Sr. Deputado Trajano Bastos, e fará a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

23 Srs. Deputados rejeitam; 21, aprovam. — Rejeitados os requerimentos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini: (Lê):

“O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, e com base no art. 76, do Regimento Interno, a prorrogação por 1 (uma) hora, da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30 de março de 1977.”

Em votação. — **Aprovado** o requerimento pedindo prorrogação da sessão por mais uma hora.

Em votação a Proposição número 02/77. Em votação. Os Srs. Deputados que votam aprovando o projeto permaneçam como estão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente, V. Exa. está colocando em votação o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Automaticamente, aprovado o projeto, estarão rejeitados os vetos. Se rejeitado o projeto, serão mantidos os vetos.

A Presidência esclarece: os Srs. Deputados que forem favoravelmente aos vetos governamentais, deverão levantar-se. Os Srs. Deputados que desaprovam, que rejeitam o veto, permaneçam como estão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). Sr. Presidente. V. Exa. fala que colocará em votação o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não há outra forma de se realizar uma votação. Rejeitado o projeto, será mantido o veto. Este é o entendimento da Mesa, e é histórico, em votação simbólica, este procedimento.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). Sr. Presidente, acho que V. Exa. deveria dizer: os que estão favoráveis que permaneçam como estão; os que forem contra que se levantem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Foi exatamente isso que a Presidência anunciou ao início da votação.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto e rejeitam, conseqüentemente, o veto, permaneçam como estão. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. DEL CIEL — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere, será feita a verificação de votação. — (É feita a verificação de votação).

23 Srs. Deputados aprovam o veto e rejeitam o projeto; 21 Srs. Deputados aprovam o projeto e rejeitam o veto. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Padres Mariano Strujak e Mateus Demeterco. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Celso Esperança, ocorrido na cidade de Caçador. — **APROVADO.**

(Tumulto nas galerias).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lembra o que estatui o artigo 119, do Regimento Interno: “Qualquer pessoa poderá assistir às sessões das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio sem dar sinal de

aplausos ou de reprovação ao que se passar na Assembléia”. Solicita, portanto, a compreensão das galerias.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anacleto Pires Furiatti, ocorrido na cidade da Lapa. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia, em forma de apelo para que sejam propiciados meios de acesso à denominada Colônia “N” — Taquari Corvo, no município de Campina Grande do Sul. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine a construção de uma unidade escolar, no município de Guaraniaçu. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro das Comunicações e Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de que seja determinada a construção de novo prédio para abrigar as instalações do Correio e Telégrafo de Cascavel. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta de 5 (cinco) Srs. Deputados, a fim de apurar denúncias de violência policial, no município de Palmital. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peço a palavra, para discutir. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica adiada na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando a transcrição o artigo publicado pelo jornal “Opinião”, intitulado “A Mensagem do ABC”. — **APROVADO.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Secretaria de Educação e Cultura e à FUNDEPAR, sugerindo objetividade e criteriosidade na planificação para implantação de unidades no Estado. — Em discussão.

O SR. RENATO BERNARDI — Para discutir, Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, em sua íntegra, a “Carta Aberta”, da Associação dos Professores do Paraná. — **APROVADO. — (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, na forma do Art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Governo do Estado, referente à frota governamental de aeronaves. — **APROVADO.**

A Presidência consulta o Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, inscrito para falar em Explicações Pessoais, se ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Dado ao adiantado da hora, declino para fazer uso da palavra amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 31, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 139/76;

e marcando ainda uma sessão, para sexta-feira, dia 01 de abril, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de lei números 130, 132, 135 e 137/76.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LÚCIO MACHADO, EM SESSÃO DO DIA 30/03/77.

"CARTA ABERTA DO PROFESSORADO PELA EDUCAÇÃO

Mais um ano letivo se inicia. Nós, professores, reencontramos, além do quadro negro, que é nosso material de trabalho, um quadro muito mais amplo e mais negro que é a situação da educação brasileira. E, por mais que nos esforcemos, não conseguimos ver nas atitudes de nossos dirigentes uma maior preocupação em evitar o caos que se implanta no setor educacional.

A história nos mostra que a educação é a única alavanca capaz de guindar um novo da condição de ignorante e servil à condição de participante e desenvolvido. Isto só se consegue colocando a educação como setor prioritário de investimentos e de preocupação. Mas o que vemos em nosso país é a redução sistemática das verbas orçamentárias destinadas à educação seja a nível federal, seja a nível estadual.

Essas reduções se traduzem em achatamento do salário do professor que vem tendo reajustes sempre inferiores aos índices inflacionários. Através dessa fórmula o poder aquisitivo do professorado paranaense foi reduzido pela metade só nos últimos oito anos.

A partir de 1973, o Estado, visando economizar ainda mais na educação, transferiu grande parte da manutenção das escolas aos alunos através do pagamento de taxas, às associações de pais e mestres e aos professores que se vêem obrigados a realizar rifas, festas e promoções.

Hoje, a crise econômica por que passa o país é utilizada para justificar a contenção de verbas à educação e o consequente achatamento do salário do professor, porém, nós, que não fomos beneficiários do milagre econômico, não arcar com o ônus da crise.

Ao mesmo tempo em que nossos salários chegam a níveis vergonhosos, principalmente o do professor primário, somos atingidos por uma legislação estapafúrdia que a cada dia se altera e se contradiz, primando sempre por desrespeitar nossos mais elementares direitos: é o Estatuto do Magistério vetado naquilo que trazia de bom à classe e à educação; é o decreto 1.495 despedindo milhares de professores e obrigando os demais a uma carga horária desumana, é a Estabilidade, acenada como tardia justiça, sendo postergada e indeferida à maioria dos requerentes; é uma recente norma regulamentando o desconto de faltas, visando reduzir ainda mais o humilhante salário do professor primário; são as recuperações, fórmula mágica de engordar estatísticas, procurando consertar em poucos as falhas de todo um ano letivo; são os professores suplementaristas sem FGTS, sem 13º salário, sem repouco semanal remunerado, admitidos ilegalmente; são os professores primários e do MOBRL percebendo salários abaixo de salário mínimo; é a Resolução 30 relegando a Ciência e a Pesquisa a papéis secundários; é a polivalência obrigando professores a lecionar disciplinas para as quais não foram preparados; é o ensino particular de 1º e 2º graus se avolumando e explorando alunos e professores; é o ensino pago transformando nossas universidades em reduto de uma minoria; é a instabilidade que priva o professor das mínimas condições de segurança e tranquilidade, indispensável ao exercício da profissão; é a politicagem imperando em todos os níveis da educação, reduzindo as escolas a feudos de caciques políticos.

As consequências dessa situação são visíveis em toda parte: os cursos de formação de professores de 1º grau (professor primário) já não encontram interessados; a presença maciça de professores em concursos públicos (Banco do Brasil, Banco Central, Escrivão de Polícia, e outros); os cursos de Ciências Humanas se esvaziando; o grande número de professores que abandonam a carreira, através de licenças ou definitivamente; os professores obrigados a recorrer a outras atividades, após os períodos de aula, para complementar o salário; a escola se deteriorando física e estruturalmente; a reforma de ensino deturpada em sua aplicação; e enfim é o nível de ensino relegado ao seu mais baixo grau.

'Grande é pois o caos na educação e toda a sociedade,, pais, alunos, a cultura, a indústria, o comércio, é diretamente prejudicado. O próprio desenvolvimento nacional é comprometido.

Ante tal situação, nós, educadores, temos o direito e o dever de lutar pela redenção da educação, pois ela diz respeito e afeta todos os cidadãos. Não podemos silenciar diante da insensibilidade do Sr. Governador às muitas reivindicações, já a ele; [por nós] encaminhadas. Daí porque condenamos a todos, pais, alunos, indivíduos ou entidades para se solidarizarem conosco numa luta conjunta pelas reivindicações abaixo, que são, acima de tudo, aspirações por uma educação digna, que venha ao encontro dos interesses do nosso povo:

- 1 — Que a educação assuma papel prioritário e se torne um investimento.
- 2 — Pela aprovação de um Estatuto digno, sem os vetos do Governador.
- 3 — Para que o Estado reassuma seu papel de mantenedor das escolas.
- 4 — Pela readequação do salário do professor primário.
- 5 — Por um reajuste de 100 por cento para os demais professores.
- 6 — Pela instituição da permanência remunerada e condigna.

Enfim, reivindicamos nosso direito de participar, cujo impedimento levou a educação ao estágio atual. Nos arrogamos o direito de decidir sobre a educação. Pois assim como os médicos são os que melhor entendem de medicina; os pecuaristas os que melhor entendem de gado; os engenheiros os que melhor entendem de engenharia, nós professores, somos os que melhor entendemos de educação e sobre ela devemos decidir.

Pela Assembléia Extraordinária conjunta da Associação dos Professores Licenciados do Paraná (APLP) e da Associação dos Professores do Paraná (APP), realizada em Londrina, no dia 26/02/77.

(aa) Prof. ARGEMIRO ALUIZIO KARLING — Presidente da APLP

Prof. RUBEN DE OLIVEIRA — Presidente da APP
PEDE DOLIDARIEDADE."

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 158/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º — O expediente da Secretaria da Assembléia Legislativa, a partir desta data passa a obedecer o seguinte horário "EX-VI" do disposto pelo parágrafo 1º, do artigo 53, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná):

Expediente Normal: das 12:00 às 18:30 horas.

Expediente Extraordinário (quando no interesse e necessidade dos serviços):

das 08:00 às 11:30 horas

das 13:30 às 18:30 horas.

Parágrafo único — O expediente poderá ser alterado por ato da Diretoria Geral, quando no interesse dos trabalhos legislativos, mas sempre com observância do disposto pelo parágrafo primeiro do artigo 53, mencionado neste artigo.

Art. 2º — Os livros-ponto serão assinados nos Gabinetes da Mesa Diretora da Assembléia, das Lideranças, da Diretoria Geral, dos Departamentos, do Gabinete de Assistência Técnica e nas Chefias dos Serviços Autônomos, no início e fim do expediente.

Art. 3º — Consideram-se Gabinetes da Aliança Renovadora Nacional "ARENA" e do Movimento Democrático Brasileiro "MDB" — todas as salas ocupadas pelos senhores Deputados integrantes das respectivas representações partidárias.

Parágrafo primeiro — Autorizado pelo Primeiro Secretário, o Diretor Geral designará, mediante requisição escrita do Deputado interessado, até o máximo de dois (02) funcionários necessários ao atendimento dos serviços desses Gabinetes.

Parágrafo segundo — O regime de trabalho dos funcionários

referidos no parágrafo anterior e o vigorante para os demais servidores da Secretaria, devendo os mesmos assinar o livro-ponto nos respectivos Gabinetes de sua designação.

Art. 4º — Durante o expediente, o funcionário somente poderá ausentar-se do recinto da Assembléia, por necessidade de serviço ou mediante autorização do seu respectivo Diretor, Chefe de Gabinete ou de Serviço Autônomo.

Parágrafo único — Para os funcionários referidos no parágrafo primeiro, do artigo 3º, a autorização será concedida pelo Deputado titular do Gabinete.

Art. 5º — A folha de pagamento dos funcionários será elaborada à base da frequência verificada nos livros-ponto, onde serão anotadas, pelos seus responsáveis, na folha de cada funcionário, faltas ou outras irregularidades que por ventura venham a registrar-se, e após visarem todas as folhas individuais, impreterivelmente, ao Departamento de Pessoal, para as devidas anotações, e, imediatamente remetidas ao Departamento de Finanças.

Parágrafo primeiro — Para efeito do disposto neste artigo, os órgãos que mantiverem funcionários da Assembléia à sua disposição deverão remeter no mesmo prazo à Diretoria Geral as folhas de frequência.

Parágrafo segundo — As folhas de frequência dos funcionários designados para atenderem os serviços dos Gabinetes descritos no art. 3º, serão encaminhadas por ofício expedido pelos senhores Deputados titulares de cada Gabinete, as suas respectivas lideranças, até o dia três (03) de cada mês seguinte, após os devidos registros, deverão ser remetidas ao Departamento de Pessoal até o dia cinco (05), para anotações e encaminhamento ao Departamento de Finanças.

Parágrafo terceiro — A inobservância das determinações deste artigo, implicará na retenção do vencimento do funcionário que somente será liberada após deferimento pelo Diretor Geral de justificativa oferecida por escrita.

Art. 6º — A justificativa da falta será feita com rigorosa observância das disposições estatutárias pertinentes, pelos responsáveis diretos dos seus funcionários.

Art. 7º — O Diretor Geral expedirá instruções para cumprimento do disposto do artigo 279, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), quanto aos deveres dos funcionários.

Art. 8º — A infração às determinações deste Decreto Legislativo acarretará a imediata aplicação das sanções previstas no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

Art. 9º — Os funcionários autorizados ou convocados para prestar serviços além do expediente normal de trabalho, farão jus à gratificação por prestação de serviço extraordinário, na forma do disposto pelos artigos 175 e 176, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970 e dos Decretos Legislativos 13/71 e 69/75.

Art. 10 — A Diretoria Geral fará baixar, através de Portarias, normas complementares que se fizerem necessárias, para execução deste Decreto Legislativo.

Art. 11 — O presente Decreto Legislativo vigorará a partir da data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente.

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 159/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

Art. 1º — A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações CAJL — será composta por cinco (05) membros, com subordinação administrativa à Diretoria Geral.

Parágrafo único — A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações CAJL, será formada através de portaria do Diretor Geral, devendo dela fazer parte funcionários do quadro de Pessoal da Assem-

bléia Legislativa do Estado do Paraná, com as seguintes indicações:

1 (hum) da Primeira Secretaria.

1 (hum) do Departamento Administrativo.

1 (hum) do Departamento de Finanças.

2 (dois) da Diretoria Geral, sendo 1 (hum), bacharel em direito.

Art. 2º — A Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações - CAJL — elegerá o seu Presidente e Secretário, informando o Diretor Geral da decisão.

§ 1º — As tomadas de decisões da CAJL serão por maioria de votos dos membros presentes à reunião, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

§ 2º — A CAJL se reunirá com um número mínimo de três (03) membros, cabendo ao Presidente, oficial ao Diretor Geral informando de faltas não justificadas, dos funcionários membros, às reuniões.

§ 3º — O Presidente será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo Secretário.

§ 4º — A Divisão de Compras, do Departamento Administrativo, deverá prestar todas as informações solicitadas pela CAJL.

§ 5º — Mensalmente, a CAJL deverá emitir relatório circunstanciado de suas atividades, enviando-o ao Diretor Geral.

§ 6º — Sempre que necessário e tratando-se de matéria de natureza técnica, a CAJL poderá solicitar parecer de técnico competente.

Art. 3º — Os pedidos de compra de materiais, contratação de serviços, avaliação e alienação de bens móveis, com valor superior a sete (7) vezes o valor de referência, deverão ser analisados pela CAJL, que emitirá parecer.

§ 1º — Em casos em que a Comissão Executiva achar necessário, poderão ser criadas Comissões Especiais de Julgamento de Licitações.

§ 2º — O parecer da CAJL deverá ser conclusivo, sem contudo ter caráter definitivo, pois poderá sofrer alteração quando da tomada de decisões pela Administração.

Art. 4º — Os membros da CAJL, perceberão Função Gratificada, símbolo 2-F.

Parágrafo único — Os membros da CAJL deverão continuar a prestar serviços na lotação de origem, com exceção, do Presidente e Secretário.

Art. 5º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 160/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1437, de 11 de março de 1977, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar o Decreto Legislativo número 564/75, de 28 de julho de 1975, na parte que se refere à designação do funcionário JUAREZ DE QUADROS GONÇALVES, matrícula número 513, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II — revogar o Decreto Legislativo número 475/76, de 21 de junho de 1976, que proveu em comissão, o funcionário ALFREDO PRESTA, matrícula número 057, no cargo de Assessor Jurídico, do Departamento de Pessoal.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SPARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 161/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o número 1437, de 11 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário JUARES DE QUADROS GONÇALVES, bacharel em Direito, matrícula número 513, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Assessor Jurídico, do Departamento de Pessoal.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 162/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1458, de 14 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 63/77, de 27 de fevereiro de 1977, na parte a que se refere à designação do funcionário VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa de Pessoal, do Departamento de Pessoal.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 163/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1458, de 14 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar o Decreto Legislativo número 103/75, de 25 de fevereiro de 1975, na parte a que se refere à designação do funcionário LUIZ CARLOS MOLINARI, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Ordem do Dia; e,
II — revogar o Decreto Legislativo número 118/75, na parte a que se refere à designação do funcionária acima citado, para exercer as funções de Assistente de Plenário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 164/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1458, de 14 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula número 090, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção Administrativa de Pessoal, do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 165/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista

o que consta do processo protocolado sob o número 1181, de 07 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar na parte que se refere a MANOEL DIAS, o Decreto Legislativo número 06/77, de 20 de janeiro de 1977; e,

II — atribuir ao funcionário acima citado, a gratificação de função símbolo 5-F, de Motorista, do Gabinete da Liderança do Governo.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 166/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1181, de 07 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 144/75, de 19 de março de 1975, que designou NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA, matrícula número 541, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da 3ª Secretaria.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 167/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1183, de 07 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo número 635/75, que designou NILVA MARIA MORO, matrícula número 497, para exercer o cargo de Assessor de Relações Públicas.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 168/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 1056 e 1181, respectivamente de 3 e 7 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para os cargos abaixo discriminados, na Liderança do Governo:

LUCIANO ANTÔNIO BITTENCOURT — Mat. 519 - Chefe de Gabinete

SENHORINHA BERNARDI — Mat. 563 - Auxiliar de Gabinete

NEUSA OLÍVIA MELARA — Mat. 344 - Auxiliar de Gabinete

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 169/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os números 1056, 1181 e 1183/77, respectivamente de 3 e 7 de março de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assem-

bléia, para os cargos abaixo discriminados, na Liderança da "ARENA":
 LUIZ FRANCISCO FONTOURA — Mat. 504 - Chefe de Gabinete.
 NEVERCINDO RIBEIRO DE LIMA — Mat. 541 - Auxiliar de Gabinete.
 NILVA MARIA MORO — Mat. 497 - Auxiliar de Gabinete.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

8ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e setenta e sete, na Sala das Comissões, reuniram-se extraordi-

nariamente a Comissão de Redação, a fim de apreciar o Projeto de Lei número 12/77, Mensagem Governamental número 52/77, sob a presidência do deputado Augusto Carneiro, e havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Werner Wanderer, apresentou a Redação Final do citado Projeto de Lei, a qual foi aprovada sem restrições. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata, a qual após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 29 de março de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

Lélío Guimarães Sotto Maior — Secretário